



34

KODAK PANATOMIC X



40

KODAK SAFE



2

KODAK PANATOMIC X

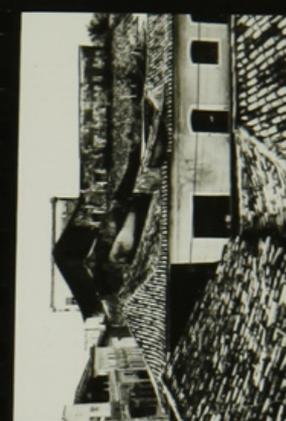


FOTO: ARQUIVO IPHAN/MA



35

KODAK SAFETY FILM



41

KODAK PANATOMIC X FILM



3

KODAK SAFETY FILM



39



36

KODAK SAFETY FILM



42

KODAK PANATOMIC X FILM



4

KODAK SAFETY FILM

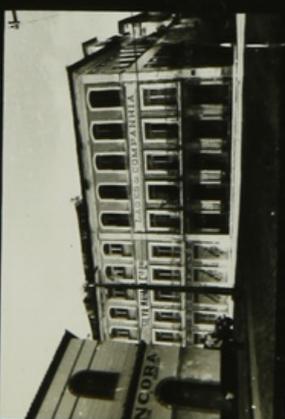


40



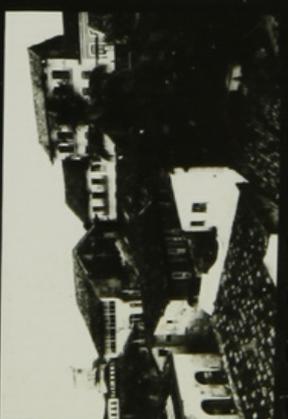
37

FILM



43

ETY FILM



5

FILM



41

COMPREENDER PARA PRESERVAR:

UMA PROPOSTA DE ADEQUAÇÃO AO INVENTÁRIO
DOS IMÓVEIS TOMBADOS PELO IPHAN EM SÃO LUÍS/MA.

CENTRO UNIVERSITÁRIO
UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DOM BOSCO
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

GABRIELA MOUZINHO BELO SOARES

COMPREENDER PARA PRESERVAR: Uma proposta de adequação ao inventário dos
imóveis tombados pelo IPHAN em São Luís-MA.

São Luís
2020

GABRIELA MOUZINHO BELO SOARES

COMPREENDER PARA PRESERVAR: Uma proposta de adequação ao inventário dos imóveis tombados pelo IPHAN em São Luís-MA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo, da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof.^a Ma. Tayana do Nascimento Santana Campos Figueiredo

São Luís

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Centro Universitário – UNDB / Biblioteca

Soares, Gabriela Mouzinho Belo

Compreender para preservar: uma proposta de adequação ao inventário dos imóveis tombados pelo IPHAN em São Luís-MA. / Gabriela Mouzinho Belo Soares. __ São Luís, 2020.

122f.

Orientador: Profa. Ma. Tayana do Nascimento Santana Campos Figueiredo.

Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Curso de Arquitetura e Urbanismo – Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB, 2020.

1. Arquitetura - preservação. 2. Edifícios históricos - Tombamento. 3. Edifícios históricos - Inventário. I. Título.

CDU 72(812.1)

GABRIELA MOUZINHO BELO SOARES

COMPREENDER PARA PRESERVAR: Uma proposta de adequação ao inventário dos imóveis tombados pelo IPHAN em São Luís-MA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo, do Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em _____/_____/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Ma. Tayana do Nascimento Santana Campos Figueiredo
(Orientadora)
Unidade de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB

Prof. Luis Eduardo Paim Longhi
Unidade de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB

(2º Examinador)
Unidade de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por terem me dado a possibilidade de estudar e seguir a profissão dos meus sonhos.

A minha mãe por ter dedicado sua vida a mim e meu irmão.

A minha avó Sônia, por ser sempre tão amorosa e por ter me apoiado e me incentivado em todos os momentos.

A minha irmã Priscila por ter me ajudado a concretizar esse sonho.

Ao meu primo/irmão Thales por ser meu melhor amigo e estar sempre ao meu lado.

Ao meu amigo Enio por ter sido um grande parceiro nesses cinco anos.

Aos meus amigos de jornada na UNDB Emanuelle Furtado, Marcus Vinicius, Rafael Corrêa e Juliano Barbosa por todas as conversas e trocas de conhecimento.

As minhas parceiras e amigas Juliana Mondego e Ana Paula pelos anos de amizade e amadurecimento juntas.

Ao meu amor Felipe por ser sempre meu ombro amigo e por acreditar tanto em mim.

A minha orientadora Tayana Figueiredo por todo incentivo e direcionamentos.

Ao professor Márcio Rodrigo Pereira por todo auxílio nos trabalhos acadêmicos.

A equipe de técnicos da Superintendência do IPHAN/MA pelos conhecimentos que me foram passados durante o ano em que estagiei no Instituto, e especialmente a Danielle Faccin e Mariana Fensterseifer por terem me ensinado sempre com muita atenção.

“Para bem restaurar é necessário amar e entender o monumento, seja estátua, quadro ou edifício, sobre o qual se trabalha... Ora, que séculos souberam amar e entender as belezas do passado? E nós, hoje, em que medida sabemos amá-las e entendê-las?”

Camillo Boito

RESUMO

A presente pesquisa busca revisar o inventário dos imóveis tombados pelo IPHAN em São Luís. Para isso buscou-se analisar os inventários já realizados anteriormente e entender sua falhas e acertos, a fim de considerar os dados utilizados neles, de forma que não fosse desconsiderado o trabalho já realizado anteriormente. A razão pelo qual foi escolhida a área de tombamento federal se deu justamente pela facilidade de acesso aos materiais do Instituto pela autora, através do seu estágio no IPHAN. A pesquisa possui caráter qualitativo e exploratório. Para a obtenção dos dados foram realizadas revisões bibliográficas, análise de similares e aplicação de entrevistas e questionários, que foram capazes de levantar dados sobre a percepção tanto de profissionais como de estudantes da área de arquitetura sobre o assunto.

Palavras-chave: Patrimônio Histórico; Inventário; Revisão; São Luís; Centro.

ABSTRACT

This research seeks to review the inventory of properties listed by IPHAN in São Luís. For this purpose, the inventories previously made were analyzed in order to understand their failures and successes, considering the data used in them instead of disregarding the work already done previously. The reason why the federal listed area was chosen was precisely because of the ease of access to the Institute's materials by the author, through her internship at IPHAN. The research has a qualitative and exploratory character. The data was obtained through bibliographic reviews, analysis of similars and application of interviews and questionnaires, thus making it possible to collect data on the perception of the subject by both professionals and students in the area of architecture.

Keywords: Historical Heritage; Inventory; Review; São Luís; Center.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Cais da Sagração no início do século XX.....	20
Figura 02	Plano de Expansão da Cidade de São Luís idealizado por Ruy Ribeiro Mesquisa na década de 1960.....	21
Figura 03	Capela de São José da Quinta das Laranjeiras.....	23
Figura 04	Portão Armoriado da Quinta das Laranjeiras	23
Figura 05	Fonte das Pedras	24
Figura 06	Fonte do Ribeirão.....	24
Figura 07	Praça João Francisco Lisboa.....	25
Figura 08	Praça Gonçalves Dias	25
Figura 09	Praça Benedito Leite.....	25
Figura 10	Largo do Desterro	25
Figura 11	Casas à Praça Dom Pedro II	25
Figura 12	Retábulo do altar-mor da Igreja Catedral de Nossa Senhora da Vitória (Catedral da Sé).....	25
Figura 13	Perímetro de Tombamento proposto por Francisco Frias de Mesquita.....	28
Figura 14	Limites de tombamento Federal (1974), Estadual (1986) e Área Inscrita na Lista de Patrimônio Mundial (1997)	29
Figura 15	Perímetro de tombamento federal (IPHAN) igualado a área de patrimônio da humanidade (UNESCO) e perímetro de tombamento estadual (DPHAP-MA) atuais.....	30
Figura 16	Inventário do Santuário Mariano e história das imagens milagrosas de Nossa Senhora Do Brasil.....	37
Figura 17	Mário de Andrade	38
Figura 18	Site da Conselleria d’Educació, Cultura i Esport de Valencia - Inventário.....	43
Figura 19	Pesquisa 1ª Seção Inventário Geral - Filtros.....	43
Figura 20	Informações básicas – Exemplo Universidade de Valencia.	44
Figura 21	Site Ayuntamiento de Valencia – Acesso ao Inventário.....	45
Figura 22	Modelo 1 de Ficha do Inventário Valenciano – Página 01.....	48
Figura 23	Modelo 1 de Ficha do Inventário Valenciano – Página 02.....	49
Figura 24	Modelo 1 de Ficha do Inventário Valenciano – Página 03.....	50
Figura 25	Modelo 1 de Ficha do Inventário Valenciano – Página 04.....	52
Figura 26	Modelo 2 de Ficha do Inventário Valenciano – Página 01.....	54

Figura 27	Modelo 2 de Ficha do Inventário Valenciano – Página 02.....	55
Figura 28	Modelo 2 de Ficha do Inventário Valenciano – Página 03.....	56
Figura 29	Modelo 2 de Ficha do Inventário Valenciano – Página 04.....	57
Figura 30	Modelo 2 de Ficha do Inventário Valenciano – Página 05.....	59
Figura 31	Modelo 2 de Ficha do Inventário Valenciano – Página 06.....	60
Figura 32	Informações Urbanísticas - Valência.....	61
Figura 33	Capa do Manual de Preenchimento do INBI-SU.....	70
Figura 34	Formulário I - Frente: Cadastramento de Instituições de Pesquisa.	72
Figura 35	Formulário A - Frente: Levantamento de Fontes Arquivísticas.	73
Figura 36	Formulário B - Frente: Levantamento de Fontes Bibliográficas.	74
Figura 37	Formulário 1 - Características do Lote	77
Figura 38	Formulário 2 - Frente: Características Arquitetônicas.....	79
Figura 39	Formulário 2 - Verso: Características Arquitetônicas	80
Figura 40	Formulário 3 - Frente: Estado de Conservação	82
Figura 41	Formulário 3 - Verso: Estado de Conservação.....	83
Figura 42	Formulário 4 - Frente: Questionário Unidade Residencial.....	85
Figura 43	Formulário 4 - Verso: Questionário Unidade Residencial.....	86
Figura 44	Formulário 5 - Frente: Questionário Unidade não Residencial	87
Figura 45	Formulário 5 - Verso: Questionário Unidade não Residencial.....	88
Figura 46	Relação entre os diferentes tipos de inventários produzidos pelo IPHAN	99
Figura 47	Interface do site do SICG.....	102
Figura 48	Interface do site do SICG – pesquisa por cidade e estado.	103
Figura 49	Interface do site do SICG.....	103
Figura 50	Exemplo de ficha com informações do Portão Armoriado da Capela das Laranjeiras – página 01.....	104
Figura 51	Exemplo de ficha com informações do Portão Armoriado da Capela das Laranjeiras – página 02.....	105

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 Pesquisa com Estudantes de Arquitetura – Pergunta nº 1.....	108
Gráfico 02 Pesquisa com Arquitetos e Urbanistas – Pergunta nº 5.....	111

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 Cronologia dos Fatos – Tombamentos.....	30
Quadro 02 Proposta de revisão do inventário utilizado atualmente.....	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

INBI-SU - Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos

SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

DPHAP - Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão

DEPAM – Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização

INCEU – Inventário Nacional de Configuração Urbana

IBA – Inventário de Bens Arquitetônicos

INCR – Inventário Nacional de Referência Cultural

FISCALIS – Sistema Informatizado de Fiscalização

DID – Departamento de Identificação e Documentação

BIC – Bienes de Interés Cultural

BRL – Bienes de Relevancia Local

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	DO CENTRO ANTIGO AO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS-MA: A cidade se torna patrimônio	19
	2.1 Centro Histórico de São Luís: Aspectos espaciais e culturais	19
	2.2 Processo de Valorização e Tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de São Luís	22
	2.3 Importância da Preservação do Patrimônio Tombado de São Luís	31
3	INVENTÁRIO	33
	3.1 Conceitos	33
	3.2 Inventário como Ferramenta de Preservação	35
	3.3 A experiência do inventário da cidade de Valência na Espanha	40
4	AÇÕES ATUAIS DE PRESERVAÇÃO VOLTADAS AO PATRIMÔNIO LUDOVICENSE	62
	4.1 Ferramentas e ações utilizadas atualmente para a Preservação do Patrimônio Tombado pelo IPHAN em São Luís	62
	4.2 Análise dos inventários existentes elaborados pelo IPHAN para o Patrimônio Arquitetônico Tombado da cidade de São Luís – MA	69
	4.2.1 INBI-SU – Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos	69
	4.2.2 INCEU – Inventário Nacional de Configuração de Espaços Urbanos e IBA – Inventário de Bens Arquitetônicos	96
	4.2.3 SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão	97
5	O INVENTÁRIO SEGUNDO PROFISSIONAIS E ESTUDANTES DE ARQUITETURA	108
6	CONTRIBUIÇÕES AO INVENTÁRIO DA CIDADE DE SÃO LUÍS	111
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
	REFERÊNCIAS	118

APÊNDICE A – Questionários Estudantes de Arquitetura	120
APÊNDICE B – Questionário Arquitetos e Urbanistas – setor privado	121
APÊNDICE C – Questionário Técnicos do IPHAN/MA	122

1 INTRODUÇÃO

A problemática deste trabalho está relacionada com as informações disponíveis sobre os imóveis tombados pelo IPHAN na cidade de São Luís/MA, visto que não há um inventário completo e eficiente com informações sobre todos os imóveis. As informações encontradas sobre os imóveis são disponibilizadas em arquivos das instituições voltadas à preservação do patrimônio tombado, muitas vezes dados sem relevância para uso dos profissionais e estudantes. Outra maneira de encontrar informações específicas sobre os imóveis é através de livros sobre o patrimônio tombado de São Luís, porém as informações presentes neles são na sua maioria sobre imóveis de usos institucionais e de tombamento isolado.

Essa dificuldade em encontrar dados úteis sobre as edificações ocasiona em retrabalho tanto para os arquitetos como para os órgãos de preservação quando se trata de análise para aprovação de intervenções. Considerando que há grande dificuldade por parte dos profissionais e estudantes da área da arquitetura e urbanismo em encontrar informações suficientes para a criação de projetos arquitetônicos e pesquisas sobre o assunto, fazendo com que o processo de produção demande mais tempo, e ainda o fato de que cada imóvel possui seu valor e singularidade, fazendo com que as formas de intervir em cada um deles sejam distintas, que instrumentos possibilitariam uma leitura mais completa dos nossos edifícios tombados? Quais dados possibilitariam a identificação dos valores a serem preservados em cada edificação?

Acredita-se que há necessidade de revisar e melhorar os modelos de inventários dos imóveis tombados de São Luís/MA, visto que nenhum dos já existentes oferece um aprofundamento sobre as edificações que facilite o trabalho dos arquitetos e estudantes da área na elaboração de projetos e pesquisas. Com finalidade de que ocorra uma melhor preservação do patrimônio arquitetônico, deve haver um entendimento mais completo sobre imóveis de diferentes estilos e escalas, de forma detalhada e de maneira que possam ser estabelecidas as intervenções ideais a serem realizadas em cada um, para que isso aconteça é necessária a inserção de novos instrumentos de catalogação e pesquisa, objetivando um modelo mais completo e eficiente de inventário, com informações necessárias e úteis.

O objetivo geral deste trabalho consiste em adequar o atual modelo de inventário dos imóveis tombados pelo IPHAN no Centro Histórico de São Luís – MA enfatizando a ampliação de dados existentes, acesso dos interessados e publicização dos bens tombados. Para alcançar tal objetivo geral da pesquisa, têm-se como objetivos específicos (1) identificar a trajetória da valorização patrimonial do Centro Histórico de São Luís incluindo aspectos da sua

realidade espacial, social e arquitetônica, (2) analisar os inventários já existentes para os imóveis tombados pelo IPHAN em São Luís, (3) identificar as formas de documentação relativa ao inventário da cidade de Valência na Espanha, (4) em seguida entender e apontar as necessidades de profissionais, estudantes de arquitetura e do órgão de preservação em relação ao assunto abordado, e por fim (5) identificar quais informações são indispensáveis a serem disponibilizadas no modelo de inventário atualizado.

É inquestionável o valor cultural do patrimônio histórico existente na cidade de São Luís, que teve seu Conjunto Arquitetônico e Paisagístico tombado pelo IPHAN em 1974 e reconhecido como Patrimônio Cultural Mundial pela UNESCO em 1997. Contudo, basta uma rápida caminhada no perímetro do Centro Histórico para observar o descaso com os imóveis tombados, onde muitos se encontram degradados, tanto pela ação do tempo, como pela negligência de muitos proprietários. Tal situação deve ser revertida para que o patrimônio não desapareça e não seja perdida a memória e história de uma civilização. Para que essa preservação ocorra é necessário que sejam elaborados projetos de revitalização para as edificações, e considerando que cada uma possui sua singularidade e valor, há uma grande necessidade de que se tenha conhecimento dos aspectos individuais de cada imóvel para que as intervenções sejam realizadas de maneira correta.

Esse trabalho de conclusão de curso teve como motivação inicial as dificuldades encontradas pela presente autora em seu estágio no IPHAN/MA, no que se refere a encontrar informações sobre os imóveis durante as análises de projetos de intervenção, cadastros e a constatação de frustradas pesquisas sobre os bens por parte dos interessados. A partir do modelo de inventário que será proposto nesse trabalho surgirá posteriormente a necessidade da inserção dos imóveis tombados no mesmo, proporcionando a possibilidade da criação de projetos de extensão na comunidade acadêmica visando o alcance desse objetivo, contribuindo assim com o aprofundamento do conhecimento dos alunos e profissionais de arquitetura e urbanismo na área do patrimônio histórico.

O modelo de inventário atualizado propõe atender as necessidades de estudantes e profissionais de arquitetura e urbanismo, visando proporcionar mais facilidade na realização de projetos adequados para o patrimônio histórico, minimizando erros e evitando o retrabalho tanto dos profissionais como do órgão de preservação. Essa melhoria nos projetos de intervenção ocasionará em maior conservação do patrimônio tombado e conseqüentemente na preservação do valor de memória, histórico e científico presente no Centro de São Luís.

O principal objeto de estudo desse trabalho é o Centro Histórico de São Luís, com enfoque nos inventários existentes para os imóveis tombados pelo IPHAN, objetivando a

elaboração de um novo modelo que possa ser utilizado posteriormente para a disponibilização de informações mais amplas sobre as edificações.

Com base nos objetivos gerais e específicos a presente pesquisa tem caráter exploratório e qualitativo. O levantamento bibliográfico foi feito a partir de livros e artigos relacionados ao tema estudado, visando o entendimento dos aspectos espaciais e culturais do Centro da cidade de São Luís, do seu valor patrimonial e da necessidade de preservação do Centro Histórico e da importância da documentação como ação de preservação. Foram analisados os modelos de inventários já existentes para os imóveis inseridos no perímetro de tombamento federal em São Luís, produzidos pelo órgão de preservação (IPHAN), visando identificar as informações contidas neles, entender suas falhas e a necessidade de melhorias.

Para a coleta de dados foram feitas também entrevistas e aplicação de questionários com estudantes e profissionais da arquitetura e do IPHAN, realizados em duas etapas, sendo elas: presenciais e em plataforma digital, para que fossem identificadas as necessidades dos entrevistados objetivando que o modelo de inventário produzido fosse o mais completo e eficiente possível. O modelo internacional escolhido para análise foi o inventário de Valência na Espanha, que foi avaliado através do acesso aos sites das instituições de preservação da cidade, ao manual do inventário e às informações disponíveis sobre as edificações.

2 DO CENTRO ANTIGO AO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS-MA: A cidade se torna patrimônio

2.1 Centro Histórico de São Luís: Aspectos espaciais e culturais

A ocupação original da cidade de São Luís ocorreu em 1612 pelos franceses na tentativa de criar a França Equinocial, e foi inicialmente definida pela morfologia e geografia do sítio, o que originou em algumas construções como a Praça Pedro II, anteriormente denominada de Forte de Saint Louis. Porém a ocupação francesa foi breve, pois em 1615 a cidade foi tomada pelos portugueses que permaneceram no domínio por um longo período. Para garantir o domínio português, o primeiro governador do Maranhão, Jerônimo de Albuquerque, determinou que o engenheiro-mor Francisco Frias de Mesquita executasse um plano de desenvolvimento para a cidade.

A cidade foi construída entre os rios Anil e Bacanga, em uma elevação que varia de vinte a trinta metros de altura em relação ao nível do mar, além de estar localizada entre as baías de São Marcos e de São José, facilitando o comércio da colônia com o interior e com a metrópole (LOPES, 2004). Frias de Mesquita adotou em São Luís um traçado ortogonal, diferente das outras colônias portuguesas que usualmente respeitavam a topografia e características naturais das regiões dominadas. Isso aconteceu porque a ocupação lusitana em São Luís ocorreu durante o período em que Portugal estava sob domínio espanhol.

O plano de Frias de Mesquita se tornou referencial para a expansão da cidade, que a partir de 1616, passou a seguir o modelo de ocupação adotado pelos colonizadores portugueses: a 'Cidade Alta' concentrando as atividades administrativas, religiosas e militares e a 'Cidade Baixa' voltada para a função comercial, com as atividades do porto marítimo (PACHECO, 2014, p. 25).

Segundo Lopes (2004) após a consolidação da malha urbana elaborada por Frias de Mesquita junto com um modelo de edificação deixado pelo engenheiro para ser reproduzido pelos novos moradores, foram tomadas medidas para a integração do Maranhão à Coroa Portuguesa, onde em 1617 foi criado o Estado do Maranhão (incluindo as Capitânicas do Grão-Pará, Ceará e Maranhão), e posteriormente em 1619 a instalação da Câmara Municipal de São Luís, elevada a categoria de Vila.

Segundo Vale (2018) o desenvolvimento da cidade se deu a partir de dois importantes ciclos econômicos, o primeiro entre 1780 e 1820, nos tempos da Revolução Industrial voltado para a monocultura algodoeira, e o segundo, entre 1850 e 1870 com a

produção açucareira. Com isso, no século XIX a cidade estava dotada de equipamentos como igrejas, hospital militar, um teatro e grandes sobrados, se destacando na economia em âmbito nacional. Com o ciclo econômico do algodão, foram feitas diversas intervenções urbanísticas como calçamento em diversas ruas, a implantação do Cais da Sagração e a reurbanização das principais praças da cidade.

Figura 01: Cais da Sagração no início do século XX.



Fonte: Ezíquio Barros, s/d.

A cidade se manteve com o traçado simétrico original até o início das intervenções sanitaristas no século XX, que se deu por conta dos surtos de epidemias ocasionadas pela má qualidade de infraestrutura sanitária. Segundo o arquiteto e urbanista Paulo Sá Vale sobre a urbanização de São Luís:

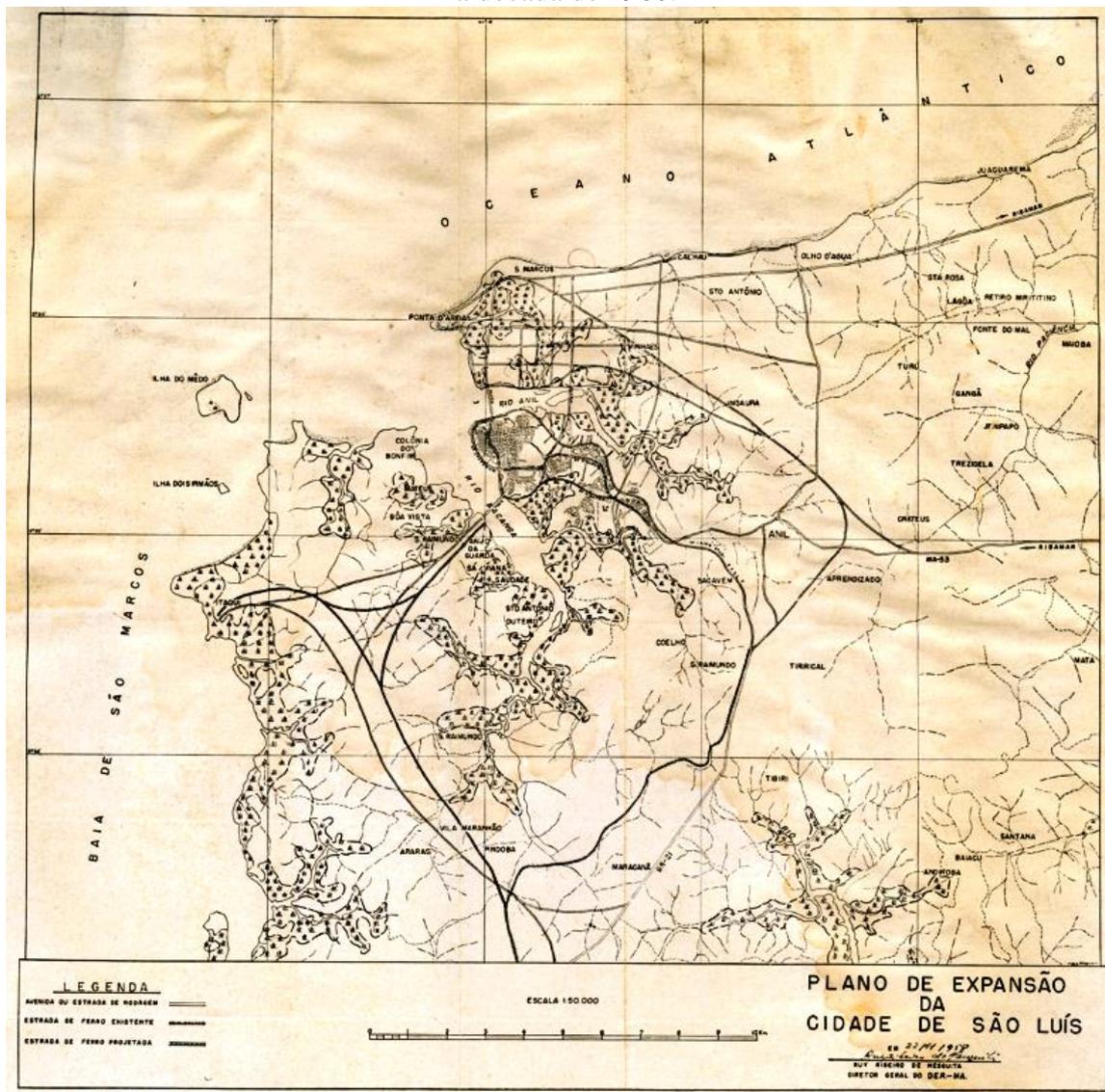
[...] São Luís recebeu de São Paulo, em 1904, a visita da Comissão Godinho, cujos trabalhos deram origem aos primeiros códigos sanitários da cidade e do Estado. Os códigos, que tinham como objetivo mudar a dinâmica das edificações coloniais, foram os primeiros a interferir de forma objetiva no uso do solo privado da cidade, mas suas proposições ainda estavam longe de configurar um zoneamento moderno (VALE, 2018, p.02).

Somente em 1930, Otacyllo Saboya Ribeiro, vindo do Ceará sugeriu uma remodelação do espaço urbano, abrindo largas avenidas e bulevares, promovendo a arquitetura moderna na cidade de São Luís. Em 1936 surge o primeiro zoneamento da cidade, e em 1938 o segundo zoneamento, com características funcionalistas, definindo afastamentos e recuos e a

separação de usos. Porém esses parâmetros não foram aplicados de maneira efetiva na cidade, pois ela já tinha seu Centro consolidado (LOPES, 2004).

Na década de 1960 foi feito o Plano de Expansão da Cidade de São Luís, com características funcionalistas de influência modernista, prevendo o baixo adensamento e a separação da cidade por funções, porém o plano não foi colocado em prática de forma integral. Apesar disso, ele influenciou diretamente a expansão da cidade que teve seu crescimento em três eixos: a praia ao norte, a Zona Industrial e os Conjuntos Habitacionais no sentido do bairro do Anil, fazendo com que houvesse um desenvolvimento fragmentado.

Figura 02: Plano de Expansão da Cidade de São Luís idealizado por Ruy Ribeiro Mesquita na década de 1960.



Fonte: Paulo Sá Vale, 2018.

No período do Regime Militar, a cidade se expandiu para outros bairros,

principalmente com a criação dos Conjuntos Habitacionais, como por exemplo, o Cohafuma, destinado aos professores da Universidade Federal do Maranhão. Segundo Vale (2018) com a criação desses conjuntos que eram na sua maioria destinados a funcionários públicos, boa parte da população que chegava à cidade em busca de emprego por conta dos grandes investimentos industriais, passa a ocupar locais distantes e carentes de infraestrutura, em razão do baixo valor do solo se comparado às áreas mais próximas ao Centro da cidade.

Em decorrência dos modelos de produção e de ciclos econômicos, a cidade de São Luís se desenvolveu para além do Centro Histórico, surgindo novos modelos de habitação e de locomoção que incentivaram a população à migrarem para outros bairros. A ausência de políticas que proporcionassem aos proprietários dos imóveis tombados a condição de mantê-los, além das políticas urbanas para a cidade que eram em geral desassociadas e opositoras ao tombamento das edificações históricas, com o histórico de crescimento acelerado da cidade – que ocasionou em uma demanda reprimida por moradia – são fatores que causaram a degradação e abandono das edificações históricas.

2.2 Processo de valorização e tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de São Luís

Atualmente, é perceptível o valor cultural e econômico do Patrimônio Histórico da cidade de São Luís/MA, porém o processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da cidade ocorreu lentamente, pois anteriormente não havia um interesse de preservação e proteção desse acervo pelos órgãos responsáveis pelo patrimônio histórico no país. Segundo Pestana (2007) foi com a chegada do modernismo, no século XX, após algumas modificações ocorridas na cidade de São Luís ocasionadas pelo movimento, que se iniciaram os processos de alguns setores para conter a destruição do patrimônio histórico e salvaguardar a memória da cidade, ocasionando inicialmente no tombamento de alguns bens isolados e/ou que possuem valor artístico.

A noção de valor cultural por parte do IPHAN foi evoluindo ao longo do tempo, assim o processo de tombamento do conjunto urbano histórico de São Luís ocorreu em etapas sucessivas, onde primeiramente foram realizados tombamentos de monumentos isolados como, entre outros, a Capela de São José e o Portão Armoriado da Quinta das Laranjeiras¹, e posteriormente tombamentos de conjuntos arquitetônicos e paisagísticos de algumas praças.

¹ Processos de Tombamento: Capela das Laranjeiras - Nº 0209-T-39; Portão Armoriado da Quinta das Laranjeiras – Nº 0210-T-39.

Figura 03: Capela de São José da Quinta das Laranjeiras;



Fonte: Arquivo IPHAN – 3ª SR;

Figura 04: Portão Armoriado da Quinta das Laranjeiras;



Fonte: Arquivo IPHAN – 3ª SR;

Ainda segundo o autor foi solicitado na época ao DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, hoje IPHAN) na década de 1950 pelo arcebispado do Maranhão o tombamento federal da Igreja de São José do Desterro, o que foi negado pelo órgão, porém nesse momento se iniciou uma preocupação com a preservação do conjunto urbano. Pestana (2007) enfatiza que a maioria das ações de preservação do patrimônio histórico na época não partiram das instituições responsáveis:

É importante ressaltar que muitas das iniciativas feitas nesse período para salvaguardar nosso patrimônio histórico e artístico partiram de agentes externos à instituição (sociedade civil, representação política etc.), como no caso do Projeto de Lei nº 88/1955, do deputado Cunha Machado, que propunha converter em monumento histórico nacional o conjunto arquitetônico e paisagístico da antiga cidade de São Luís, com a finalidade de preservá-lo da destruição ou mutilação de seus edifícios, segundo o projeto, “verdadeiras obras de arte do período colonial e, principalmente, da época do Primeiro Império”. Caberia ao IPHAN proceder à demarcação da área a ser tombada, bem como autorizar o poder Executivo a criar um distrito do Instituto no estado do Maranhão e a executar desapropriações, por utilidade pública, para a restauração do conjunto arquitetônico da cidade à sua feição original (PESTANA, 2007, p. 340).

Ainda que as argumentações referentes ao valor patrimonial do conjunto urbano de São Luís fossem formidáveis, o IPHAN considerou-as insuficientes. Em 1955, após o início da demolição de dois imóveis situados na Praça João Lisboa para a construção de edificações modernas, foram realizados estudos pelo IPHAN que comprovaram o valor artístico e paisagístico de alguns conjuntos da cidade, mas ainda não em sua totalidade, ocasionando no tombamento dos conjuntos paisagísticos e arquitetônicos das Praças João Lisboa, Benedito Leite, Gonçalves Dias e o largo fronteiro à Igreja de São José do Desterro, além da Fonte do Ribeirão, Fonte das Pedras, o Retábulo do altar-mor da Igreja Catedral de Nossa Senhora da Vitória e as casas voltadas à Avenida Dom Pedro II – nº 199 a 205².

Figura 05: Fonte das Pedras;



Fonte: Arquivo IPHAN/MA;

Figura 06: Fonte do Ribeirão;



Fonte: Arquivo IPHAN/MA;

² Processos de Tombamento: João Lisboa - Nº 0454-T-51; Benedito Leite - Nº 0454-T-51; Gonçalves Dias - Nº 0454-T-51; Largo do Desterro - Nº 0454-T-51; Fonte do Ribeirão - Nº 0428-T-50; Fonte das Pedras – Nº 0600-T-59; Retábulo do altar-mor – Nº 0505-T-54; Casas à Av. Pedro II – Nº 0599-T-59.

Figura 07: Praça João Francisco Lisboa;



Fonte: Fernando Cunha;

Figura 08: Praça Gonçalves Dias;



Fonte: Arquivo IPHAN/MA;

Figura 09: Praça Benedito Leite;



Fonte: Arquivo IPHAN/MA;

Figura 10: Largo do Desterro;



Fonte: Arquivo IPHAN/MA;

Figura 11: Casas à Praça Dom Pedro II;



Fonte: Arquivo IPHAN/MA;

Figura 12: Retábulo do altar-mor da Igreja Catedral de Nossa Senhora da Vitória (Catedral da Sé);



Fonte: Augusto Destruți;

Apesar das ações de tombamento na década de 1950 e os recursos acionados pelo IPHAN que ocasionaram na paralisação da demolição dos dois edifícios situados na Praça João Lisboa, a destruição do patrimônio tradicional não foi cessada, o que ocorreu com consentimento do poder público municipal da época, pois ele se mantivera em concordância com os interesses do setor imobiliário no local. Com isso os mecanismos de proteção ao patrimônio não obtiveram força de imediato.

[...] verifica-se de imediato a fraqueza e a insuficiência dos mecanismos de proteção do patrimônio histórico e artístico diante da ação predatória da especulação imobiliária e dos interesses privados. Observa-se também as dificuldades rotineiramente enfrentadas nas demandas ligadas à preservação desse patrimônio, ainda marcado pelo desconhecimento por parte dos diversos setores locais do valor coletivo da propriedade, caracterizado pelo patrimônio cultural (PESTANA, 2007, p. 342).

A partir do ocorrido, pode-se observar a maneira como conflitos de interesse influenciam diretamente no que deve ou não ser preservado. De acordo com Pacheco (2014) na década de 1960 as cidades litorâneas da Região Nordeste iniciaram um processo de incremento populacional e de turismo devido a industrialização e aberturas de estradas que facilitaram o acesso à esses locais, o que poderia significar uma ameaça ao patrimônio edificado caso ele não passasse a ser gerenciado corretamente.

Ainda segundo Pacheco (2014) a partir do desenvolvimento crescente da cidade decorrente do modelo industrial, o Governo do Estado do Maranhão passa a se preocupar com a preservação do Centro Histórico de São Luís, solicitando à UNESCO sua contribuição com a elaboração de orientações buscando preservar o patrimônio da cidade.

Na década seguinte, confirmando a preocupação do Estado com os bens patrimoniais existentes na cidade, é criado, em julho de 1973, através do Decreto n. 5.069/1973, o Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Estado do Maranhão - DPHAP-MA. No artigo 2º do mencionado decreto são estabelecidos os critérios que passariam a nortear a seleção dos bens para constituir o patrimônio cultural do estado, que demonstram a influência das definições presentes no Decreto-lei nº 25/37, através do seu artigo primeiro, confirmando a continuidade de pensamento nas premissas que guiaram, no princípio da atuação do IPHAN, a seleção de bens para tombamento isolados (PACHECO, 2014, p. 64-65).

Paralelo ao crescimento das cidades litorâneas, também na década de 1960, o IPHAN passa a adotar uma nova política onde a valorização dos conjuntos honrados de proteção deixa de ser trabalhada de forma isolada e passa a ser reconhecida a pluralidade e importância de preservação de um conjunto urbano que foi parte do processo de criação de uma civilização em determinada fase.

Essa mudança de política de preservação surgiu em conjunto com a criação da Carta de Veneza, em 1964, que demonstra preocupação com o entorno dos imóveis e a ambiência, valorizando um conjunto e não mais apenas o monumento isolado. Com a mudança de contexto e forma de valorização, foram realizados os primeiros estudos detalhados em São Luís para o IPHAN, por Dora e Pedro Alcântara, que em visita à cidade elaboraram um estudo identificando para o órgão de preservação os elementos que deveriam ser preservados, sugerindo alguns tombamentos e relatando o risco existente na inserção de construções novas no centro histórico, que poderiam acarretar em graves problemas urbanos.

Foi a partir desses estudos realizados por Dora e Pedro Alcântara e da percepção dos dois em relação aos aspectos singulares e peculiares presentes no patrimônio de São Luís, que se viu a necessidade da delimitação de um perímetro de tombamento para o conjunto urbano do centro histórico. Os autores demonstraram preocupação não somente com os monumentos, mas também com as edificações mais simples, que deveriam ser incluídas no tombamento.

Já na década de 1970, o IPHAN aprofundou os estudos sobre o Centro de São Luís para o seu tombamento. Nessa mesma época, especialistas em tarefa para a UNESCO elaboraram estudos para São Luís, originando no “*Relatório e propostas para a conservação, recuperação e expansão de São Luís*”, elaborado pelo arquiteto português Viana de Lima. Em relação a esse relatório, Pestana (2007, p.347) afirma que ele estava relacionado à “preservação do patrimônio cultural numa perspectiva que ia além do seu acervo físico e indicava a necessidade do tombamento imediato, pois somente *‘dessa forma será possível salvaguardar a unidade ainda existente’*.”

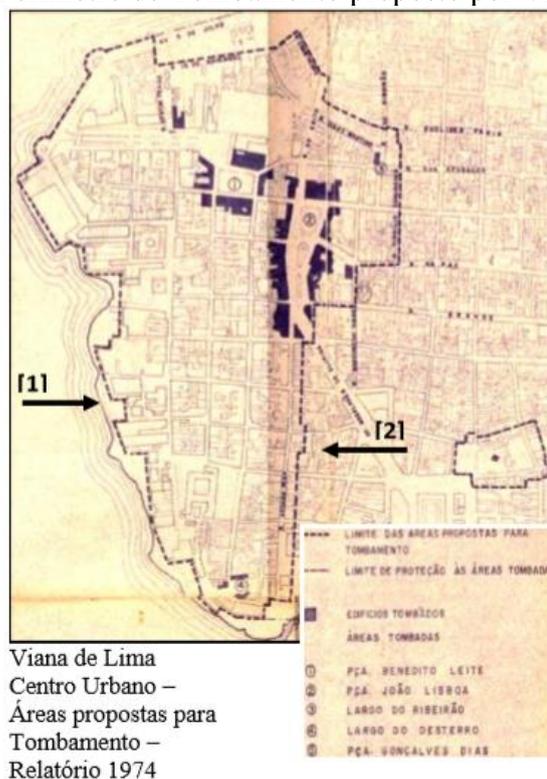
Dentre outros aspectos contidos no relatório citado, se fez presente a proposta de delimitar o crescimento da cidade para fora do centro antigo, o que já ocorria com o surgimento dos loteamentos afastados do centro e com a construção do Anel Viário. Outro fator que chamava atenção no relatório elaborado por Viana de Lima era a preocupação com o equilíbrio entre desenvolvimento urbano e a preservação do patrimônio, em relação ao autor do relatório:

[...] o arquiteto defendia a necessidade do inventário tecnicamente criterioso, na época do tombamento, do conjunto arquitetônico e paisagístico (casas, monumentos e logradouros) delimitado no perímetro de proteção proposto, identificando assim os elementos inseridos no conjunto que não possuíssem características de valor cultural (PESTANA, 2007, p. 349).

As recomendações presentes no relatório elaborado por Viana de Lima “foram utilizadas para elaborar o sistema de preservação estadual, organizado pelo DPHAP-MA e num capítulo exclusivo do Plano Diretor da Cidade (1977).” (PACHECO, 2014, p. 65). Os estudos

realizados pelo arquiteto em tarefa para a UNESCO trouxe como resultado também a apresentação ao Estado da proposta de poligonal da área do conjunto urbano a ser tombada, que mais tarde foi modificada pelo IPHAN no ato do tombamento.

Figura 13: Perímetro de Tombamento proposto por Viana de Lima



Fonte: Ellis Pacheco;

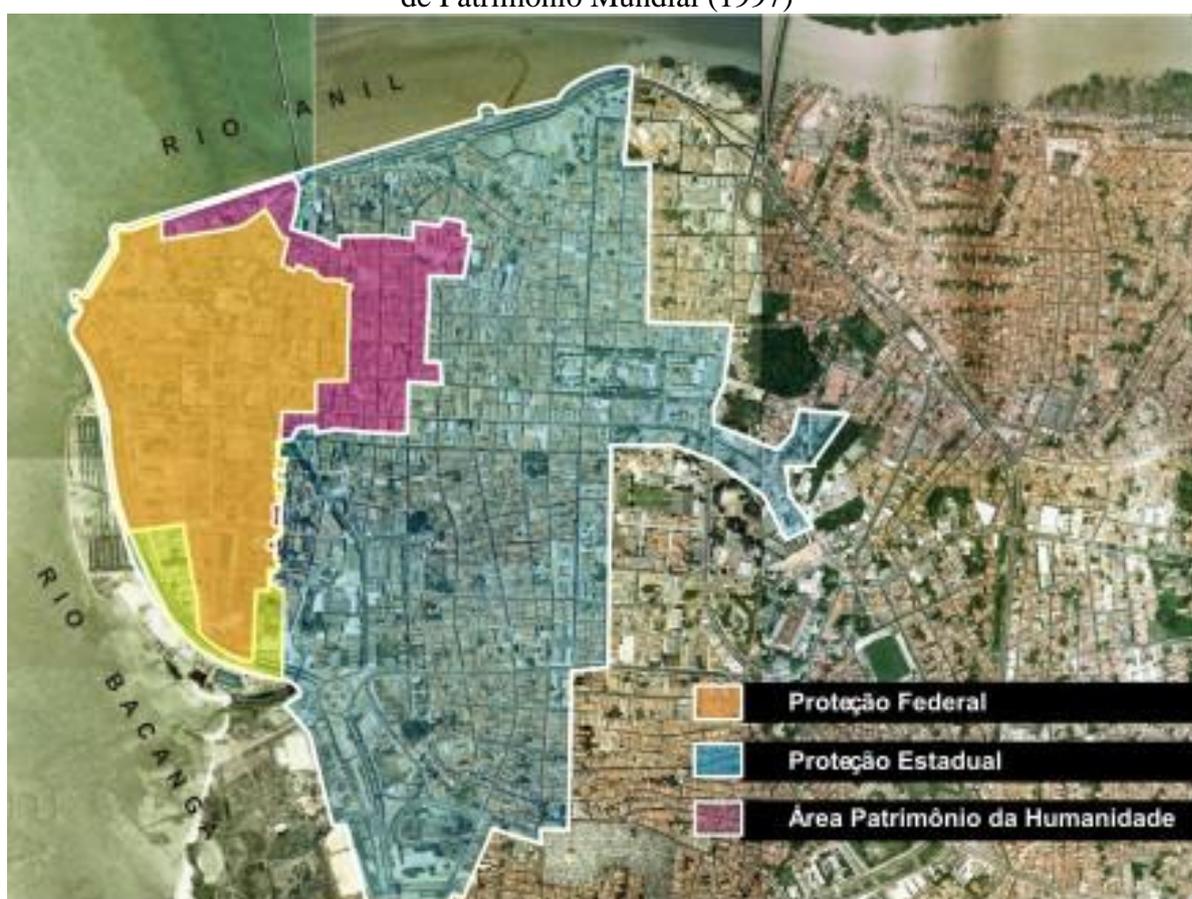
Finalmente em 13 de março de 1974 a importância da preservação do conjunto urbano da cidade foi confirmada, com a inscrição pelo IPHAN do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da cidade de São Luís no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro do Tombo das Belas Artes. Porém vale ressaltar que no momento do tombamento não foi realizado um estudo aprofundado sobre as características históricas, físico-ambientais e morfológico-urbana do Centro, além de que ele foi realizado com a justificativa de preservar as características da arquitetura tradicional luso-brasileira que estavam sendo ameaçadas pela evolução da cidade, o que impossibilitou a criação de um inventário criterioso para seleção dos imóveis na época.

Conforme Pacheco (2014) até a década de 1970 as ações de proteção do patrimônio se concentravam nas atividades realizadas pelo IPHAN. Foi a partir dessa década que outros organismos – estaduais e municipais – passaram a implantar também as práticas de preservação, que ainda eram moldadas pelas normas da instituição federal. Essa prática de preservação por

parte dos Estados, se consolida em São Luís no ano de 1986, com a definição da poligonal de tombamento do Centro Histórico de São Luís pelo Estado do Maranhão, através do DPHAP-MA, essa poligonal inclui em seu perímetro a área de tombamento definida pelo IPHAN em 1974.

Em 1996, o Governo do Estado do Maranhão enviou à UNESCO uma proposta de inclusão do Centro Histórico de São Luís na lista do Patrimônio Mundial, nessa proposta foram destacados os valores e características urbanas e arquitetônicas do centro da cidade. Em 6 de dezembro de 1997 considerando a proposta e outros parâmetros observados pela Organização, a UNESCO incluiu o Centro Histórico de São Luís na lista do Patrimônio Mundial da Humanidade.

Figura 14: Limites de tombamento Federal (1974), Estadual (1986) e Área Inscrita na Lista de Patrimônio Mundial (1997)

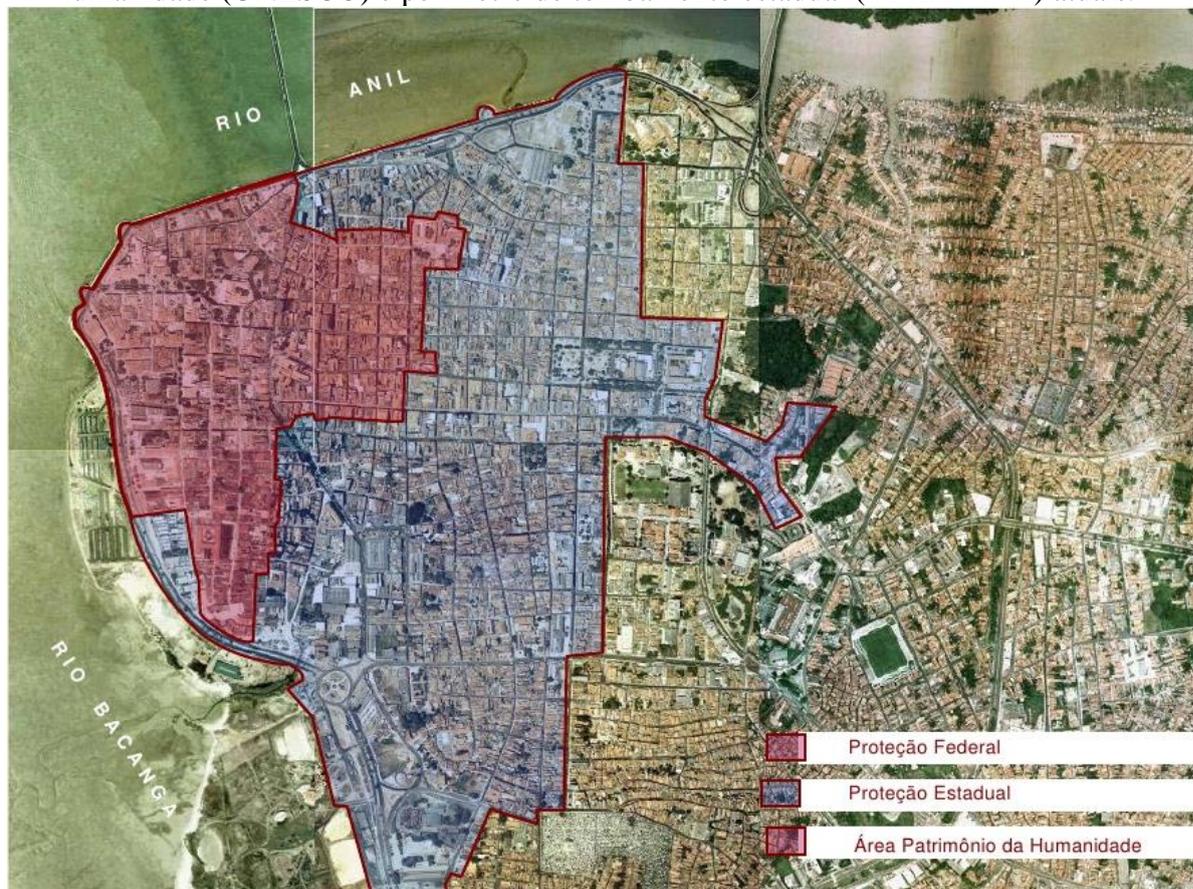


Fonte: IPHAN/MA – 3ª SR;

A inscrição do Centro Histórico de São Luís na Lista de Patrimônio Mundial da Humanidade – UNESCO, resultou na rerratificação do perímetro de tombamento federal em 2007, através do IPHAN, originando em uma nova delimitação, que atualmente coincide com

a área inscrita na lista da UNESCO.

Figura 15: Perímetro de tombamento federal (IPHAN) igualado a área de patrimônio da humanidade (UNESCO) e perímetro de tombamento estadual (DPHAP-MA) atuais.



Fonte: Arquivo IPHAN/MA.

Quadro 01: Cronologia dos Fatos – Tombamentos	
1940	<ul style="list-style-type: none"> • Portão Armoriado da Quinta das Laranjeiras; • Capela de São José da Quinta das Laranjeiras;
1950	<ul style="list-style-type: none"> • Retábulo do altar-mor da Igreja Católica de Nossa Senhora da Vitória; • Fonte do Ribeirão; • Fonte das Pedras; • Conjunto da Praça Benedito Leite; • Conjunto da Praça Gonçalves Dias; • Conjunto da Praça João Francisco Lisboa; • Largo do Desterro; • Casas à Avenida Dom Pedro II, nº 199 a 205;
1974	<ul style="list-style-type: none"> • Tombamento Federal – IPHAN;

1986	<ul style="list-style-type: none"> • Tombamento Estadual DPHAP/MA;
1997	<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão na Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO;
2007	<ul style="list-style-type: none"> • Rerratificação do Perímetro de Tombamento Federal – IPHAN (igualado ao perímetro do Patrimônio Mundial da Humanidade).

Fonte: Autoral.

2.3 Importância da Preservação do Patrimônio Tombado de São Luís

Desde a época da inclusão do Centro Histórico de São Luís na lista do Patrimônio Mundial pela UNESCO, foram realizadas diversas obras de revitalização no Centro Histórico, que é um dos principais cartões postais da cidade, visando a preservação da memória e identidade. É direito de todos os cidadãos, tanto das gerações do presente, como das gerações futuras terem conhecimento e usufruir da memória e cultura da cidade.

A forma de preservação do patrimônio tombado está diretamente ligada com a forma de valorização do mesmo, com o significado que ele tem para uma sociedade. O centro histórico de São Luís foi palco de muitos acontecimentos importantes para o desenvolvimento da cidade, a partir da leitura de Riegl é possível observar com clareza o valor histórico e de rememoração do conjunto urbano tombado de São Luís.

[...] o valor histórico remete àquilo que foi e não é mais, aquilo que jamais pode ser reproduzido. Diz respeito, obrigatoriamente, ao passado, culturalmente construído. É exatamente essa construção que confere, não apenas a certos conjuntos urbanos e monumentos, mas à parte significativa da cidade, **o status de patrimônio no sentido de herança, de memória social** (LACERDA, 2012, p. 46. Negrito Nosso).

Além do valor cultural atribuído ao patrimônio de São Luís, o conjunto de edificações tombadas pelo IPHAN, possui grande valor científico por portar diversos campos de conhecimento, não apenas para a história, mas também para estudos das ciências exatas, conhecimento de técnicas construtivas tradicionais, da forma de morar antigamente e do contexto social de uma determinada época, além do valor artístico existente em diversas edificações do perímetro tombado. A preservação é um ato de cultura, onde são salvaguardados vestígios do passado para que seja preservada a memória e de forma que contribua com a evolução da sociedade para o futuro. A Recomendação de Paris de 1968 destaca sobre a preservação de bens culturais que:

Considerando que é indispensável preservá-los, na medida do possível e, de acordo com sua importância histórica e artística, valorizá-los de modo que os povos se

compenetrem de sua significação e de sua mensagem e, assim, fortaleçam a consciência de sua própria dignidade. Considerando que essa preservação e valorização dos bens culturais, [...] **favorecem uma melhor compreensão entre os povos e, conseqüentemente, servem à causa da paz.** Considerando também que o bem-estar de todos os povos depende, entre outras coisas, de que sua vida se desenvolva em um meio favorável e estimulante, e que a preservação dos bens culturais de todos os períodos de sua história contribui diretamente para isso. (PARIS, 1968, p. 01. Negrito Nosso).

Atualmente, é notório o interesse da população de São Luís em voltar a frequentar o Centro da cidade, principalmente para o lazer e turismo. Porém, não basta apenas um uso específico para que o bairro volte a ter vida. É necessário que as políticas públicas de incentivo ao uso dos espaços tombados que estão sendo criadas pelas diferentes esferas de poder público - como por exemplo, o programa Nosso Centro - sejam eficientes para que o bairro volte a ter vitalidade urbana com a inserção da diversidade de usos, para que não haja desperdício de recursos do poder público, para que o patrimônio não fique cada vez mais degradado por conta de erros nas obras executadas, o que muitas vezes acontece por conta da falta de informações sobre os imóveis, fazendo com que aos poucos vá se perdendo elementos originais do patrimônio e conseqüentemente a memória e história de uma sociedade.

A diversidade de usos e a polifuncionalidade do Sítio Histórico Urbano para a preservação de bens culturais é um dos pontos abordados na Carta de Petrópolis de 1987, onde é muito bem colocado que os bens culturais devem abrigar, necessariamente, atividades de trabalho e do cotidiano, pois é onde se manifestam as expressões de uma sociedade que é heterogênea e plural. O documento também destaca a importância da utilização dos bens culturais para a moradia, considerando a carência habitacional brasileira. Apesar de ter sido elaborada no ano de 1987, o discurso da Carta de Petrópolis ainda é considerado atual.

O autor Camillo Boito (1884) afirma que para bem restaurar é necessário que se entenda detalhadamente e que se ame o patrimônio, pois não é possível preservar aquilo que não se conhece. A partir da teoria do autor, somando ao fato de que no período do tombamento federal não houve a produção de um inventário detalhado, e juntamente a circunstância dos inventários existentes atualmente que demonstram ser incompletos e frágeis frente à demanda atual, vê-se o quão há necessidade da adequação do modelo de inventário vigente, visto que para o pleno funcionamento das políticas de preservação (criadas tanto pelo IPHAN, quanto pelo Governo do Estado e/ou Prefeitura) – que objetivam evitar a perda dos valores e memória presentes no Centro Histórico de São Luís – deve-se ter um conhecimento aprofundado sobre o patrimônio que se pretende preservar, e para isso o inventário se configura em uma peça chave no processo de compreensão.

3 INVENTÁRIO

3.1 Conceitos

O termo 'inventário' muitas vezes é atribuído a uma herança de alguém que faleceu, porém a expressão possui outros significados. No âmbito do patrimônio cultural, o inventário é um instrumento prévio ao tombamento, que objetiva oferecer informações e/ou conhecimento, por meio de arrecadação e organização de informações a partir de um determinado padrão e compilação de dados suscetíveis a estudos e identificações, se constituindo como instrumento de valorização do patrimônio cultural tombado.

Ao produzir conhecimento sobre o universo de bens culturais, os inventários podem justificar a seleção de determinados bens como patrimônio cultural e sua proteção pelo poder público. Como a conceituação de patrimônio é dinâmica e passa por transformações ao longo do tempo, os trabalhos de inventário representam estratégias diferentes para atribuição de valor, pressupondo uma base sistemática de registro de informações, mais ou menos complexa, dependendo das diferentes concepções adotadas, de períodos históricos distintos, dos territórios delimitados e da diversidade de tipos de bens estudados (MOTTA e REZENDE, s/d, p. 02).

Os inventários encontram-se como recomendação nos documentos internacionais desde o início do século XX, objetivando a produção de conhecimento sobre bens de significância cultural. Segundo Motta e Rezende (s/d) a Carta de Atenas, de 1931, recomendava que cada Estado desenvolvesse seu inventário e constituição de arquivos, reforçando a relação entre produzir conhecimento, acesso à informações, arquivos e inventário.

Em 1964 houve uma tendência mundial na revisão do conceito de patrimônio cultural a partir da publicação da Carta de Veneza, aumentando a discussão em relação aos valores dos objetos a serem contemplados. A partir dessa nova perspectiva tem-se uma dualidade em relação ao uso do inventário: o seu valor como (1) instrumento de cadastro e (2) como instrumento legal.

Reforçando o exposto na Carta de Atenas (1931), 37 anos depois, a Recomendação de Paris de 1968 - que apresenta propostas referentes à preservação dos bens culturais ameaçados por obras públicas ou privadas – evidencia que:

Deveriam ser mantidos inventários atualizados de bens culturais importantes, protegidos por lei ou não. No caso de não existirem esses inventários, seria preciso criá-los, cabendo a prioridade a um levantamento minucioso e completo dos bens culturais situados em locais em que obras públicas ou privadas os ameacem (PARIS, 1968, p. 03).

A necessidade da ação integrada por órgãos municipais, estaduais e federais em conjunto à comunidade interessada nas decisões de planejamento da cidade é exposta na Carta de Petrópoles de 1987. O documento evidencia também que no processo de preservação do Sítio Histórico Urbano, o inventário constitui-se em uma ferramenta básica para o entendimento do acervo cultural e natural, e ressalta a importância da participação da comunidade na realização do inventário, que “proporciona não apenas a obtenção do conhecimento do valor por ela atribuído ao patrimônio, mas também, o fortalecimento dos seus vínculos em relação ao patrimônio.” (PETRÓPOLES, 1987, p. 02).

É importante enfatizar a relevância das mudanças na forma de valorizar o patrimônio e do desenvolvimento das tecnologias de informação para o estudo do inventário como instrumento de preservação. A concepção do que é patrimônio se encontra em constante evolução e se torna cada vez mais complexa, por conta da diversidade cultural e da legitimidade dos valores atribuídos. A tecnologia da informação também se encontra em constante crescimento, onde anteriormente eram disponibilizados apenas materiais como gravuras, cartografias precárias e de difícil entendimento, e hoje com o seu desenvolvimento, há maior facilidade em disponibilizar informações mais úteis, completas e de fácil percepção.

A Nova Agenda Urbana (ONU, 2016) atesta o comprometimento global com o desenvolvimento sustentável como passo crucial para a materialização de uma perspectiva de cidade para todos. No ítem 156 do documento é amplamente exposta a relevância da promoção das políticas nacionais de tecnologia da informação e das estratégias de governo eletrônico (e-governo), bem como de ferramentas de governança digital voltadas ao cidadão – explorando inovações tecnológicas, inclusive programas de desenvolvimento de capacidade - de maneira a tornar as tecnologias da informação mais acessíveis ao público em geral, incluindo mulheres, crianças, jovens, idosos, pessoas com deficiência e em situação de vulnerabilidade, buscando ampliar sua participação e incentivando a governança responsável, tornando-a mais eficiente. A NAU (Nova Agenda Urbana) expõe ainda que:

O uso de plataformas e ferramentas digitais, incluindo sistemas de informação geoespacial, será encorajado de modo a aprimorar o desenho e o planejamento urbano e territorial integrado de longo prazo, a administração e gestão da terra e o acesso a serviços urbanos e metropolitanos. (ONU, 2016, p. 51).

Finalmente, no ítem 160, a NAU reitera o comprometimento com o encorajamento, a criação, a promoção e o aprimoramento de plataformas de dados abertas, integrantes e de fácil utilização, aplicando ferramentas tecnológicas e sociais disponíveis para transmitir e

compartilhar conhecimento entre governos nacionais, subnacionais, locais e atores relevantes, inclusive atores não estatais e pessoas físicas, com o objetivo de tornar a gestão e o planejamento urbano mais eficaz, eficiente e transparente por meio da e-governança, de abordagens amparadas pelas tecnologias de informação e comunicação, e da logística de informações geoespaciais.

O inventário é considerado um instrumento de preservação do patrimônio tombado, mas por si só ele não é capaz de tornar um bem protegido. A ferramenta se trata de um meio para os fins do tombamento e/ou da preservação, como objeto de produção de conhecimento, de sistematização, de delimitação e de reconhecimento de valores.

3.2 Inventário como Ferramenta de Preservação

No cenário mundial, a criação da primeira metodologia de inventário surgiu na França revolucionária em 1789 após a necessidade de identificar e descrever a conservação de bens culturais que foram transferidos do Antigo Regime³ para o Estado Novo. No mesmo ano foi determinada a sistematização e forma de coleta de dados, a partir dos estudos realizados por Felix Vicq D’Azyr, “cientista especialista em anatomia do cérebro e ciências naturais que aliado ao estudo dos monumentos históricos, publicou a *Instruction sur lamanière d’inventorie*” (SILVA, 2014, p. 19). Porém as comissões responsáveis pelo processo encerraram seus trabalhos com o fim da Revolução, que aliado à um período em que Napoleão voltou a atenção para os museus, fez com que os monumentos fossem deixados em segundo plano, com isso a noção de patrimônio histórico se manteve estagnada por décadas.

Em 1837 foi criado o Serviço do Inventário, e após a criação do cargo de inspetor dos monumentos históricos, foi estabelecida uma lista de obras a serem protegidas, onde a conservação delas estava sob a responsabilidade da Comissão dos Monumentos Históricos. Foi a partir desse momento que se iniciou a solidificação de uma política formal de inventário, onde o controle do processo de reconhecimento e classificação dos bens era responsabilidade do inspetor. O Serviço do Inventário objetivava identificar, classificar e ilustrar os edifícios e objetos relevantes.

O cientista Felix Vicq D’azyr definiu as categorias de bens a serem preservados - que incluía os monumentos da nação, mesmo aqueles que fossem símbolos do nepotismo, e descreveu os procedimentos técnicos adequados a cada um deles. A definição desse método de

³ Antigo Regime é a denominação do sistema político e social da França anterior a Revolução Francesa (1789). Durante esse período a sociedade francesa era dividida em três estados: clero, nobreza e burguesia.

estudos de bens edificados foi o primeiro passo para a posterior produção do Inventário Geral da França elaborado em 1964, que foi a primeira iniciativa de aplicação de inventário que se consolidou como Política de Estado, e se tornou a principal referência no mundo ocidental para a gestão do patrimônio cultural. O Inventário Geral foi realizado após a França se dar conta da deficiência de abrangência de seu inventário perante as ameaças da Segunda Guerra Mundial para/com os bens culturais do país.

Movido pelo discurso da perda, o então Ministro André Georges Maulraux (1901 – 1976) instituiu os princípios do inventário, instalando a Comissão Nacional do Inventário com a Lei de 4 de Outubro de 1962, conhecida como a Lei Maulraux que revolucionou a política relativa aos centros históricos da França, tratando-os como um problema de planejamento urbano e não uma questão cultural isolada. Além disso, criou por Decreto, de 04 de março de 1964, o ‘Comissão nacional encarregada do Inventário geral dos monumentos e obras de arte da França’. (SILVA, 2014, p. 24).

O Inventário Geral da França tinha como objetivo a elaboração de uma documentação sobre a arquitetura e obras de arte nacional, a partir da identificação, estudos e produção de conhecimento sobre os bens culturais nacionais. Sendo assim, ele não tinha objetivo de proteger os bens, não possuía efeito legal ou administrativo, ocasionando na desvinculação do Inventário com o Tombamento. Segundo Silva (2014) na década de 1960 já havia a preocupação com o uso da informática como ferramenta de preservação, pois a partir dela era possível coletar e armazenar dados de forma mais viável.

Silva (2014) afirma ainda que o Inventário Geral pretendia oferecer uma documentação renovada aos serviços administrativos que contavam com documentações insuficientes, à história regional e nacional, aos serviços de ordenamento territorial, e ao ensino. Após a inserção do Inventário Geral da França, países como Alemanha, Itália e Inglaterra passaram também a se preocupar com a utilização dessa ferramenta.

Então foi a partir do exemplo francês que se expandiu na Europa o interesse em catalogar bens culturais, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, onde houve grande destruição e saque do patrimônio cultural de vários países europeus.

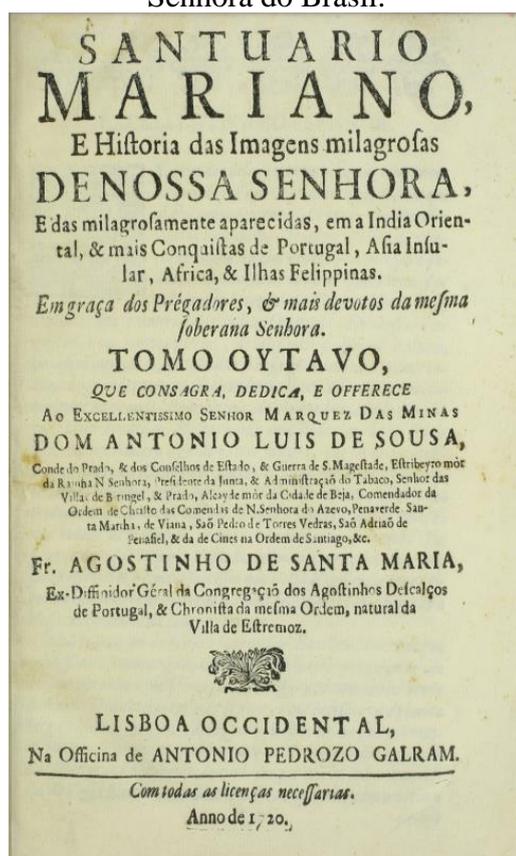
Dois fatores contribuíram para a expansão do inventário pelo mundo: a consolidação do Inventário Geral da França (1964), orientando o desenvolvimento de políticas de preservação em muitos países da Europa e também do continente Americano; e as recomendações de órgão internacionais, como a Unesco, ICOMOS e Conselho Europeu, em especial a criação do Inventário do Patrimônio Cultural Europeu (1968) (SILVA, 2014, p. 28).

No cenário brasileiro, foi durante a ocupação holandesa no nordeste do país que foram produzidos os primeiros registros da paisagem, que retratavam a natureza e cenários da

existência colonial conhecidos até os dias atuais. A partir disso, Silva (2014) traz uma análise interessante a partir do entendimento de que o inventário se trata de uma ferramenta que se faz efetiva no sentido de *encontrar* ou *descobrir*, a autora questiona: a partir do conhecimento de tal fato é possível afirmar então que os registros citados foram os primeiros inventários do patrimônio nacional?

Silva (2014) relata ainda dois exemplos de inventários do período colonial do Brasil, o primeiro se trata do “*Santuário mariano e histórias das imagens milagrosas de Nossa Senhora no Brasil*”, trabalho elaborado pelo Frei Agostinho de Santa Maria e publicado em 1722 em Lisboa. Esse trabalho foi baseado “no levantamento e na descrição de imagens e templos religiosos do Arcebispado da Bahia e nos Bispados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Maranhão, Pará, Rio de Janeiro e Minas Gerais.” (SILVA, 2014, p. 37).

Figura 16: Inventário do Santuário Mariano e história das imagens milagrosas de Nossa Senhora do Brasil.



Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Acesso em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7640>.

O segundo inventário citado pela autora foi o inventário dos prédios da cidade de Recife e Maurícia (atual bairro do Recife Antigo). Elaborado pelo escrivão Francisco Mesquita, o inventário em questão lista 290 imóveis e descreve as suas técnicas construtivas. A autora explica que não é possível indicar o motivo da elaboração desses inventários, porém sem

dúvidas eles não possuíam vínculo a uma política de preservação, “já que esta só entraria no cenário brasileiro no século XX, como uma ferramenta de construção da identidade cultural brasileira” (SILVA, 2014, p. 37).

A autora prossegue relatando que na década de 1920, Mário de Andrade⁴ foi o primeiro a despertar a importância de inventariar o patrimônio nacional. Foi ele que em 1924 realizou viagens pelo Brasil e encantou-se com a riqueza das artes coloniais religiosas, e foi a partir daí que o poeta decidiu viajar pelo Norte e Nordeste, dessa vez com uma metodologia bem estabelecida com o objetivo de caracterizar o patrimônio ainda desconhecido, tanto na forma física como simbólica a partir de sua vivência, registros, catálogos e exposição. As experiências culturais vivenciadas por Mário de Andrade mais tarde passariam a ter cunho pedagógico, quando ele esteve à frente do Departamento de Cultura de São Paulo, no período de 1935 a 1938.

Nesse momento, o inventário e o registro tiveram papel fundamental como instrumento de pesquisa, usando, inclusive, meios modernos, para aquela época, como a fonografia ou o filme sonoro para preservar a memória de uma cultura que seria atropelada pelo progresso (SILVA, 2014, p. 38).

Figura 17: Mário de Andrade



Fonte: Estante Virtual, s/d.

⁴ Mário de Andrade (1893-1945) nasceu em São Paulo, foi poeta, fotógrafo, escritor e musicólogo, e um dos pioneiros da poesia moderna brasileira.

No final da década de 1920 se iniciaram no Brasil as primeiras tentativas de criação de leis de proteção aos bens culturais, porém esses projetos de leis nem chegaram a ser votados no Congresso Federal. Segundo Chuva⁵ (2009) apud SILVA (2014) os projetos de leis apresentados ao Congresso por representantes de alguns estados, como Bahia, Pernambuco e Minas Gerais, foram baseados provavelmente na legislação francesa de 1913, visto que essa já mencionava a importância da classificação e catalogação de monumentos para a preservação, assim como as leis propostas. Além da preocupação em inventariar os bens, as tentativas de regulamentar a proteção do patrimônio estabeleciam também restrições a serem impostas, como a proibição da destruição total ou parcial, a modificação e/ou a restauração sem a análise e aprovação prévia do órgão responsável.

Foi Mário de Andrade que conseguiu prosseguir com o projeto de valorização do patrimônio brasileiro junto com o político Gustavo Capanema⁶, em 1930. E foi em 1936 que Rodrigo Melo de Franco Andrade⁷ convidou Mário de Andrade para enfim elaborar um anteprojeto para a formação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o SPHAN. O anteprojeto elaborado pelo poeta foi traduzido em 1937 em forma de lei, através do decreto-lei nº 25, de 30 de novembro do mesmo ano, tal decreto é utilizado pelo órgão federal de preservação até hoje.

Atualmente, os bens arquitetônicos e paisagísticos tombados de São Luís contam com programas públicos em andamento para sua preservação, a exemplo disso é a criação de novas políticas públicas, como o Habitar no Centro – Programa Nosso Centro criado pelo Governo do Estado, que visam a ocupação do centro histórico da cidade em busca de vitalidade urbana e conseqüentemente um aquecimento na economia, porém esses instrumentos dependem de outros mecanismos para seu pleno funcionamento.

O ato do tombamento e o registro do patrimônio são considerados dois instrumentos fundamentais para a preservação. É estabelecido no Artigo 216 § 1º da Constituição Federal brasileira (1988) que a proteção do patrimônio cultural do país deve ser promovida pelo poder público com a cooperação da comunidade, através de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de prevenção e preservação.

⁵ CHUVA, M. R. **Os arquitetos da memória:** sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 – 1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

⁶ Gustavo Capanema Filho (1900-1985) nasceu em Pitangui – MG, formou-se em Direito, foi um político brasileiro onde atuou como vereador da sua cidade natal, Secretário do Interior e Justiça e Ministro da Educação entre os anos 1934 e 1945, onde criou o SPHAN.

⁷ Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969) nasceu em Belo Horizonte -MG, foi um jornalista onde atuou como diretor-presidente de ‘O Jornal’, foi também escritor, advogado e pesquisador e atuou como Chefe de Gabinete do Ministro de Educação e Saúde entre 1930 e 1935.

A ‘Política de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil’, elaborado pela autora Paula Porta (2012) em tarefa ao IPHAN, organiza em sete tópicos as ações necessárias à preservação do patrimônio:

1. **Identificação, documentação e pesquisa;**
2. Proteção e Reconhecimento;
3. Preservação
4. Difusão de conhecimento e promoção;
5. Educação Patrimonial;
6. Formação e capacitação;
7. Fomento de atividades econômicas vinculadas ao patrimônio cultural.

Observa-se que entre as linhas de ações definidas pela autora, a documentação e entendimento do patrimônio se encontra em primeiro na lista, o que acontece porque o inventário sempre foi entendido como um passo crucial no processo de preservação, que posteriormente seria efetivado através do tombamento. Porém, hoje o inventário não é considerado mais apenas um meio para o tombamento, mas sim uma ação de preservação do patrimônio, apesar de não atribuir sozinho ao bem uma determinada proteção definida por lei.

Porta (2012) afirma ainda que o grau de aprofundamento do inventário, depende do objetivo em que ele será empregado, se ele em si constitui a ação de preservação, terá profundidade distinta de um inventário produzido para um processo de tombamento, e afirma também que a ação de documentar para preservar pode ou não vir seguida de outras ações. Por exemplo, pode-se citar a necessidade de um inventário mais amplo e completo que seria a própria ação de preservação, seguido de outras ações como projetos de revitalização para o patrimônio, que dependem diretamente das informações inseridas no inventário – que devem ser as mais detalhadas possíveis - para a sua eficiência.

A autora enfatiza que a documentação deve ser vista como prioridade, pois é a única que pode ser de fato abrangente e ilimitada, e estabelece que:

Entender a documentação e a produção de conhecimento sobre o patrimônio cultural como uma prioridade não significa atribuir essa competência estritamente aos órgãos de preservação. Ao contrário, trata-se de ação que **requer a participação de universidades, centros de pesquisa e outras organizações afins** para que se acelere, ganhe escala e venha a cobrir de forma cada vez mais substancial a extensão do patrimônio cultural presente no Brasil. (PORTA, 2012, p. 42. Negrito Nosso).

O inventário vai além de uma documentação utilizada para o registro de informações do patrimônio tombado. Ele é uma ferramenta ampla, reconhecida como

imprescindível para a preservação dos bens culturais mesmo antes da inserção de uma política cultural no Brasil, ele deve ser útil e acessível para compartilhar informações e conhecimento com a sociedade sobre os valores contidos em seu patrimônio.

E ainda, deve ser informativo e consistente para àqueles que pretendem intervir nas edificações tombadas, objetivando que essas intervenções venham a ser o mínimo agressivas e o máximo respeitadas possíveis com a história e a originalidade de um determinado bem, reconhecendo as características e valores particulares a serem preservados em cada caso, ocasionando em maior preservação da memória e cultura de uma sociedade.

3.3 A experiência do inventário da cidade de Valência na Espanha

O motivo pelo qual, entre tantos outros, o inventário da cidade de Valência na Espanha foi escolhido como modelo internacional para a realização de estudo de caso neste trabalho, se dá justamente pela facilidade de acesso às suas informações através do site da prefeitura da cidade, o que já de início impressionou e estimulou a presente autora a entender tal metodologia de modo a identificar suas forças e fraquezas, e qual lição pode ser trazida para o inventário ludovicense.

De acordo com Silva (2014), as primeiras experiências de inventário na Espanha aconteceram no fim do século XVIII, porém, somente em 1900 ocorreu a primeira iniciativa oficial, que se chamou '*Catálogo Monumental de España*', esse inventário não chegou a ser concluído, porém foi a sua metodologia que serviu de modelo para os posteriores inventários. Somente em 1933, os espanhóis criaram a primeira lei que tratava de patrimônio cultural no país.

Porém, anos depois o país passou por um período de Guerra Civil entre os anos de 1936 a 1939, que ocasionou em “além de inúmeros mortos e feridos, um rastro de destruição nas cidades e que se desdobrou para a ditadura Franquista” (SILVA, 2014, p. 31). Somente após as mudanças políticas ocorridas na Espanha entre os anos de 1975 a 1985 (Transição Democrática), em conjunto a solidificação do '*Estado de las Autonomias*', a preocupação com a criação de inventários volta a surgir, de forma diversificada quanto a quantidade e com aumento do número de bens catalogados.

Em 1978, foi estabelecida na nova Constituição do país, uma definição mais atual de patrimônio histórico, alinhado aos discursos das Convenções e Recomendações Internacionais da época. Esse novo conceito foi regulamentado pela '*Ley 16*' de 1985 do país, que trata do Patrimônio Histórico Espanhol e já separa os bens culturais de acordo com sua

relevância, definidos como ‘*BIC-Bienes de Interés Cultural e BRL-Bienes de Relevancia Local*’. Somente em 11 de Junho de 1998, com a aprovação da ‘*Ley 4*’, passa-se a definir diferentes níveis de proteção aos bens culturais espanhóis.

Os Bens de Interesse Cultural-BIC são aqueles que integram o patrimônio histórico do país e possuem características singulares de relevância nacional, essa classificação equivale ao tombamento federal no Brasil. Já os Bens de Relevância Local-BRL como o próprio nome sugere são aqueles em que suas características e singularidade possuem significância para uma região ou município. Segundo Silva (2014), o inventário espanhol não possui valor jurídico, mas apenas se configura em um conjunto de informações do patrimônio histórico/artístico do país.

Apesar de configurar-se em um conjunto de informações, até 1990 os inventários espanhóis ainda eram pouco eficientes, esse fato é atrelado principalmente as seguintes questões:

projetos de inventário vinculados a órgãos distintos da administração (cultural ou urbanístico); inventários criados com instrumento e metodologia própria; má gestão da documentação e da informação; problemas econômicos; critérios de valoração conservadores; inventário como mero registro de informação; inventário como procedimento administrativo declaratório (instrumento de proteção); cadastro de bens descontextualizado de seu território; ausência do patrimônio imaterial (SANCHEZ, 2007 apud SILVA, 2014, p. 31-32).

Após a análise sobre os inventários feitos até 1990, o Instituto Andalucia de Patrimônio Cultural propôs um inventário mais integrado, com a inclusão de bens de todas as naturezas e interligando a arquitetura e o urbanismo. Para que isso fosse possível foi imprescindível a criação de um sistema de informação que permitisse trabalhar bens de diferentes naturezas. Segundo Silva (2014), esse trabalho se solidificou com o ‘*Sistema de información del patrimonio histórico de Andalucía*’ (SIPHA), que foi elaborado pelo Centro de Documentação do Instituto que também coordenava em parceria com a ‘*Dirección General de Bienes Culturales*’ o projeto “Mosaico”, que objetivava desenvolver o ‘*Sistema de Gestión de los Bienes Culturales*’.

Essa proposta do Instituto Andalucia resultou no inventário utilizado hoje na Espanha, e especificamente em Valência. É importante entender que a Espanha se configura em 17 Comunidades autônomas, de acordo com o estabelecido no Artigo 137 da Constituição de 1978, em vigor. A Comunidade Valenciana contém três províncias: Valência (capital administrativa), Alicante e Castellón. A tarefa de dividir o patrimônio cultural em BIC e BRL é atribuída a ‘*Conselleria d’Educació, Cultura i Esport*’ da Comunidade Valenciana. Através

do site da Conselleria (Secretaria) é possível acessar a listagem dos bens de acordo com sua relevância, com alcance a dados simplificados sobre cada um. Os bens definidos como BIC se encontram na 1ª Seção do Inventário Geral do Patrimônio Cultural Valenciano e os definidos como BRL na 2ª Seção.

Figura 18: Site da Conselleria d'Educació, Cultura i Esport de València – Inventário

Conselleria d'Educació, Cultura i Esport

Cerca Val / Cas

Estàs en: Inici > Cultura > Patrimoni Cultural i Museus > Inventari General del Patrimoni Cultural Valencià

ÀREES

- ▲ Educació i Investigació
- ▲ Cultura
- ▲ Esport

PATRIMONI CULTURAL I MUSEUS

- ▲ Inventari General del Patrimoni Cultural Valencià
 - ▲ Secció 1a. Béns d'interès cultural
 - ▲ Secció 2a. Béns de rellevància local
 - ▲ Secció 3a. Béns mobles de rellevància patrimonial
 - ▲ Secció 5a. Béns immaterials de rellevància local
 - ▲ Altres inventaris sectorials no inclosos en l'IGPCV
 - ▲ Tràmits i gestions vigents - patrimoni cultural
 - ▲ Tràmits i gestions vigents -

INVENTARI GENERAL DEL PATRIMONI CULTURAL VALENCIÀ

- ▶ Secció 1a. Béns d'interès cultural
- ▶ Secció 2a. Béns de rellevància local
- ▶ Secció 3a. Béns mobles de rellevància patrimonial
- ▶ Secció 5a. Béns immaterials de rellevància local

La D.G. de Patrimoni Cultural Valencià pot comptar amb altres dades, ja que l'inventari de la secció 1a i 2a està en continua actualització, per això els resultats de la consulta tenen caràcter informatiu i provisional.

Fonte: <http://www.ceice.gva.es/va/web/patrimonio-cultural-y-museos/inventario-general>

Acessando uma das seções, é possível filtrar por Província para obter uma listagem mais específica.

Figura 19: Pesquisa 1ª Seção Inventário Geral - Filtros

Conselleria d'Educació, Cultura i Esport

Cerca Val / Cas

Estàs en: Inici > Cultura > Patrimoni Cultural i Museus > Inventari General del Patrimoni Cultural Valencià > Secció 1a. Béns d'interès cultural

ÀREES

- ▲ Educació i Investigació
- ▲ Cultura
- ▲ Esport

PATRIMONI CULTURAL I MUSEUS

- ▲ Inventari General del Patrimoni Cultural Valencià
 - ▲ Secció 1a. Béns d'interès cultural
 - ▲ Secció 2a. Béns de rellevància local
 - ▲ Secció 3a. Béns mobles de rellevància patrimonial
 - ▲ Secció 5a. Béns immaterials de rellevància local
 - ▲ Altres inventaris sectorials no inclosos en l'IGPCV
 - ▲ Tràmits i gestions vigents - patrimoni cultural
 - ▲ Tràmits i gestions vigents -

SECCIÓ 1A. BÉNS D'INTERÉS CULTURAL

Enllaçar

Cerca simple Cerca avançada

Municipi

Comarca

Província València

Tipus de bé Alacant Castelló València

Categoria Totes

Cercar

Fonte: <http://www.ceice.gva.es/va/web/patrimonio-cultural-y-museos/bics>

Após a filtragem por província, aparecerá uma listagem de bens. Selecionando um dos bens obtém-se informações básicas sobre ele:

Figura 20: Informações básicas – Exemplo Universidade de Valencia

The screenshot shows a web page with a navigation menu on the left and a main content area. The main content area is titled 'Universidad de Valencia' and contains a table of metadata. The table has columns for 'Fitxa', 'Dades jurídiques', 'Descripció', 'Fotos', and 'Ubicació i entorn'. The 'Fitxa' column contains the following information:

Codi	46.15.250-027
Denominació	Universidad de Valencia
Altra denominació	Universidad Literaria
Municipi	VALÈNCIA
Comarca	VALÈNCIA
Província	València
Localització	C/ de la Nave, 2
Època	S.XV, S.XVII, S.XVIII, S.XIX, S.XX
Ús primitiu	Docent
Estil	Neoclassicista
Tipologia	Edificis - Edificis dotacionals - Edificis docents

To the right of the table, there are three small images: a top-down view of the building, a street-level view, and a map showing the location. The page also includes a breadcrumb trail at the top: 'Estàs en: Inici > Cultura > Patrimoni Cultural i Museus > Inventari General del Patrimoni Cultural Valencià > Secció 1a. Béns d'interés cultural'.

Fonte: <http://www.ceice.gva.es/va/web/patrimonio-cultural-y-museos/bics>

As características básicas trazidas no site da ‘Conselleria’ já são bastante informativas e úteis, como o estilo, uso atual, tipologia e época, além de dados jurídicos da edificação, como a classificação quanto a natureza, a categoria, dados do entorno de proteção e intervenções já realizadas. O Inventário geral coloca também uma descrição do bem, além de fotos e sua localização em mapa.

Para ter acesso a dados mais precisos sobre os imóveis é necessário acessar o site da prefeitura da Província (Ayuntamiento de Valencia). É nessa página que se encontram as fichas preenchidas do inventário, juntamente com as normas de aplicação atribuídas a elas. Então, basicamente a Generalitat Valenciana (Conselleria) trata de delimitar em que nível de proteção se enquandram os bens, e a prefeitura da província trata de incluir esses bens no inventário padrão utilizado na Espanha.

No site ‘Ayuntamiento de Valencia’, na aba ‘urbanismo’ é possível acessar o manual do inventário valenciano, que tem como objetivo incluir os bens culturais na categoria correta definida por lei e assegurar a proteção adequada a eles. O manual reúne o conjunto de fichas, normativas e documentos que devem ser usadas para coletar informações sobre o patrimônio.

Figura 21: Site Ayuntamiento de Valencia – Acesso ao Inventário

The screenshot shows the website of the Ayuntamiento de Valencia. At the top, there are navigation links for 'Valenciano', 'Buzón ciudadanía', 'Mapa web', and 'Home'. Below this is a main navigation bar with categories: 'AYUNTAMIENTO', 'TRÁMITES Y GESTIONES', 'WEBS MUNICIPALES', 'LA CIUDAD', and 'NOTICIAS'. A prominent banner for 'COVID19 VALÈNCIA' is visible, with the URL 'coronavirus.valencia.es'. The main content area is divided into two columns. The left column is titled 'URBANISMO Y VIVIENDA' and lists various urban planning topics. The right column is titled 'CATÁLOGO DE BIENES Y ESPACIOS PROTEGIDOS (MEMORIA, NORMAS, FICHAS Y PLANOS)' and includes a sub-section '9.1 De origen Urbano' with links to 'Normas', 'Índice del catálogo', 'Planos de información por distritos', and 'Fichas bienes por distritos'. There is also a section for 'Presentación de Alegaciones' with a detailed explanation of the online process and a link to 'Acceder'.

Fonte:

<https://www.valencia.es/ayuntamiento/urbanismo.nsf/vDocumentosTituloAux/83CE1502BF8B05F5C12577AB00435972?OpenDocument&bdOrigen=ayuntamiento%2Furbanismo.nsf&idapoyo=929D91DEF4FCBCEFC12577A7002A418E&lang=1>

As diretrizes estabelecidas pelo documento determinam subcategorias para as duas categorias de bens previamente estabelecidas. Os Bens de Interesse Cultural se subdividem em (M) Monumentos, (CH) Conjunto Histórico, (JH) Jardim Histórico e (ZA) Zona Arqueológica. Os Bens de Relevância Local são subdivididos em (MIL) Monumentos de Interesse Local, (NHT) Núcleo Histórico Tradicional, (ARH) Assentamento Rural Histórico, (JHIL) Jardim Histórico de Interesse Local, (EEIL) Espaço Etnológico de Interesse Local, (SHIL) Sítio Histórico de Interesse Local e (EPA) Espaço de Proteção Arqueológica.

Além do BIC e BRL, o manual do inventário cita os bens que não se encaixam em nenhum dos dois grupos, esses bens não foram catalogados pela Conselleria, apesar disso são inseridos no inventário da província, porém em outras três categorias distintas de proteção: Abrangente, Parcial e Ambiental.

O nível de proteção Abrangente inclui os bens com características singulares e/ou monumentais que devem ser preservados integralmente por razões históricas ou artísticas, seja ele um bem arquitetônico, paisagístico ou ambiental. O nível de proteção Parcial exige que o bem seja mantido pelo menos parcialmente na sua forma original, preservando elementos que definem sua estrutura, sua forma, e aqueles que possuem um valor intrínseco, como por

exemplo, no caso de um imóvel deve ser preservada sua fachada pois se trata de um elemento visível ao público e que compõe o entorno. O nível de proteção ambiental inclui aqueles bens que mesmo não contendo valor especial na sua singularidade material, contribuem para a definição da paisagem urbana e das características tradicionais de um local. Também são incluídos nessa categoria os bens que estão incluídos em espaços urbanos protegidos, como ruas e praças.

Após a apresentação dos tipos de proteção, o manual do inventário valenciano traz informações sobre as fichas de preenchimento. De acordo com o Manual do Inventário Valenciano (2010), as fichas de catalogação foram desenvolvidas a partir do que é estabelecido no Artigo 50 da Lei de Patrimônio Cultural de Valência, que exige que os inventários especifiquem a situação e a descrição detalhada dos bens, além da determinação dos valores reconhecidos que justificam sua classificação, a subcategoria em que ele está inserido, as características do entorno, o grau de proteção atribuído a ele e o regime de intervenção autorizado.

O conteúdo das fichas varia de acordo com a subcategoria em que o bem se encaixa, o que originou em dois modelos de fichas. O primeiro modelo deve ser utilizado para preenchimento das informações sobre os bens definidos como Monumento (BIC), Jardim Histórico (BIC), Monumento de Interesse Local (BRL) e Jardim Histórico de Interesse Local (BRL). O segundo modelo deve ser usado com preenchimento de dados sobre Conjunto Histórico (BIC), Zona Arqueológica (BIC), Núcleo Histórico Tradicional (BRL), Assentamento Rural Histórico (BRL), Espaço Etnológico de Interesse Local (BRL), Sítio Histórico de Interesse Local (BRL) e Espaço de Proteção Arqueológica (BRL).

O Modelo 1 de ficha se inicia com um cabeçalho com informações básicas sobre o bem, a esquerda é colocada a localização (Rua e nº), o bairro, distrito, e o código do bem (nível de proteção – BIC ou BRL – nº do bairro, número do distrito e uma chave numérica), e a direita o nível de proteção em que se encaixa o bem (BIC, BRL, Abrangente, Parcial ou Ambiental). Posterior a isso são inseridos uma série de dados analíticos (Figuras 22, 23 e 24), que dizem respeito aos parâmetros e características físicas do bem.

Esses dados analíticos são divididos em: Parcela, Edificação, Circunstâncias Urbanísticas e Patrimoniais Vigentes, Descrição e Referências Históricas, e Referências Técnicas. A ‘Parcela’ caracteriza como a edificação está inserida no meio urbano, se ela é de esquina, se está entre dois lotes ou isolada, define também a forma da edificação e quantos m² ela tem, vem acompanhada a uma fotografia aérea ao lado direito. No ítem ‘Edificação’ é informado o número de edificações, número de pavimentos, a ocupação do lote e o estado de

conservação, e vem acompanhado no lado direito de uma planta de situação da edificação.

Em ‘Circunstâncias Urbanísticas e Patrimoniais Vigentes’ é colocado o documento de planejamento que estabelece o regime urbanístico correspondente a parcela onde o bem está inserido, a folha do planejamento geral, a classificação do solo (urbano ou rural) e da edificação (institucional, religioso, cultural, entre outros), o uso atual e o grau de proteção vigente anterior a inserção no catálogo. No item ‘Descrição e Referências Históricas’ são descritas em texto as características históricas da edificação, sua origem e evolução ao longo do tempo em relação ao entorno. Em ‘Referências Técnicas’ são expostos o autor do projeto, o sistema construtivo utilizado e a data de construção da edificação.

Após os dados analíticos, são expostos uma série de dados valorativos (Figura 24). Esses dados buscam demonstrar os valores presentes nos bens para que assim possam ser definidas as possibilidades de modificações nas edificações. O primeiro item desses dados trata dos ‘Valores Patrimoniais’, onde são colocados parâmetros de avaliação sobre cada valor contido na edificação, dividido em quatro grupos. O primeiro grupo ‘Valor Urbanístico’ remete a relação do edifício com seu entorno e a relevância da sua implantação, o segundo, ‘Valor Arquitetônico’ se refere a atribuição que a edificação possui em relação a sua características arquitetônicas, se ela se trata de uma referência ao seu estilo, se possui referência cultural em sua forma, e se faz referência as tipologias do local. No terceiro grupo, ‘Valor Sócio-cultural’ é exposto se o bem possui relação com algum fato histórico, político ou social de grande importância, e no quarto grupo ‘Valor Detalhado’ (Pormenorizada) busca mostrar quais elementos do edifício podem sofrer alterações ou reformas sem a perda de seus valores, as partes da edificação são analisadas de forma independente.

Figura 22: Modelo 1 de Ficha do Inventário Valenciano – Página 01



Firmado por: MANUEL LATORRE HERNANDEZ -
 NIF: 24341131R
 Motivo: Revisión Simplificada del Plan General de Valencia
 Localización: Secretario del Área de Urbanismo, Vivienda y Calidad Urbana del Ayuntamiento de Valencia
 Fecha y hora: 23.09.2010 09:30:21

REVISIÓN SIMPLIFICADA DEL PLAN GENERAL DE VALENCIA
 CATÁLOGO DE BIENES Y ESPACIOS PROTEGIDOS
 Ordenación Estructural

UNIVERSIDAD DE VALENCIA

SITUACIÓN: CALLE NAVE, Nº2 BARRIO: 2- LA XEREA DISTRITO: 1- CIUTAT VELLA CÓDIGO: BIC 01. 02. 18 CATEGORÍA: MONUMENTO	BIEN DE INTERÉS CULTURAL FECHA DECLARACIÓN: 02.10.1991 [BOE 04.12.1981]
---	--

1. PARCELA:

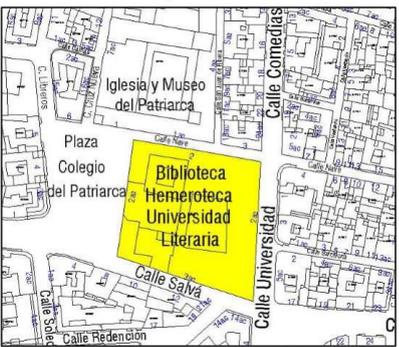
REF. CATASTRAL VIGENTE:
 Cartografía Catastral: YJ2762E
 Manzana: 60264
 Parcela: 01
 CART. CATASTRAL: 401-22-III
 IMPLANTACIÓN: MANZANA AISLADA
 FORMA: REGULAR
 SUPERFICIE: 4187,53 M2

2. EDIFICACIÓN:

NÚMERO DE EDIFICIOS: 1
 NÚMERO DE PLANTAS: 3
 OCUPACIÓN: TOTAL
 CONSERVACIÓN: BUENA



Fotografía Aérea 2008



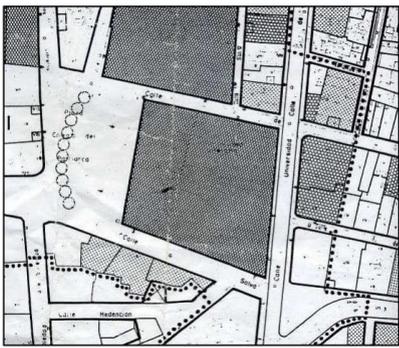
Parcelario Municipal 2008

3. CIRCUNSTANCIAS URBANÍSTICAS Y PATRIMONIALES VIGENTES:

PLANEAMIENTO: PGOU [BOE 14.01.1989] y en su texto refundido y correc. errores [DOGV 03.05.1993]
 PEPRI Universitat - San Francesc Ad 20.11.1992 [DOGV 08.01.1993 / BOP 18.01.1993]

HOJA PLAN GENERAL: C-34
 CLASE DE SUELO: SU
 CALIFICACIÓN: (GEC). Sistema General Educativo-Cultural Universidad

USO: --
 PROTECCIÓN ANTERIOR: PROTEGIDO 1
 OTROS: Nº Archivo: RI1275
 Declarada Monumentos Histórico -Artístico de carácter Nacional, BOE 04.12.1981



PEPRI Universitat – San Francesc



AJUNTAMENT DE VALENCIA

ÀREA DE URBANISMO VIVIENDA Y CALIDAD URBANA - DIRECCIÓN GENERAL DE PLANEAMIENTO

1/4



Fonte:

<https://www.valencia.es/ayuntamiento/urbanismo.nsf/vDocumentosTituloAux/83CE1502BF8B05F5C12577A B00435972?OpenDocument&bdOrigen=ayuntamiento%2Furbanismo.nsf&idapoyo=929D91DEF4FCBCEFC12577A7002A418E&lang=1>

Figura 23: Modelo 1 de Ficha do Inventário Valenciano – Página 02

REVISIÓN SIMPLIFICADA DEL PLAN GENERAL DE VALENCIA

CATÁLOGO DE BIENES Y ESPACIOS PROTEGIDOS

Ordenación Estructural

UNIVERSIDAD DE VALENCIA

4. DESCRIPCIÓN Y REFERENCIAS HISTÓRICAS:

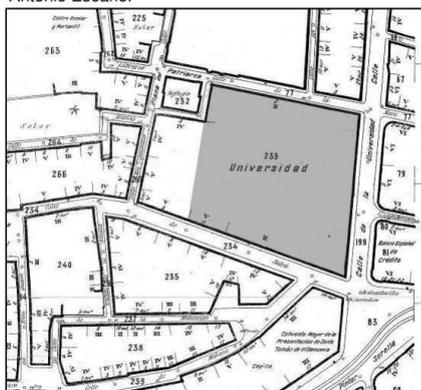
Descripción General:

El edificio actual de la Universidad Literaria de Valencia data de mil ochocientos treinta y es de estilo neoclásico. La entrada principal, mediante un zaguán, desemboca en el claustro, con peristilo de orden toscano realizada por Monleón, y sostiene la galería que lo cubre. Históricamente su interés no es menor, por haberse asentado allí el Estudio General, síntesis de todos los de la ciudad, en cuya unión intervino San Vicente Ferrer, y ser a la vez fundación pontificia de Alejandro VI, el Papa valenciano, y de Fernando el Católico, como Rey de Valencia. Es interesante su contenido en cuadros esculturas y libros. Conserva códices miniados góticos y bizantinos, incunables como el primer libro impreso en España, "Tirant lo Blanch", varias ediciones de los Fueros y numerosas biblias. (Real Decreto 2877/1981 de 2 de octubre. BOE 04.12.81. Número 290)

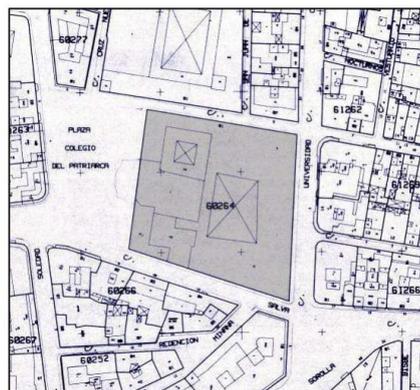
En el centro de la ciudad frente al Real Colegio Seminario del Corpus Christi o del Patriarca se levanta este edificio que ocupa una manzana completa. Los orígenes del Estudi General se remontan a finales del siglo XV. Fue en 1490 cuando el Consejo de la Ciudad acordó la compra de una casa con huertos y patios anexos para instalar la Universidad de Valencia que se hizo tres años más tarde. El Estudi General quedó inaugurado oficialmente en 1502. Según se puede observar en el plano del Padre Tosca se ve que tenía en aquel momento (1704, fecha de publicación del plano) una planta trapezoidal con numerosas construcciones anejas, siendo la única fachada alineada a la recayente a la calle Universidad. También se distinguen dos patios interiores, el de mayor tamaño presenta vanos con una distribución irregular, mientras el menor presenta arcadas. El teatro o paraninfo de la universidad se realizó en el siglo XVII. Se trata de una sala de planta cuadrada de aproximadamente unos 18 metros de lado y unos 13 de altura. La estancia está cubierta por una bóveda de cañón dividida por un arco fajón, cada uno de los tramos presenta lunetos. En origen presentaba un graderío con seis escalones, transformado luego en tres, con banquetas. Este espacio fue reformado en el siglo XIX por Monleón abriendo una nueva puerta sin modificar la estructura. La capilla actual fue realizada en el primer tercio del siglo XVIII, es de una sola nave con cabecera rectangular sobre la que se eleva una cúpula ovalada. La cubierta se realiza mediante una bóveda de cañón con lunetos, separada por arcos fajones. La cúpula se eleva sobre cuatro arcos torales y presenta óculos que facilitan la iluminación interior. En 1789 el arquitecto Joaquín Martínez presentó dos proyectos para la incorporación de la reestructuración de la biblioteca debido a la donación de Pérez Bayer. Se ubicó la biblioteca en la planta principal en el ángulo de la calle de la Nave y Universidad. A la vez se unificó la fachada que será seguida en épocas posteriores y que le confiere el aspecto actual. En 1812 el edificio es bombardeado e incendiado ocasionando desperfectos, y siendo ocupado como hospital de prisioneros. Así se inician una serie de reformas por Timoteo Calvo que se realizaron entre los años 1839 y 1845. En 1840 se realiza la ampliación de la fachada según el modelo que había establecido Martínez. Entre 1844 y 45 se reformó el patio mayor a modo de peristilo para un mejor acceso a las aulas. Desde mediados de siglo hasta 1875 está al frente de las obras Sebastián Monleón realizando diferentes intervenciones de las que cabe destacar la reforma del Teatro, el Observatorio Meteorológico, la Sala Rectoral y la conclusión del patio entre otras. En la zona del edificio donde estuvo la academia se instaló desde 1872 a 1877 el Museo de Historia Natural. En 1876 Antonio Martorell concluyó las fachadas y las calles quedaron más alineadas, a excepción de la plaza del Patriarca. A mediados del siglo XX Javier Goerlich realizó la parte superior del claustro en orden jónico rematada por una balaustrada. Hacia los años 60 se eliminaron las casas anejas y se pudo concluir la fachada de la plaza. (Extracto de la ficha BIC's de la web de la D.G. de Patrimoni Cultural Valencià)

Observaciones:

A finales del siglo XX se acometió una rehabilitación integral del edificio, dirigiendo las obras Luis Carratalá y Antonio Escario.



Cartográfico Municipal 1929-1945



Cartográfico C.G.C.C.T 1980



AJUNTAMENT DE VALENCIA

ÀREA DE URBANISMO VIVIENDA Y CALIDAD URBANA - DIRECCIÓN GENERAL DE PLANEAMIENTO

2/4

Fonte:

<https://www.valencia.es/ayuntamiento/urbanismo.nsf/vDocumentosTituloAux/83CE1502BF8B05F5C12577A B00435972?OpenDocument&bdOrigen=ayuntamiento%2Furbanismo.nsf&idapoyo=929D91DEF4FCBCEFC12577A7002A418E&lang=1>

Figura 24: Modelo 1 de Ficha do Inventário Valenciano – Página 03

REVISIÓN SIMPLIFICADA DEL PLAN GENERAL DE VALENCIACATÁLOGO DE BIENES Y ESPACIOS PROTEGIDOS
Ordenación Estructural**UNIVERSIDAD DE VALENCIA****5. REFERENCIAS TÉCNICAS:**

AUTOR DEL PROYECTO: --

FECHA DE CONSTRUCCION: ss. XVII-XX

SISTEMA CONSTRUCTIVO:

Sistema Portante: Muros de fábrica de ladrillo macizo.

Sistemas Sustentante: Forjados de viguetas de madera y revoltón vistos. Destacan también los sistemas abovedados del claustro y capilla.

**6. VALORES PATRIMONIALES:****Valoración urbanística:**

- Valor ambiental
- Integración Urbana
- Carácter articulador
- Carácter estructural

Valoración arquitectónica:

- Adscripción tipológica
- Carácter modelo referencia
- Ref. cultural-arquitectónica

Valoración socio-cultural:

- Referencia histórica

Valoración pormenorizada:

- Fachada principal
- Fachada trasera o lateral
- Cubierta
- Estructura espacial interna
- Patio
- Claustro
- Capilla
- Cúpula



3/4



AJUNTAMENT DE VALENCIA

ÀREA DE URBANISMO VIVIENDA Y CALIDAD URBANA - DIRECCIÓN GENERAL DE PLANEAMIENTO

Fonte:

<https://www.valencia.es/ayuntamiento/urbanismo.nsf/vDocumentosTituloAux/83CE1502BF8B05F5C12577AB00435972?OpenDocument&bdOrigen=ayuntamiento%2Furbanismo.nsf&idapoyo=929D91DEF4FCBCEFC12577A7002A418E&lang=1>

O próximo ítem do Modelo 1 de ficha do inventário em questão é o ‘Entorno de Proteção’, que como o próprio nome sugere, busca identificar o entorno de proteção do bem. Quando se trata dos BIC, o entorno de proteção deve ser previamente definido através do Decreto de declaração de proteção do bem, em casos que esse entorno não é definido pelo Decreto, o inventário propõe uma delimitação, porém ela não possui valor legal. Se tratando dos BRL só há necessidade de delimitação de entorno quando o bem possui uma relação com ele, por exemplo, quando o bem está localizado em um bairro incluso na categoria de Sítio Histórico de Interesse Local.

A definição do entorno de proteção na ficha é colocada através de mapa, acompanhado a uma descrição da delimitação do entorno. Posterior a isso é colocado o ítem relacionado ao ‘Regime de Intervenção’, onde é definido qual nível de interferência pode ser realizada na edificação, isso está diretamente ligado ao nível de proteção do imóvel e ao ítem ‘Valores Patrimoniais’, o ítem em questão traz uma planta baixa esquemática da edificação ao lado dos campos de preenchimento. A ‘Conservação’ é aquela que permite intervir na edificação apenas com o intuito de manter o que já existe, realizada por precaução e periodicamente. A ‘Restauração’ busca retomar as características originais do edifício, podendo haver reposição de elementos primitivos e retirada de elementos impróprios quando identificados. A ‘Reforma e redistribuição interior’ remete a adequação do espaço para determinado uso, e depende diretamente dos valores atribuídos aquele espaço.

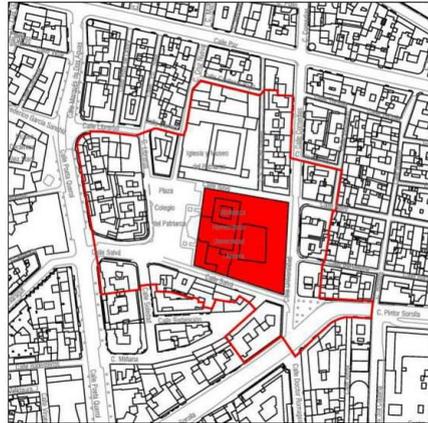
Em ‘Normativa de Aplicação’ deve ser indicada o artigo ou capítulo do manual do catálogo que estabelece o regime de proteção do bem inventariado. O penúltimo ítem objetiva dispor as referências bibliográficas utilizadas para o preenchimento da ficha, e o último ‘Observações’, busca a colocação de informações que não foram contempladas durante o preenchimento.

Figura 25: Modelo 1 de Ficha do Inventário Valenciano – Página 04

REVISIÓN SIMPLIFICADA DEL PLAN GENERAL DE VALENCIA
CATÁLOGO DE BIENES Y ESPACIOS PROTEGIDOS
 Ordenación Estructural
UNIVERSIDAD DE VALENCIA

7. ENTORNO DE PROTECCIÓN:

Delimitación del entorno afectado:



Descripción de la línea delimitadora:

Origen: Encuentro de la alineación sur de la calle Salvá con la alineación este de la calle Poeta Querol.

Sentido: Sentido horario.

Línea delimitadora: Desde el origen la línea continúa por la alineación este de la calle Poeta Querol, girando por la alineación sur de la calle de las Damas hasta la alineación este de la calle Cruz Nueva, bordeando el edificio del Patriarca por sus fachadas este (parcialmente y norte hasta la calle San Juan de Ribera, cruzando la misma y recorriendo las traseras de los dos edificios de la manzana cuyas fachadas dan a la calle de la Paz, saliendo a la calle de las Comedias y continuando por la alineación oeste de la misma hasta enfrenar con la alineación sur de la calle de los Notarios continuando por la misma hasta la alineación este de la calle Vestuario, por la que continúa, hasta la calle de la Nave, recorriendo las traseras de los edificios cuya fachada da a la calle de la Universidad, hasta encontrar la calle Pintor Sorolla, continuando por la alineación norte de la misma hasta la calle Bonaire, cruzando en el encuentro con la misma hasta la alineación sur de la calle Pintor Sorolla y recorriendo la misma

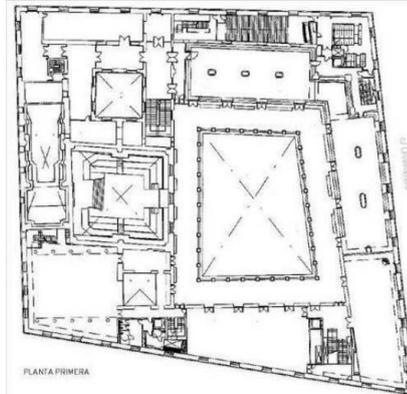
recorriendo la misma hasta el cruce con la alineación oeste de la calle Dr. Romagosa, cruzando en este punto y en perpendicular la calle Pintor Sorolla y recorriendo la alineación norte de la misma en dirección Plaza del Ayuntamiento hasta encontrar la primera medianera y cruzando en perpendicular la manzana por la misma, la línea sale por la calle Miñana en dirección calle Salvá, hasta enfrenar con la medianera del primer edificio de la manzana con fachada, a la misma calle Salvá y entrando por dicha medianera la línea recorre las traseras de los edificios cuya fachada da a la calle Salvá, hasta la calle Poeta Querol y desde el encuentro con la alineación este de la misma hasta el origen.

Delimitación del entorno de protección: Incoado, Resolución 27.07.1993 [DOGV 05.10.1993, BOE 07.09.1993]

8. RÉGIMEN DE INTERVENCIÓN:

- Conservación
- Restauración
- Eliminación de elementos impropios
- Reposición de elementos primitivos
- Reforma y redistribución interior

Condiciones:



9. NORMATIVA DE APLICACIÓN:

10. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Real Decreto 2877/1981 de 2 de octubre. BOE 04.12.81. Número 290.
- Ficha BIC's de la web de la D.G. de Patrimoni Cultural Valencià. Conselleria de Cultura i Esport. [http://www.cult.gva.es/dgpa/Bics/listado_bics.asp]. Consulta 29.03.2010
- A.A.V.V.: "Catálogo de monumentos y conjuntos de la Comunidad Valenciana". Conselleria de Cultura, Educació i Ciència.Valencia.1983.

11. OBSERVACIONES:

El Ayuntamiento de Valencia, de conformidad con la Ley de Patrimonio Cultural Valenciano, ha iniciado la redacción y tramitación del Plan Especial de Protección de este Bien de Interés Cultural. El Plan Especial podrá, en su caso, afectar al contenido de esta ficha.



AJUNTAMENT DE VALENCIA

ÁREA DE URBANISMO VIVIENDA Y CALIDAD URBANA - DIRECCIÓN GENERAL DE PLANEAMIENTO

Fonte:

<https://www.valencia.es/ayuntamiento/urbanismo.nsf/vDocumentosTituloAux/83CE1502BF8B05F5C12577AB00435972?OpenDocument&bdOrigen=ayuntamiento%2Furbanismo.nsf&idapoyo=929D91DEF4FCBCEFC12577A7002A418E&lang=1>

O Modelo 2 de ficha, que deve ser aplicado para as categorias CH, JH, ZA, NHT, ARH, EEIL, SHIL e EPA, se inicia da mesma forma que o Modelo 1, com um cabeçalho com informações básicas. Posterior a isso são expostos os dados analíticos (Figuras 26, 27, 28 e 29), assim como no primeiro modelo, porém nesse caso no lugar do item 'Parcela' é colocado o item 'Identificação', que busca identificar as coordenadas, o m² do sítio estudado e as numerações referentes ao plano cadastral que delimita o espaço. Em 'Implantação', deve ser caracterizada a ocupação em estudo (se ela é densa, compacta, linear, entre outros), indicar o número de edificações afetadas pela proteção, e de modo geral as suas formas (regular ou irregular), característica que também deve ser atribuída ao traçado urbanístico. Nesse item é importante citar o uso predominante das edificações e referenciar o local através da cartografia.

Assim como no primeiro modelo de ficha, o segundo traz informações sobre as Circunstâncias Urbanísticas e Patrimoniais Vigentes, também indicando a classificação do solo e do bem, o documento de planejamento sobre o regime urbanístico correspondente, a folha do planejamento geral, o uso atual e o grau de proteção anterior. O próximo item trata das 'Referências Históricas', onde são descritos os fatores históricos relacionados ao bem, sua origem e evolução. Em 'Referências Técnicas' são expostas em texto as características urbanísticas, como a malha urbana, organização dos equipamentos urbanos e espaços livres.

Os dados valorativos (Figuras 29, 30 e 31) tem como primeiro item os 'Valores Patrimoniais', que se assemelha ao modelo 1 de ficha, porém os grupos possuem outros tipos de informações, adequados ao tipo do bem. No grupo 'Valor Arquitetônico' busca identificar se as edificações presentes no local possuem uma tipologia ligada ao espaço e se a morfologia do local depende de elementos das edificações, como as fachadas. Em 'Valor Urbanístico' se refere a relação atual que o próprio espaço possui com possíveis alterações, de forma mais clara, se modificações no espaço podem alterar o valor reconhecido ali, ao lado deve ser colocado em qual categoria esse bem imóvel é atribuído quanto a sua alteração.

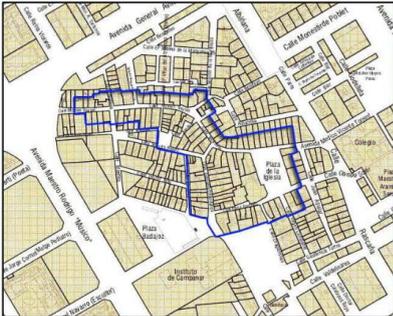
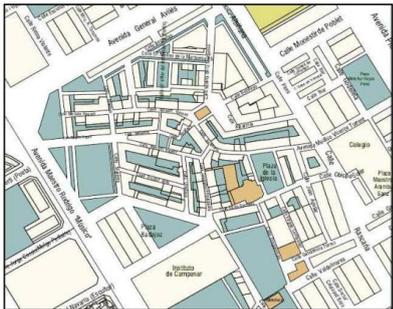
Em 'Valor Paisagístico e Ambiental' podem ser destacadas as percepções quanto a esse bem, se ele é muito ou pouco contemplado, a qualidade do espaço urbano, se possui variações de ocupações, os elementos que tornam o espaço e edificações que o compõem valiosos e se existe herança paisagística no local (patrimônio botânico). Sobre o 'Valor Sociocultural' é exposto se o bem possui relação com feitos históricos, socioeconômicos, culturais e arqueológicos.

Figura 26: Modelo 2 de Ficha do Inventário Valenciano – Página 01

REVISIÓN SIMPLIFICADA DEL PLAN GENERAL DE VALENCIA
CATALOGO DE BIENES Y ESPACIOS PROTEGIDOS
 Ordenación estructural

Firmado por: MANUEL LATORRE HERNANDEZ -
 NIF:24341131R
 Motivo: Revisión Simplificada del Plan General de
 Valencia
 Localización: Secretario del Área de Urbanismo,
 Vivienda y Calidad Urbana del Ayuntamiento de Valencia
 Fecha y hora: 23.09.2010 09:52:21

NÚCLEO PRIMITIVO DE CAMPANAR

SITUACIÓN: CAMPANAR BARRIO: 1 - CAMPANAR DISTRITO: 4 - CAMPANAR CÓDIGO: BRL 04. 01. 02 CATEGORÍA: NÚCLEO HISTÓRICO TRADICIONAL	BIEN DE RELEVANCIA LOCAL (BRL)
<p>1. IDENTIFICACIÓN:</p> <p>REF.CATASTRAL VIGENTE:</p> <p style="padding-left: 40px;">Coordenadas UTM: X=723.883,21 Y=4.373.787,83</p> <p style="padding-left: 40px;">CART. CATASTRAL: 400-14-II 400-15-I 400-14-IV 400-15-III</p> <p style="padding-left: 40px;">SUPERFICIE: 34,33 ha aprox.</p>	 <p>Foto aérea 2008 SIGESPA con ámbito NHT propuesto</p>
<p>2. IMPLANTACIÓN:</p> <p style="padding-left: 40px;">MANZANAS: De tipo compacto</p> <p style="padding-left: 40px;">NUMERO DE MANZANAS: 15</p> <p style="padding-left: 40px;">FORMA DE PARCELAS: Irregular</p> <p style="padding-left: 40px;">TRAZADO URBANÍSTICO: Irregular</p> <p style="padding-left: 40px;">CONSERVACIÓN: Bueno</p> <p style="padding-left: 40px;">USO DOMINANTE: Residencial plurifamiliar (Rpf)</p> <p style="padding-left: 40px;">USO DOMI. PROPUESTO: Residencial Múltiple (Rm)</p> <p style="padding-left: 40px;">LOCALI. CRONOLÓGICA: Plano cartografía histórica 1808</p>	 <p>Parcelario Municipal 2009 SIGESPA con ámbito NHT propuesto</p>
<p>3. CIRCUNSTANCIAS URBANÍSTICAS Y PATRIMONIALES VIGENTES:</p> <p style="padding-left: 40px;">PLANEAMIENTO: PEPRI del Casco de Campanar R.C. 21/05/1992 (BOP 12/10/1992 DOGV 27/06/1992)</p> <p style="padding-left: 40px;">HOJA PLAN GENERAL: 27</p> <p style="padding-left: 40px;">CLASE DE SUELO: Suelo urbano. SU</p> <p style="padding-left: 40px;">CALIFICACION: Conj. histórico protegido (CHP-3)</p> <p style="padding-left: 40px;">PROTECCION ANTERIOR: Conj. histórico protegido (PEPRI) R.C. 21/05/1992</p> <p style="padding-left: 40px;">OTROS: Dentro del ámbito del NHT se localiza la Iglesia de Nuestra Señora de la Misericordia, declarada Bien de Interés Cultural con categoría de Monumento por Decreto 169/2007 de 28 de septiembre del Consell de la Generalitat (DOGV nº 5.614 de 05/10/2007).</p>	 <p>Planeamiento Municipal 2010 SIGESPA PRI Casco de Campanar</p>



AJUNTAMENT DE VALENCIA

ÁREA DE URBANISMO VIVIENDA Y CALIDAD URBANA - DIRECCION GENERAL DE PLANEAMIENTO

Fuente:

<https://www.valencia.es/ayuntamiento/urbanismo.nsf/vDocumentosTituloAux/83CE1502BF8B05F5C12577A B00435972?OpenDocument&bdOrigen=ayuntamiento%2Furbanismo.nsf&idapoyo=929D91DEF4FCBCEFC 12577A7002A418E&lang=1>

Figura 27: Modelo 2 de Ficha do Inventário Valenciano – Página 02

REVISIÓN SIMPLIFICADA DEL PLAN GENERAL DE VALENCIA

CATALOGO DE BIENES Y ESPACIOS PROTEGIDOS

Ordenación estructural

NÚCLEO PRIMITIVO DE CAMPANAR

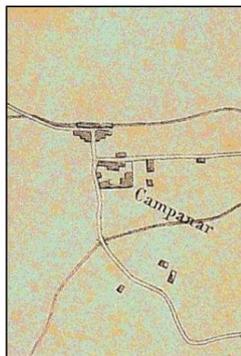
4. REFERENCIAS HISTÓRICAS:

El origen del barrio de Campanar se sitúa en un conjunto de alquerías islámicas dispersas que en 1242 Jaime I entregó a Gaspar de Espalangas o Despallargues tras la reconquista de Valencia y que, con el tiempo, configuró un pequeño núcleo de población entre las acequias de Rascaña y Mestalla. En el siglo XVII, el señorío de Campanar pasó al Patrimonio Real sujeto a la jurisdicción civil de la ciudad de Valencia, pasando a constituirse en uno más de sus barrios o arrabales. Hasta el siglo XIX, la población del barrio había ido creciendo con lentitud, pero el aumento de población que se produjo a lo largo de este siglo y la presión vecinal del conjunto de nuevos pobladores terminó propiciando la constitución del arrabal como municipio independiente, aprobando la Diputación provincial de Valencia la constitución de su Ayuntamiento el 7 de noviembre de 1837. Sin embargo, en 1897 el antiguo municipio, que contaba 2.150 habitantes, fue definitivamente anexionado a la ciudad de Valencia.

En 1507 Campanar forma parroquia propia y, cedidos por D. Pedro Raimundo Dalmao algunos terrenos adyacentes a su casa, hoy Casa Abadía, se inicia la construcción del templo parroquial, frente al cual termina configurándose, ya en las primeras décadas del siglo XX, el espacio urbano que se cree fue el antiguo cementerio y que terminará dando lugar a la actual Plaza de la Iglesia.

A principios del siglo XX se produjo la progresiva sustitución de la vivienda rural por edificaciones de morfotipología muy característica, resultado de aunar los conceptos funcionales de la vivienda tradicional y los conceptos estéticos derivados de una lectura popular del modernismo ecléctico. Las transformaciones urbanas provocadas por los años del desarrollismo tardofranquista no llegaron a afectar a un número significativo de edificios, lo que ha resultado en un paisaje urbano bastante homogéneo que se ha conservado hasta nuestros días.

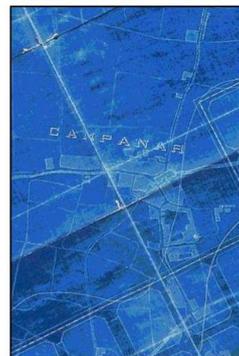
Partiendo de la Cartografía histórica de la ciudad de Valencia disponible (1704-1910), la primera referencia cartográfica de la posible trama histórica del barrio de Campanar aparece en el "Plano de la ciudad de Valencia al ser atacada por el mariscal Moncey en 1808", del Atlas de la Guerra de la Independencia, Litª del Deposito de la Guerra. Su configuración definitiva aparece en el plano realizado, el 23 de junio de 1899, por José Manuel Cortina, arquitecto del Ensanche de Valencia, que deja el barrio fuera de la línea poligonal de ocho puntos correspondiente al "Proyecto de Ensanche del Este de Valencia y Ampliación del actual". El barrio de Campanar vuelve a quedar fuera de las previsiones de ampliación de la ciudad de Valencia en el "Proyecto de ensanche de Valencia y ampliación del actual" de 1907, de Francisco Mora Berenguer.



Cartografía histórica 1808



Cartografía histórica 1899



Cartografía histórica 1907



Cartografía histórica – "Plano General de Valencia" – 12/06/1925



AJUNTAMENT DE VALENCIA

ÀREA DE URBANISMO VIVIENDA Y CALIDAD URBANA - DIRECCION GENERAL DE PLANEAMIENTO

2/6

Fonte:

<https://www.valencia.es/ayuntamiento/urbanismo.nsf/vDocumentosTituloAux/83CE1502BF8B05F5C12577AB00435972?OpenDocument&bdOrigen=ayuntamiento%2Furbanismo.nsf&idapoyo=929D91DEF4FCBCEFC12577A7002A418E&lang=1>

Figura 28: Modelo 2 de Ficha do Inventário Valenciàno – Pàgina 03

REVISIÓN SIMPLIFICADA DEL PLAN GENERAL DE VALENCIA

CATALOGO DE BIENES Y ESPACIOS PROTEGIDOS

Ordenación estructural

NÚCLEO PRIMITIVO DE CAMPANAR

El 28 de diciembre de 1988 se aprueba definitivamente el Plan General de Ordenación Urbana de Valencia, documento de planeamiento donde se delimita provisionalmente el ámbito del Conjunto histórico protegido del barrio de Campanar y se difiere su ordenación urbana a un plan especial de protección y desarrollo. Su delimitación y ordenación definitiva se materializa con la aprobación del Plan Especial de Protección y Reforma Interior del Casco de Campanar, de 21/05/1992, documento que ha sido objeto, posteriormente, de una modificación (ap. defva. 27/10/1995), una corrección de errores (ap. defva. 26/03/2004) y un Estudio de Detalle (ap. defva. 28/09/2001).



Cartográfico Municipal 1929-1945



Cartográfico C.G.C.C.T 1980

3/6



AJUNTAMENT DE VALENCIA

ÀREA DE URBANISMO VIVIENDA Y CALIDAD URBANA - DIRECCION GENERAL DE PLANEAMIENTO

Fonte:

<https://www.valencia.es/ayuntamiento/urbanismo.nsf/vDocumentosTituloAux/83CE1502BF8B05F5C12577AB00435972?OpenDocument&bdOrigen=ayuntamiento%2Furbanismo.nsf&idapoyo=929D91DEF4FCBCEFC12577A7002A418E&lang=1>

Figura 29: Modelo 2 de Ficha do Inventário Valenciano – Página 04

REVISIÓN SIMPLIFICADA DEL PLAN GENERAL DE VALENCIA

CATALOGO DE BIENES Y ESPACIOS PROTEGIDOS

Ordenación estructural

NÚCLEO PRIMITIVO DE CAMPANAR

5. REFERENCIAS TÉCNICAS:

De su origen como asentamiento agrícola, Campanar conserva aún en su trama viaria la impronta de los antiguos caminos y calles y del curso de las acequias de Mestalla (uno de cuyos brazos discurría por la actual Calle Mosén Rausell) y Rascaña (en la prolongación de la Calle Valdelinares), cuya localización aparece todavía en los planos catastrales de 1929-1945. Se caracteriza por tratarse de calles estrechas y de trazado tortuoso, con finales de perspectiva controlados, pequeños rincones originadas por interrupciones y cambios de alineación y una proporción sensiblemente homogénea entre la anchura del vial y la altura de las edificaciones.

Las edificaciones del asentamiento se concentraron principalmente en el cruce de caminos, extendiéndose en el espacio existente entre las dos acequias y desarrollándose poco a poco en manzanas urbanas compactas cuyo origen se encuentra en la acumulación de edificios entre medianeras donde la casa principal se situaba dando fachada al camino y detrás quedaban los patios ocupados por almacenes, cobertizos o cualquier otro tipo de construcciones auxiliares vinculadas a la actividad agropecuaria. De esta tipología quedan unos pocos ejemplos que merecen ser conservados, pero en la mayoría de los casos la edificación se ha transformado según la versión popular de la estética modernista tan de moda a principios del siglo XX, perviviendo en todo el núcleo un paisaje urbano de características bastante homogéneas y de alto valor paisajístico. Mención especial merece la Plaza de la Iglesia que, aunque de desarrollo más tardío, se ha convertido en el nodo de la relación vecinal del barrio. Presidida en uno de sus lados por la fachada de la Iglesia parroquial, sus otros tres frentes de fachada se han resuelto con una tipología, composición, lenguaje formal, alturas y parcelación que se han mantenido casi intactas hasta nuestros días y que se han convertido en el referente estético más característico y más apreciado por la población residente y visitante.

Entre las cualidades de la edificación que integra el ámbito del NHT hay que resaltar la conformación volumétrica tradicional de las edificaciones, compuestas por un cuerpo principal de estructura paralela a fachada, doble crujía, cubierta a dos aguas y caballete central, y por una serie de cuerpos añadidos o auxiliares de una sola vertiente inclinada o plana que se articulan alrededor del patio o corral trasero. Las edificaciones se destinan, en un primer momento, a vivienda unifamiliar, y con el tiempo se adoptan las tradicionales soluciones de "escaleta" para habilitar una segunda vivienda en la planta superior. Tipológicamente, constan de planta baja y primera y, configuradas "a una o dos mans", disponen de una amplia portada sobre la que se sitúa el balcón principal y de ventanales enrejados a ambos lados de la misma. Formalmente, las edificaciones que hoy día pueden considerarse más representativas y que prestan su mejor carácter al barrio se caracterizan por utilizar un lenguaje historicista ecléctico utilizado en su versión popular, muy propio de las primeras décadas del siglo XX en Valencia, con profusión de elementos ornamentales de obra, cerrajería de fundición muy elaborada, azulejo coloreado formando cenefas y lienzos decorativos, carpinterías de madera vista o lacada, puertas de madera labrada de considerables dimensiones, balcones cuyo vuelo se resuelve bien con hiladas de ladrillo superpuestas o que ocultan su estructura bajo molduras de obra, pintura exterior de variados colores, etc., todos ellos de gran calidad plástica, estética y artística.

Elementos que merecen tratamiento específico son : La Iglesia parroquial de Nuestra Señora de la Misericordia de Campanar, declarada Bien de Interés Cultural con categoría de Monumento por Decreto 169/2007 de 28 de septiembre del Consell de la Generalitat (DOGV nº 5.614 de 05/10/2007)

6. VALORES PATRIMONIALES:

Valoración arquitectónica:

- Tipología
Morfología

Valoración urbanística:

- Consolidación – Ocupación del territorio Inalterada
Espacios libres De tránsito y de relación
Hitos urbanos La Iglesia parroquial y la Plaza de la Iglesia

Valoración paisajística y ambiental:

- Calidad paisajística Muy apreciada
Escala espacio libre-edificado Alturas de edificación
Calidad del espacio público Alineaciones
Calidad del espacio edificado Tipología y ornamentación tradicionales
Patrimonio botánico

Valoración socio-cultural:

- Valores históricos Municipio independiente de 1837 a 1897
Valores culturales
Valores arqueológicos AVA-22
Valores socio-económicos Viviendas 1ª residencia



AJUNTAMENT DE VALENCIA

4/6

ÁREA DE URBANISMO VIVIENDA Y CALIDAD URBANA - DIRECCION GENERAL DE PLANEAMIENTO

Fonte:

<https://www.valencia.es/ayuntamiento/urbanismo.nsf/vDocumentosTituloAux/83CE1502BF8B05F5C12577A B00435972?OpenDocument&bdOrigen=ayuntamiento%2Furbanismo.nsf&idapoyo=929D91DEF4FCBCEFC12577A7002A418E&lang=1>

No ítem ‘Âmbito de Proteção’ é descrita a poligonal protegida, acompanhada de representação gráfica. As ‘Condicionantes de Transformação’ substituem o ítem ‘Regime de Intervenção’ do modelo 1 de ficha. O inventário sugere que quando se trata de BIC devem ser observadas as recomendações do Decreto de declaração do bem como protegido para intervenções, caso as informações contidas no documento não sejam suficientes deve ser elaborado um Plano Especial de preservação do bem em questão, e no caso de BRL o manual do inventário garante que o plano geral de patrimônio já é suficiente para a preservação do bem, mas sugere também a elaboração de um Plano Especial de Preservação. No ítem em questão é colocado o documento a ser consultado para melhor direcionamento quanto a intervenção.

Em ‘Normativa de Aplicação’ são expostas as diretrizes e documentos legais aplicáveis ao bem estudado. Assim como no modelo 1, as ‘Referências bibliográficas’ lista os materiais utilizados como consulta para o preenchimento da ficha e as ‘Observações’ são dispostas para relatar questões não contempladas no restante da ficha.

Figura 30: Modelo 2 de Ficha do Inventário Valenciiano – Página 05

REVISIÓN SIMPLIFICADA DEL PLAN GENERAL DE VALENCIA
CATALOGO DE BIENES Y ESPACIOS PROTEGIDOS
 Ordenación estructural

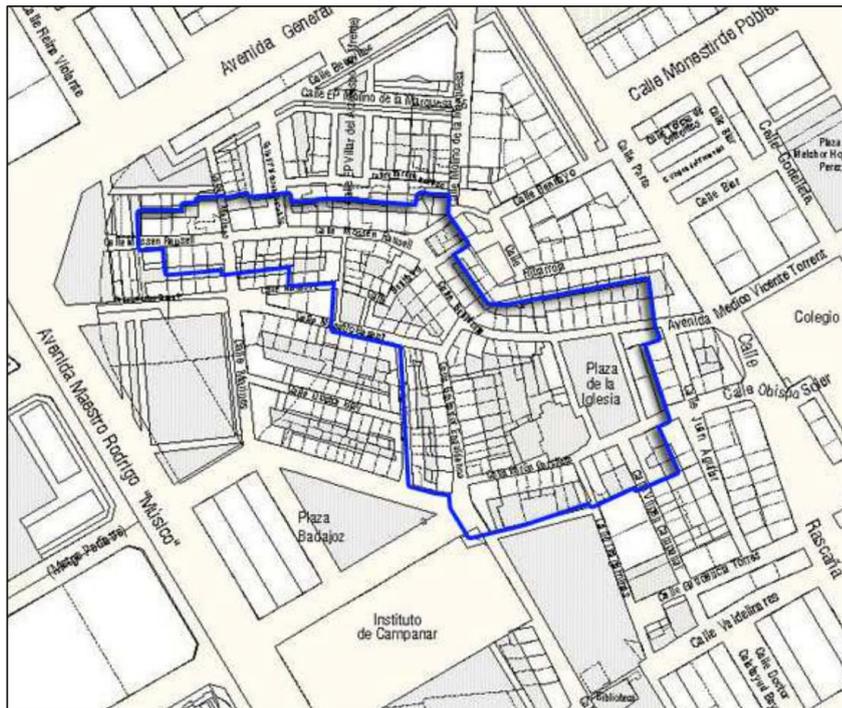
NÚCLEO PRIMITIVO DE CAMPANAR

7. ÁMBITO DE PROTECCIÓN:

El NHT (BRL) de Campanar queda delimitado por una línea poligonal cerrada según el siguiente trazado :

Origen : Esquina de la calle Vinalesa con el nº 24acc de la Plaza de Badajoz.
 Sentido : Horario

Desde el origen, sigue por la fachada de los números impares de la calle Vinalesa hasta la calle Maestro Bagant, y por la fachada de los números impares de la calle Maestro Bagant hacia el Oeste, incluyendo la plaza, cruza la calle Macastre; sigue por la fachada de los nºs 8, 12 y 14a de la calle Macastre y, por línea de esta última parcela, hacia el norte, hasta la línea de zona de CHP del PEPRI de Campanar; siguiendo esta línea hasta el nº 29 de la calle Mossén Rausell; cruza la calle y, siguiendo la línea de zona hacia el norte y el Este, cruza las calles Marines y EP Mossén Rausell hasta la calle Molino de la Marquesa; sigue en esta calle hacia el sur por línea de fachada de los nºs 5 y 9 de la Calle Molino de la Marquesa, y cruza las calles Huerta y Benifayó por la alineación oficial; sigue por la línea de zona del CHP del PEPRI de Campanar hacia el sur y el Este, hasta el nº 18 de la avenida Médico Vicente Torrent, y sale a la avenida, por línea de parcela, cruzándola e, incluyendo la parcela sita en el nº 21acc de esta calle; según dirección de la línea de zona, retoma ésta por la trasera del nº 21 de la Plaza de la Iglesia, hacia el sur y el oeste, cruzando las calles Virgen de Campanar, Dragaminas y Grabador Engudanos; Incluyendo esta calle, sube hacia el norte hasta la fachada de la casa sita en el nº 22 por línea con la Plaza de Badajoz; y cierra el polígono en fachada del nº 24acc, en el cruce con la Calle Vinalesa.



Planeamiento vigente sobre Parcelario Municipal SIGESPA con ámbito NHT propuesto



AJUNTAMENT DE VALENCIA

ÀREA DE URBANISMO VIVIENDA Y CALIDAD URBANA - DIRECCION GENERAL DE PLANEAMIENTO

Fonte:

<https://www.valencia.es/ayuntamiento/urbanismo.nsf/vDocumentosTituloAux/83CE1502BF8B05F5C12577AB00435972?OpenDocument&bdOrigen=ayuntamiento%2Furbanismo.nsf&idapoyo=929D91DEF4FCBCEFC12577A7002A418E&lang=1>

Figura 31: Modelo 2 de Ficha do Inventário Valenciano – Página 06

REVISIÓN SIMPLIFICADA DEL PLAN GENERAL DE VALENCIA

CATALOGO DE BIENES Y ESPACIOS PROTEGIDOS

Ordenación estructural

NÚCLEO PRIMITIVO DE CAMPANAR

8. CONDICIONES DE TRANSFORMACION:

Para la salvaguarda de los valores patrimoniales en el ámbito delimitado como Núcleo Histórico Tradicional (NHT) serán de aplicación las ordenanzas reguladoras del Plan Especial del Entorno BIC de la Iglesia parroquial de Nuestra Señora de la Misericordia de Campanar. Las intervenciones y obras permitidas en la edificación protegida estarán condicionadas, con carácter general, a lo establecido para cada nivel de protección y en particular, a lo establecido como condiciones particulares en las fichas pormenorizadas respectivas.

9. NORMATIVA DE APLICACIÓN:

Con carácter general será de aplicación la Ley 16/1985 de 25 de junio, del Patrimonio Histórico Español (BOE de 29 de junio de 1985), la Ley del Patrimonio Cultural Valenciano (LPCV) – Ley 4/1998 de 11 de junio, del Consell de la Generalitat (DOGV nº 3.267 de 18/06/1998), modificada por la Ley 7/2004, de 17 de octubre y por la Ley 5/2007, de 9 de febrero, así como la Ley Urbanística Valenciana (LUV) – Ley 16/2005 de 30 de diciembre, del Consell de la Generalitat (DOGV nº 5.167 de 31/12/2005).

Transitoriamente, hasta la entrada en vigor del Plan Especial del Entorno BIC de la Iglesia parroquial de Nuestra Señora de la Misericordia de Campanar, en el ámbito delimitado del NHT de Campanar será de aplicación el Plan Especial de Protección y Reforma Interior del Casco de Campanar (PEPRI) RC. 21/05/1992 (BOP 12/10/1992; DOGV 27/06/1992) o norma que lo sustituya y, en el ámbito de dicho entorno BIC, la normativa propia reguladora contenida en su Decreto de declaración.

10. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AA.VV.: *Cartografía Histórica de la Ciudad de Valencia 1704-1910*. Valencia. Ayuntamiento de Valencia, 1985.

AA.VV.: *CD-ROM Cartografía Histórica de la ciudad de Valencia. Volumen 1. (1608-1929)*. Valencia, Ediciones digitales Faximil, 2004.

AA.VV.: *Gran Enciclopedia de la Comunidad Valenciana*. Valencia, Editorial Prensa Valenciana, 2005.

Miguel Gimeno Puchades. : *Campanar. Compendio histórico de esta población desde principios del siglo XIII hasta la fecha y de su Iglesia Parroquial*. Valencia. Librería de Pascual M. Villalba. 1896.

Miguel Ángel Catalá Morgues : *El cementerio general de Valencia. Historia, arte y arquitectura. 1807-2007*. Valencia. Carena Editors. 2007.

11. OBSERVACIONES:



AJUNTAMENT DE VALENCIA

ÁREA DE URBANISMO VIVIENDA Y CALIDAD URBANA - DIRECCION GENERAL DE PLANEAMIENTO

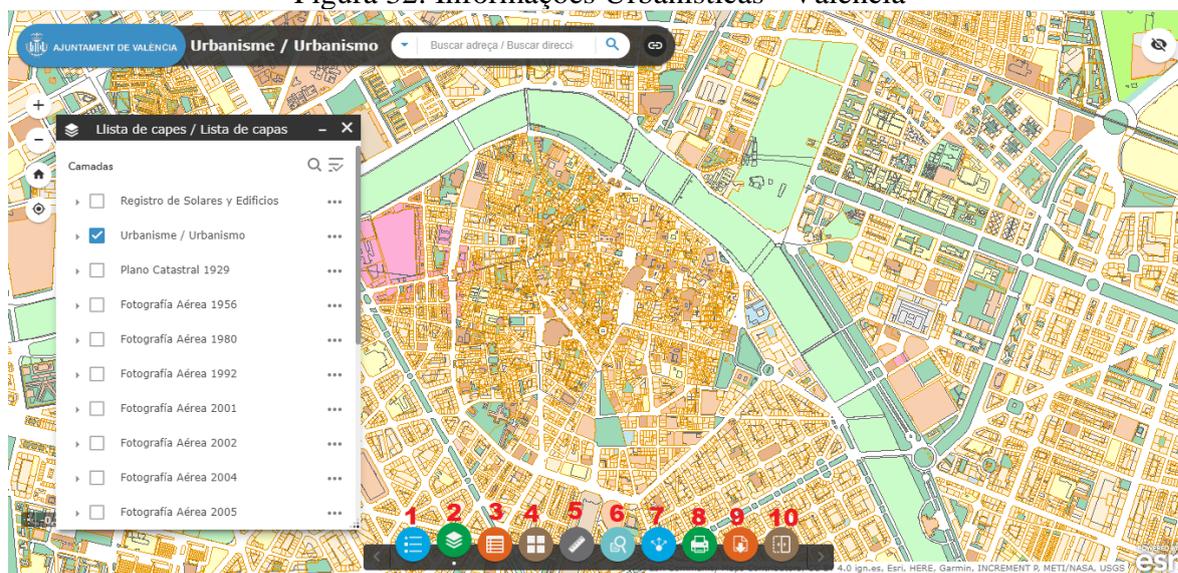
6/6

Fonte:

<https://www.valencia.es/ayuntamiento/urbanismo.nsf/vDocumentosTituloAux/83CE1502BF8B05F5C12577AB00435972?OpenDocument&bdOrigen=ayuntamiento%2Furbanismo.nsf&idapoyo=929D91DEF4FCBCEFC12577A7002A418E&lang=1>

Além das fichas do inventário valenciano, outra ferramenta que se destaca no site do ‘Ayuntamiento de Valencia’ são as cartografias apresentadas com informações sobre a evolução urbana da província. Essa ferramenta não faz parte do inventário, porém o conhecimento sobre ela é válido e pode servir de auxílio para a adequação dos inventários brasileiros. No mesmo ítem onde são encontradas as normas e fichas, em ‘Urbanismo’ no site da prefeitura, acessando o tópico ‘Información Urbanística’ é aberta a página com os mapas da cidade:

Figura 32: Informações Urbanísticas - Valência



Fonte:

<https://aytovalencia.maps.arcgis.com/apps/webappviewer/index.html?id=d2c2a1b4877b42ba80dace1102003b64>

Os ítems indicados com números na figura representam:

1. Legenda
2. Lista de Camadas
3. Tabela de Atributos
4. Galeria de Mapas Base
5. Medição
6. Consulta
7. Compartilhamento
8. Imprimir
9. Extrair Informações
10. Comparador de fotos

Através dessa ferramenta é possível fazer comparação da fotografia aérea atual da

cidade com as fotografias antigas, utilizando a ferramenta Comparador de fotos e Lista de Camadas. Em ‘extrair informações’, podem ser baixados em DWG ou DXF o mapa da cidade, e além disso na utilização da ferramenta existem diversos mapas base diferentes como opções para o usuário. A ferramenta Medição permite medir distâncias, o m² e encontrar as coordenadas de qualquer local. Se trata de um instrumento com grande armazenamento de dados, que pode auxiliar na elaboração de planos urbanísticos, projetos e inclusive para o preenchimento das fichas do inventário.

A divisão administrativa espanhola facilita a aplicação do inventário nas Comunidades autônomas, visto que cada uma possui independência para suas tomadas de decisões e organização na sua localidade. O inventário valenciano mostra ser bastante completo, abrangente e eficiente, com acesso democrático que possibilita a informatização não apenas para profissionais, mas também para os leigos interessados em conhecer os valores e a história presentes nos bens patrimoniais da província, o que facilita a educação patrimonial e conservação dos bens.

O fato de trabalhar de forma conjunta à tecnologia da informação também é outro ponto positivo do inventário, o que está ligado diretamente à publicização desses bens. Os dados contidos no inventário são também bastante informativos, facilitando o trabalho de profissionais e auxiliando os interessados nos imóveis, principalmente os dados que tratam do grau de intervenção permitido, a técnica construtiva utilizada, os valores contidos ali e a história da edificação. Esses dados auxiliam tanto para a elaboração de projetos, como nas tomadas de decisões administrativas relacionadas ao patrimônio como um todo.

O inventário valenciano apresenta uma falha comum dos inventários já existentes: não são expostas fotos internas das edificações, o que em conjunto às informações mencionadas nos campos preenchidos das fichas, facilitaria e agregaria de forma significativa para as tomadas de decisões relacionadas ao patrimônio de Valência. Apesar disso, o inventário se mostra eficiente, com grande quantidade de informações inseridas no site da prefeitura que podem ser acessadas facilmente, tornando-o um exemplo a ser seguido.

4 AÇÕES ATUAIS DE PRESERVAÇÃO VOLTADAS AO PATRIMÔNIO LUDOVICENSE

4.1 Ferramentas e ações utilizadas atualmente para a Preservação do Patrimônio Tombado pelo IPHAN em São Luís

As ferramentas e ações tratadas neste capítulo são exatamente as práticas patrimoniais implementadas e utilizadas pelo poder público Federal, Municipal e Estadual com a finalidade de preservar o patrimônio histórico da cidade de São Luís, que vão desde a criação de políticas públicas, obras de conservação e/ou restauro, criação de eventos que buscam a valorização do sítio tombado, os próprios inventários, dentre outras formas de atuação do poder público voltadas para a preservação.

Para que seja elaborado um modelo de inventário para os imóveis tombados pelo IPHAN em São Luís, é imprescindível que seja entendido como tem ocorrido a preservação desses bens atualmente, para que a partir disso possa ser identificado de que forma o novo modelo poderá contribuir à essas maneiras de preservar. Pode-se afirmar que no momento presente a principal ação de preservação dos imóveis inseridos no conjunto arquitetônico e paisagístico de São Luís é o próprio tombamento, ferramenta essa que torna os bens protegidos por lei, resultando na obrigatoriedade de preservação. O tombamento do conjunto em 1974 somado à posterior publicação da Constituição Federal em 1988 ampliaram as possibilidades de preservação e a noção de patrimônio.

Ao definir a gestão das cidades como competência municipal e a salvaguarda do patrimônio cultural como competência concorrente dos estados, municípios e federação, a constituição fortaleceu o Decreto-Lei 25/37, ao considerar o tombamento necessário ao exercício dessa competência (REZENDE et al, 2007, p.146).

O Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 '*Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional*' e torna obrigatória a análise prévia por parte do IPHAN de qualquer intervenção a ser realizada nos imóveis inseridos no perímetro de tombamento federal e em seu entorno, objetivando melhor e maior preservação, como exposto no Artigo 17 do Decreto:

Art. 17. As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado (Decreto-Lei nº 25, 1937, p. 04).

O tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de São Luís, assim como em outras cidades do Brasil, ocorreu em meio à chegada do modernismo, e foi feito como forma de preservar a arquitetura tradicional para que ela não fosse completamente substituída por edificações e traçado modernos, por conta dessa situação não foi elaborado um inventário completo na época para a definição e reconhecimento dos valores individuais das

edificações, para que fosse identificado o que realmente deveria ser preservado, esse problema da ausência de estudos e registros minuciosos sobre as edificações se faz presente ainda hoje. Maria Beatriz Rezende afirma sobre a ação do IPHAN e a ausência de um inventário após o período de tombamento de diversos conjuntos urbanos no Brasil:

A convicção de que as cidades estavam prontas, de que não iriam mais crescer, justificada pelo fato de a maioria dos conjuntos tombados estar passando por longo período de reduzido desenvolvimento econômico e o precário estado de conservação em que se encontravam levaram à priorização, por parte do IPHAN, de obras de conservação e restauração, geralmente emergenciais. Não havia, na ocasião, condições para se priorizar um trabalho sistemático e completo de documentação dos sítios, considerado hoje imprescindível para o planejamento do desenvolvimento urbano e para a definição de critérios de preservação ou, ainda, para o registro de características que poderão desaparecer na adaptação desses sítios ao seu desenvolvimento (REZENDE et al, 2007, p. 147).

Uma importante ação de preservação já realizada no Centro Histórico de São Luís que surtiu diversos efeitos positivos, não apenas visuais, mas também de melhorias na qualidade da infraestrutura urbana da área foi o Projeto Praia Grande, iniciado em 1979, onde a sua terceira etapa foi a que ficou mais conhecida, denominada Projeto Reviver, iniciado em 1986. Segundo Andrès (2014) um fato importante para os resultados positivos obtidos com o Programa, foi a sua continuidade pelos sucessivos governos durante quase três décadas apesar das mudanças na administração pública. O Projeto revitalizou a área do bairro da Praia Grande, fazendo com que o local ficasse conhecido pelo nome do projeto, Reviver, que interferiu não apenas nas edificações, mas também na infraestrutura do local, proibindo, por exemplo, a circulação de veículos em alguns trechos.

A Política principal do projeto Reviver era adequar as condições de infraestrutura, redes de utilidade e serviços no local. Como afirma Luíz Phelipe:

Através desta etapa se pôde verificar o atendimento direto à política número 7 – adequar as redes de utilidades, serviços e logradouros públicos: água, esgoto, drenagem, energia elétrica, telefone, limpeza urbana, transporte, saúde, segurança, praças e rede viária, de forma a beneficiar a população residente e usuários, propiciando ademais uma ocupação coerente e diversificada do centro histórico. (ANDRÈS, 2006, p. 132)

As obras de infraestrutura do Projeto Reviver proporcionaram a descoberta das galerias subterrâneas destinadas ao escoamento de águas pluviais construídas há mais de 200 anos, onde mais de 1500m delas foram recuperadas. Foram realizados serviços de renovação das redes de água, esgoto e drenagem. Os postes de concreto foram substituídos por postes de ferro fundido, arandelas e lampiões e as fiações aéreas que alteravam a paisagem urbana do

local deram lugar à construção de novas redes subterrâneas de energia elétrica e telefonia. Foi feita também a restauração das ruas de paralelepípedo e calçadas de cantaria de pedra lioz, retomando-as às suas dimensões originais, além da restauração de escadarias e becos e construção de praças e jardins.

Um fator importante dessa etapa do programa foi a proibição da circulação dos automóveis em alguns trechos, priorizando ruas pedonais, proporcionando mais segurança ao pedestre e melhor preservação das ruas e calçadas do Centro Histórico. Houveram também projetos específicos de restauração, onde foram recuperados mais de 40.000m² de área construída, incluindo edificações como: o Convento da Mercês, a Fábrica Cânhamo, o Centro de Criatividade Odylo Costa Filho, o Museu de Artes Visuais e o Restaurante Escola do SENAC, além de diversos outros sobrados pertencentes ao Estado.

Não há como dissertar sobre o patrimônio tombado sem reconhecer as ações realizadas pelo IPHAN ao longo dos anos para a preservação, ações essas que vão além de realização de obras divulgadas à população. O trabalho diário do IPHAN engloba análises de projetos, fiscalização e acompanhamento de obras, elaboração de pareceres técnicos em resposta às propostas de intervenções, embargo de obras irregulares, entre outras atividades desenvolvidas para que as intervenções realizadas no perímetro de tombamento federal sejam feitas da forma mais respeitosa possível com os bens, objetivando maior conservação e preservação da história e memória.

Além das atividades diárias dos técnicos do IPHAN, em 2013 foi iniciado o PAC Cidades Históricas destinado exclusivamente aos sítios urbanos protegidos pelo órgão, o projeto se trata de uma ramificação do Programa de Aceleração ao Crescimento criado em 2007 pelo governo federal com o intuito de promover a retomada do planejamento e execução de obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética no país.

Para São Luís inicialmente foi destinada uma verba de R\$ 133,16 milhões para revitalização de edificações e espaços públicos, até o presente momento o programa visa a realização de 45 obras no Centro Histórico da cidade, sendo algumas de restauro e outras de requalificação, onze dessas obras já foram concluídas, são elas: Rua Grande, Praça Deodoro, Teatro Artur Azevedo, Teatro João do Vale, Praça da Alegria, Museu de Artes Visuais na Rua Portugal, Faculdade de História na Rua da Estrela, sede da FAPEMA também na Rua da Estrela, Palácio Cristo Rei (sede da Reitoria da UFMA), Fórum Universitário da UFMA – curso de direito e a fachada de azulejos do sobrado nº 37 da Praça João Lisboa.

Algumas obras estão em andamento e outras ainda iniciarão, a exemplo de obras em andamento temos o Largo do Carmo, Praça João Lisboa, a Praça das Mercês, a Rede

Ferrovária Federal - RFFSA e a Junta Comercial do Maranhão – JUCEMA que ocupará os imóveis nº 199 a 205 da Praça Pedro II (imóveis tombados isoladamente). Algumas dessas obras são fruto de parceria do IPHAN com a Prefeitura de São Luís.

Fato é que para a realização dessas atividades é necessário um conhecimento aprofundado sobre os imóveis tombados, o que é dificultado pela ausência de informações, até mesmo para os técnicos da instituição. Os técnicos do IPHAN utilizam como base legal para as análises das intervenções no Centro Histórico o Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, seus conhecimentos teóricos e adquiridos durante os anos, além do bom senso, muitas vezes questionado por quem deseja realizar as intervenções. Sendo assim, se o tombamento se trata de uma ação com força de lei que torna obrigatória a proteção de um determinado bem, o IPHAN é o agente administrativo responsável por fazer com que essa lei seja cumprida e também por tomar as devidas providências quando não há o cumprimento.

A ausência de um inventário completo, eficiente e acessível para os imóveis do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de São Luís, dificulta o trabalho dos arquitetos na elaboração de propostas de intervenção para o Centro Histórico e resulta em retrabalho tanto para eles como para o IPHAN. Esse retrabalho dificulta a execução de outras tarefas por parte do Instituto de preservação, que conta com pouca mão de obra, além do atraso na execução das próprias obras no centro, tornando tardia a recuperação dos imóveis que muitas vezes estão em estado emergencial.

Uma das tarefas dificultadas pelo retrabalho na análise de projetos pelo IPHAN é justamente a inclusão dos imóveis em sistemas de catalogação e inventário criados pelo próprio instituto, como o SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão, que se trata de uma ferramenta online para inclusão dos imóveis tombados, porém por conta da falta de tempo e de outras demandas mais urgentes, a ferramenta acaba por não ser utilizada com a dedicação e regularidade necessárias para que a plataforma se torne eficaz.

É necessário entender que com a situação atual dos órgãos de preservação que contam com equipes de trabalho reduzidas, a responsabilidade de preservação do patrimônio tombado não deve ser exclusiva desses órgãos. Além do trabalho do IPHAN e dos instrumentos legais para garantir a preservação do patrimônio e evitar sua perda, o Governo do Estado e a Prefeitura de São Luís também se fazem presentes nas ações de preservação. Entre os anos de 2018 e 2019 foram criadas pelo Governo do Estado novas políticas públicas em prol da preservação do patrimônio histórico de São Luís, entre elas se destacam o “Cheque Minha Casa”, o “Habitar no Centro” e o “Adote um Casarão”, que fazem parte do “Programa Nosso Centro” onde pretende-se recuperar edificações subutilizadas e instalar a diversidade de usos

no Centro Histórico de São Luís, não apenas na área tombada pelo IPHAN, mas em todo o perímetro do Centro Antigo.

O ‘Programa Adote um Casarão’ (2018) tem como diferencial em relação ao Projeto Reviver iniciado em 1986 - que direcionava seus investimentos e projetos para o âmbito da infraestrutura e serviços - o enfoque em parcerias com a iniciativa privada, buscando incentivar empresários a investir em empreendimentos no centro da cidade, para atrair para o local tanto os residentes da capital como as pessoas que vêm à cidade em busca de lazer e turismo. Tendo em vista que uma das deficiências do Projeto Reviver foi justamente a ausência de parceria entre o governo e a iniciativa privada, de início pode-se perceber a relevância do programa atual.

O Adote um Casarão funciona na prática da seguinte forma: a restauração de um casarão pertencente ao governo do estado é feita por qualquer pessoa do direito privado, física ou jurídica com seus próprios recursos financeiros, e como benefícios o investidor pode usufruir da concessão do imóvel por tempo determinado - não ultrapassando trinta anos, a concessão de incentivos fiscais e remissão de débitos de origem administrativa ou judicial do particular para com o estado, com exceção de dívidas de ordem tributária.

O Programa Habitar no Centro é uma extensão do programa já citado ‘Adote um Casarão’ e também possui um diferencial em relação ao ‘Projeto Reviver’, suprindo uma de suas falhas tendo como enfoque a recuperação de imóveis do centro histórico para o uso habitacional. O programa em questão é o mais recente, instituído através do Projeto de Lei Nº 051/2019 no Diário da Assembléia Legislativa em fevereiro do mesmo ano.

O projeto visa apoiar e manter a população já residente do centro e proporcionar condições para atrair novos moradores. Assim como o Adote um Casarão, o Habitar no Centro busca a parceria com o setor privado através de compensações tributárias, porém uma diferença entre os dois, além do setor de atuação (comercial e habitacional), é que o segundo não se restringe apenas à imóveis de posse do governo do estado.

Também entre os anos de 2018 e 2019 realizadas diversas intervenções - pelo Governo do Estado e Prefeitura - artísticas e culturais buscando a valorização do Centro Histórico, dentre elas se destacam a instalação da ‘Feirinha São Luís’ aos domingos na Praça Benedito Leite, que é inclusive tombada isoladamente pelo IPHAN como Patrimônio Paisagístico e a pintura da ‘Coreira’ na escadaria do Beco do Silva. As ações citadas são consideradas meios utilizados pelos órgãos governamentais objetivando tornar o centro mais atrativo para a população, enfatizando o turismo na região e conseqüentemente provocando um aquecimento na economia.

É importante citar que para que o centro se torne mais atrativo, muitas vezes as intervenções realizadas pelos órgãos governamentais possuem um intuito mais específico de ‘valor de novidade’ e não de conservação de fato. Segundo Riegl⁸ (1984) apud CUNHA (2006) o valor de novidade responde à uma atitude milenar que confere ao novo uma superioridade inquestionável sobre o velho, o autor afirma ainda que essa atitude está enraizada na sociedade de forma sólida. Com a inserção desses novos programas para o centro, se faz necessária a elaboração de propostas de intervenções para as edificações que passarão por recuperação para serem utilizadas.

Para quem não possui conhecimento na área de arquitetura e conservação, provavelmente algumas situações passam despercebidas, porém quem trabalha ou estuda na área pôde observar no ano de 2019 diversas instalações e intervenções inadequadas no perímetro do patrimônio tombado, que resultaram em uma pequena degradação das edificações, mas que a longo prazo pode acarretar em uma perda inestimável. O Governo do Estado solicitou ao IPHAN a análise de várias propostas para realização de diversas intervenções consideradas simples, como recuperação de fachadas, porém a secretaria responsável – mesmo após as recomendações do IPHAN - executou as obras de maneira irregular utilizando, por exemplo, tinta acrílica na pintura das fachadas e não tomando os devidos cuidados para a execução dos serviços.

É importante o entendimento de que a preservação é um ato de cultura e de que nada adianta a criação de políticas públicas, o tombamento, as ações do IPHAN, do governo estadual e municipal, se a conservação não é feita de fato, de maneira correta, responsável e respeitosa com os bens. É necessária uma boa gestão para que haja de fato conservação e preservação do patrimônio histórico. Assim como outras ações, o inventário de imóveis tombados não é por si só suficiente para que haja preservação, se trata de uma ação que deve ser seguida de outras para sua eficiência, porém se trata de um instrumento de extrema importância para o conhecimento e preservação dos bens e para que as intervenções sejam feitas de maneira correta.

(...) na década de 90 consolidou-se no IPHAN a idéia de que para lidar com o patrimônio tombado, era necessário, cada vez mais, qualificar o registro das informações a seu respeito, não só para garantir a sua permanência do ponto de vista da documentação e torná-lo mais acessível ao público em geral, **mas como meio para a produção do conhecimento necessário à eficácia e coerência das políticas e ações para sua preservação** (REZENDE et al, 2007, p.147. Negrito nosso).

⁸ RIEGL, A. *Le culte moderne des monuments. Son essence et sa génèse*. Paris: Éditions du Seuil, 1984.

Atualmente os inventários existentes acabam por não serem utilizados com frequência como ação de preservação por conta da ausência de informações completas e dificuldade de acesso. Então, como interferir nos bens arquitetônicos e como projetar para essas edificações respeitosamente se não há conhecimento aprofundado e individualizado sobre cada uma? A criação de um novo modelo de inventário para posterior inserção dos bens tombados é essencial e se trata do ‘ponta pé inicial’ para que as outras ações de preservação sejam eficientes. É necessário também que seja desmistificada a questão da responsabilidade da ação de preservação, que não deve ser atribuída apenas aos órgãos ou governantes, mas também à comunidade acadêmica e à população que o detém, e para que haja essa educação patrimonial, é necessário primeiro que se conheça e entenda o patrimônio.

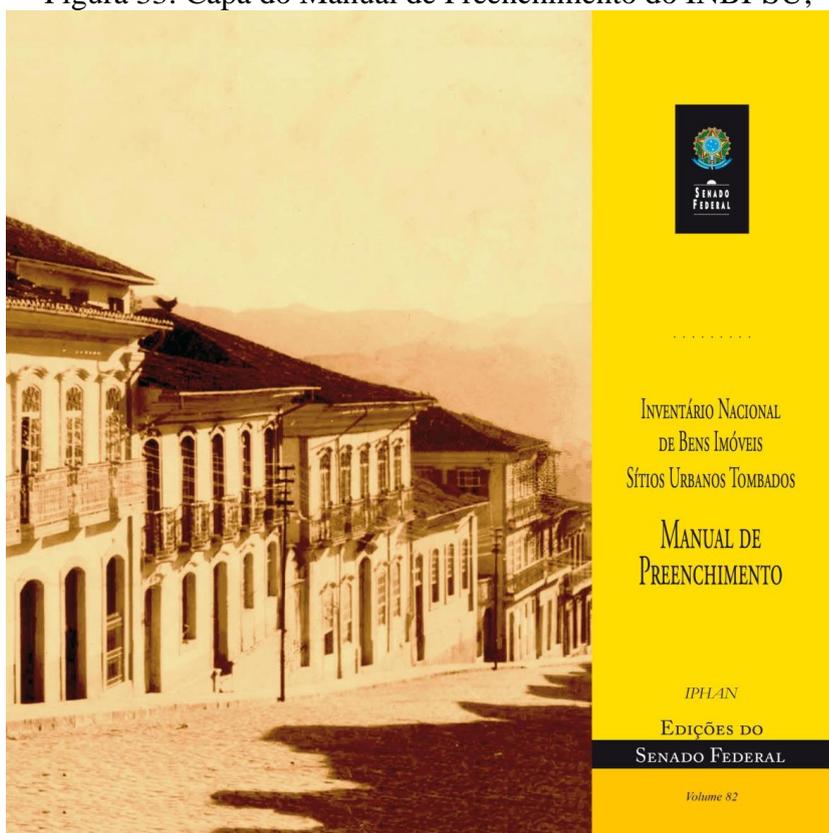
4.2 Análise dos inventários existentes elaborados pelo IPHAN para o Patrimônio Arquitetônico Tombado da cidade de São Luís-MA

Para melhor entendimento e estudo dos inventários já existentes para os imóveis tombados pelo IPHAN em São Luís será explicado o que propõe cada inventário em análise, quando foi elaborado e a sua metodologia de acordo com o exposto nos manuais ou orientações documentadas pelo autor para a aplicação. Serão também analisadas a partir do estudo dos manuais/orientações de aplicação, as informações presentes nos inventários quanto à sua qualidade, quantidade e utilidade, a publicização desses dados e a eficiência do inventário e sua contribuição para a preservação do patrimônio arquitetônico e paisagístico de São Luís, e para os profissionais e estudantes interessados, com o objetivo de identificar as falhas e acertos nas suas metodologias. Toda a análise será também complementada com informações coletadas através de entrevistas ou aplicação de questionários.

4.2.1 INBI-SU – Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados

O Manual de Preenchimento do INBI-SU (Figura 33) apresenta o método do inventário aplicado aos sítios urbanos tombados. A concepção desse método é resultado do trabalho do DID – Departamento de Identificação e Documentação, em conjunto ao IPHAN, e seu desenvolvimento contou com a participação das superintendências regionais do Maranhão, Minas Gerais, Bahia e Santa Catarina. As coordenações regionais auxiliaram no trabalho em diversas etapas, como a concepção, a definição do nível de informação, organização de procedimentos de campo e formulação do banco de dados.

Figura 33: Capa do Manual de Preenchimento do INBI-SU;



Fonte: IPHAN/MA – 3ª SR;

Conforme Rezende, et al (2007) o INBI-SU - Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos são os inventários realizados entre os anos 2000 e 2003 pelo antigo Departamento de Identificação e Documentação do IPHAN com apoio do ‘Programa Monumenta’ e da UNESCO. O INBI-SU foi criado na década de 80 com o intuito de apoiar as ações de conservação, restauração, promoção e gestão do patrimônio tombado no Brasil.

De acordo com Silva (2014) o INBI-SU despertou uma expectativa de ampliação de um novo olhar sobre os conjuntos urbanos, tornando-o interpretativo, com a finalidade de redescobrir os bens. O Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos toma como base que o conjunto urbano se trata de um local de acúmulo de vestígios culturais e por isso se transformam em documentos vivos da história dos povos. Silva afirma que o INBI-SU ocasiona em duas frentes de rompimento para as práticas habituais adotadas pelo IPHAN:

[...] primeiro a compreensão do inventário para a além da descrição do bem, envolvendo um conhecimento mais amplo e participativo; e a proposta de elaborar uma metodologia que torna-se a produção do conhecimento uma prática institucional difundida entre os técnicos da casa, enfrentando o sofisma do conhecimento, de modo que a informação ou melhor, o modo de produção do conhecimento deixasse de ser um saber exclusivo de um grupo seletivo de especialista como uma forma de capital social, para ser uma rotina comum ao trabalho da preservação e, portanto, acessível a todos (SILVA, 2014, p. 87).

Rezende, et al (2007) afirma que a metodologia do Inventário possui três formas de abordagem: (1) a pesquisa histórica, (2) o levantamento físico-arquitetônico e (3) as entrevistas com moradores e usuários, onde considera-se que essas abordagens são complementares entre si e necessárias para a compreensão do valor do sítio urbano como patrimônio cultural. Ainda conforme a autora, a pesquisa histórica consiste em coletar informações gerais sobre o sítio urbano estudado, pretendendo entender a relação deste sítio com o território onde ele está inserido e seu contexto histórico, ou seja, sua formação e desenvolvimento.

Essa primeira abordagem é composta pelos formulários I (Figura 34), A (Figura 35) e B (Figura 36), que respectivamente se referem ao Cadastramento de Instituições de Pesquisa, Levantamento de Fontes Arquivísticas e Levantamento de Fontes Bibliográficas. O Formulário 'I' tem utilidade apenas de informar dados da instituição onde está sendo realizada a pesquisa sobre o sítio; o formulário 'A' consiste em detalhar os tipos de documentos que foram utilizados na coleta de dados e informações, indicando, por exemplo, o número de folhas do documento ou o tipo (cd-rom, papel, dispositivo, etc); já o formulário 'B' consiste em especificar o material utilizado para a pesquisa, informando dados como o autor e título da referência.

Figura 34 – Formulário I - Frente: Cadastramento de Instituições de Pesquisa

Inventário Nacional de Bens Imóveis/Sítios Urbanos Tombados - INBI-SU
Departamento de Identificação e Documentação - DID/IPHAN

Mês/Ano - Preenchido Por: -
Mês/Ano - Revisto Por: -

I Cadastramento de Instituições de Pesquisa

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

01. ÓRGÃO

02. SUBORDINAÇÃO ADMINISTRATIVA

03. ENDEREÇO

04. UF 05. MUNICÍPIO 06. BAIRRO 07. CEP

08. DDD 09. TELEFONE / Ramal 10. TELEFONE / Ramal 11. FAX

12. CORREIO ELETRÔNICO 13. ENDEREÇO DO ACERVO NA INTERNET

14. RESPONSÁVEL PELO SETOR OU GUARDIÃO

ATENDIMENTO

15. ATENDIMENTO AO PÚBLICO
 sim Restrições:
 não

16. HORÁRIOS DE ATENDIMENTO
2ª a 6ª-feira sábado
Observações:

17. EMPRÉSTIMOS
 sim Restrições:
 não

18. FORMAS DE REPRODUÇÃO DISPONÍVEIS NA INSTITUIÇÃO
 fotocópia fotografia microfilme
 meio digital fita cassete fita de vídeo
 outros
Observações:

19. O PÚBLICO TEM ACESSO DIRETO ÀS ESTANTES?
 sim não

CARACTERÍSTICAS DO ACERVO

20. DATAS-LIMITES
mais antiga: ano século
mais recente: ano século

21. MENSURAÇÃO / QUANTIFICAÇÃO
arquivo: caixas metros
biblioteca: unidades

22. TRATAMENTO TÉCNICO DO ACERVO
 identificado organizado parcialmente organizado

24. GESTÃO INFORMATIZADA?
 não sim

23. TIPO DE ORGANIZAÇÃO
 cronológica onomástica
 topográfica temática
 outros

25. ESTADO DE CONSERVAÇÃO
possibilita a consulta % prejudica a consulta % impede a consulta %

26. CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO (ambiente/acondicionamento/local de acondicionamento)

Fonte: Inventários de Bens Imóveis - Sítios Urbanos Tombados: Manual de Preenchimento. IPHAN, p. 153

O Levantamento Físico-Arquitetônico faz parte do ‘Levantamento de Dados’ assim como as Entrevistas com os moradores, o primeiro objetiva como o próprio nome sugere, em conhecer a forma física do sítio estudado, contemplando características do lote, arquitetônicas, estilísticas, técnicas construtivas, e se subdivide em ‘Levantamento Completo’ e ‘Levantamento Resumido’. Segundo a autora Maria Beatriz Rezende, et al (2007) o Levantamento Completo deve reunir dados para elaboração das plantas de situação, cobertura, plantas baixas de todos os pavimentos e para o preenchimento dos formulários 1, 2, 3, 4 e/ou 5, além do levantamento fotográfico. Já o Levantamento Resumido deve reunir dados para a elaboração das plantas de situação, cobertura, e para o preenchimento dos formulários 1, 2 (apenas a frente), 4 e/ou 5, e também o levantamento fotográfico. Em relação à aplicação dos dois tipos de levantamentos, a autora afirma que:

[...] é fundamental que seja feito o LEVANTAMENTO COMPLETO no total das edificações das áreas tombadas. Imóveis adaptados dentro dessas áreas, que muitas vezes implicam de sua descaracterização, são objeto de interesse para o entendimento do processo de apropriação dos sítios urbanos ao longo do tempo, sendo, também, merecedores do levantamento completo. Entretanto, em alguns imóveis considera-se a possibilidade de se fazer um LEVANTAMENTO RESUMIDO, que deverá ser preferencialmente aplicado no conjunto dos imóveis que compõem áreas de ocupação recente dentro do perímetro tombado, como por exemplo, o casario que surgiu ao longo de caminhos ou de ruas que eram rarefeitas na época do tombamento, ou áreas que sofreram grandes transformações, cujo interesse para a preservação só se justifica do ponto de vista urbanístico (volumetria e traçado). Nessas áreas apenas os imóveis antigos deverão ser objeto do levantamento completo. Prédios de apartamentos, de vários pavimentos, dispersos dentro do sítio tombado, em princípio deverão ser objeto do levantamento resumido. Outra hipótese de aplicação desse levantamento é a impossibilidade de entrar nos imóveis, em função do acesso negado pelo morador ou por estarem abandonados. Só excepcionalmente o levantamento resumido poderá ser aplicado em função apenas do nível de descaracterização dos imóveis, devendo sempre ser justificado para evitar o juízo de valor que descarta a priori o significado que essas unidades descaracterizadas podem representar para a compreensão e análise do conjunto (REZENDE et al, 2007, p. 176-177).

Quanto ao Levantamento Fotográfico, o Manual de Preenchimento do INBI-SU sugere que “para cada edificação deverá ser tirada uma fotografia da fachada, abrangendo toda a frontaria e pequeno trecho dos lotes imediatamente vizinhos, para permitir a associação da edificação fotografada com as vizinhas” (REZENDE et al, 2007, p.190).

Em relação aos formulários que compõem o Levantamento Físico-Arquitetônico temos os seguintes: 1 – Características do Lote; 2 – Características Arquitetônicas; e 3 – Estado de Conservação. O Formulário 1 – Características do Lote (Figura 37) tem como objetivo complementar o levantamento físico da edificação. Esse formulário possui campos de preenchimento destinados a caracterizar o lote da edificação, informando a forma como os espaços descobertos são utilizados pelos moradores, a existência de vegetações de pequeno,

médio ou grande porte, o acabamento do piso da área descoberta e o fechamento do lote. A Ficha em questão também busca dispor informações fornecidas pelos moradores, buscando entender usos e características anteriores da edificação.

Figura 37 – Formulário 1 - Características do Lote

Inventário Nacional de Bens Imóveis/Sítios Urbanos Tombados - INBI-SU
Departamento de Identificação e Documentação - DID/IPHAN

1 Características do Lote

Sítio Urbano:

Mês/Ano - Preenchido Por: -

Mês/Ano - Revisto Por: -

01. IDENTIFICAÇÃO levantamento completo levantamento resumido

Logradouro N°

N° de edificações no lote

CARACTERÍSTICAS GERAIS

02. USOS DA ÁREA DESCOBERTA

não tem área descoberta lazer depósito

estacionamento lavagem/secagem de roupas minas d'água

criação de animais pomar horta

jardim de ervas medicinais jardim ornamental área sem uso

outros

03. VEGETAÇÃO DE MÉDIO E GRANDE PORTE

Espécies de médio porte (3 a 5m):

Espécies de grande porte (mais de 5m):

Quantidade: não tem até 5 5 a 10 11 a 20 acima de 20

Observações:

04. FECHAMENTO DO LOTE

não tem cerca viva

madeira pedra

argamassa metálico

tijolo aparente concreto aparente

bambu

outros

05. MATERIAIS DO PISO DA ÁREA DESCOBERTA

natural (terra, grama etc) madeira pé-de-moleque/seixo rolado

lajeado cerâmica cimentado

outros

INFORMAÇÕES FORNECIDAS POR MORADOR / USUÁRIO

06. TEM INFORMAÇÕES SOBRE A EXISTÊNCIA DE OUTRAS EDIFICAÇÕES, ANTERIORES A ESTA(S), NESTE LOTE?

não soube informar

07. O LOTE JÁ FOI DESMEMBRADO?

sim / em quantos lotes?

não

não soube informar

comentário:

08. O LOTE JÁ FOI REMEMBRADO?

sim / quantos lotes foram lembrados?

não

não soube informar

comentário:

Fonte: Inventários de Bens Imóveis - Sítios Urbanos Tombados: Manual de Preenchimento. IPHAN, p. 193

O Formulário 2 – Características Arquitetônicas (Figuras 38 e 39) busca registrar os elementos arquitetônicos e os materiais aplicados nas edificações. Esse formulário possui campos de preenchimento que apontam os materiais utilizados nos elementos da fachada e cobertura, além do uso da edificação, dados volumétricos com descrição de dimensões, gabarito

e registro de acréscimos. No verso do formulário são dispostos campos de preenchimento com informações sobre as características internas das edificações, dados esses que são de extrema importância para o conhecimento e preservação de cada imóvel, porém o manual sugere que esta parte do formulário seja preenchida apenas no Levantamento Completo, o levantamento resumido se restringe apenas às informações de materiais da fachada, cores predominantes e outras características que podem ser identificadas facilmente através de fotos.

Figura 38 – Formulário 2 - Frente: Características Arquitetônicas

Inventário Nacional de Bens Imóveis/Sítios Urbanos Tombados - INBI/SU
Departamento de Identificação e Documentação - DIDI/IPHAN

2 Características Arquitetônicas

Sítio Urbano: _____
Mês/Ano - Preenchido Por: _____ - _____
Mês/Ano - Revisto Por: _____ - _____

01. IDENTIFICAÇÃO

Logradouro: _____ N.º: _____ Edificação: _____
Outras referências: _____

FACHADA PRINCIPAL E USO ATUAL

02. MATERIAIS EMPREGADOS NAS COBERTURAS

destruição total canal
 francesa fibrocimento
 vidro metal
 plástico/fibra laje
 outros _____

03. COROAMENTO

destruição total platibanda
 frontão cimalha
 cachorros beira-seveira
 laje em beiral guarda-pó
 beiral simples
 outros _____

04. MATERIAL DO COROAMENTO

argamassa cantaria
 azulejo antigo azulejo novo
 madeira metal
 telha de barro
 outros _____

05. MATERIAIS DE ACABAMENTO DA FACHADA PRINCIPAL

argamassa chapisco
 cantaria azulejo antigo
 azulejo novo madeira
 vidro
 outros _____

06. MATERIAL DAS MOLDURAS DOS VÃOS DA FACHADA PRINCIPAL

não tem destruição total
 argamassa cantaria
 azulejo antigo azulejo novo
 madeira concreto aparente
 outros _____

07. MATERIAL DOS GUARDA-CORPOS DA FACHADA PRINCIPAL

não tem destruição total
 argamassa cantaria
 madeira alumínio
 ferro batido ferro fundido
 ferro laminado/solda
 outros _____

08. MATERIAL DA BASE DOS GUARDA-CORPOS

destruição total argamassa
 cantaria madeira
 laje
 outros _____

09. MATERIAL DAS ESQUADRIAS DA FACHADA PRINCIPAL

destruição total madeira
 vidro alumínio
 ferro
 outros _____

10. CORES PREDOMINANTES DA FACHADA PRINCIPAL

coroamento _____
molduras dos vãos _____
guarda-corpos _____
esquadrias _____
acabam. da fachada _____
outros relevos _____

11. USO ATUAL - QUANTIFICAR

residência _____ comércio _____
serviço _____ instituição _____
culto _____ em obras _____
vago _____
outros _____

DADOS VOLUMÉTRICOS

12. GABARITO

Altura da fachada: _____ m Altura da cumeeira: _____ m
Nº pavimentos acima do nível da rua: _____ Nº subsolos: _____
Além desses, assinalar a existência de:
 porão alto mirante pav. recuado
 pav. intermediário mezanino sótão habitável
 outros _____

13. CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA DO TELhado

Número de águas do corpo principal: _____
 cumeeira paralela à rua com torreão
 cumeeira perpendicular à rua água furtada
 tipo chalé
 outros _____

14. REGISTRO DE ACRÉSCIMOS

não tem identificado a partir de:
 acréscimo vertical evidência na construção
 acréscimo horizontal depoimento do usuário
 outros _____

Descrever: _____

Figura 39 – Formulário 2 - Verso: Características Arquitetônicas

CARACTERÍSTICAS INTERNAS E DADOS COMPLEMENTARES																											
<p>15. PISOS (LOCALIZAR PAVIMENTO / CÔMODO)</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%;">tabuado:</td> <td style="width: 50%;">tabuado/pinho de riga:</td> </tr> <tr> <td>taco:</td> <td>parquet:</td> </tr> <tr> <td>lajeado:</td> <td>lajota de barro:</td> </tr> <tr> <td>ladrilho hidráulico:</td> <td>mármore:</td> </tr> <tr> <td>cerâmica:</td> <td>cimentado:</td> </tr> <tr> <td>pisos sintéticos colados:</td> <td>terra batida:</td> </tr> <tr> <td colspan="2">outros:</td> </tr> </table> <p>Citar os pisos que podem ser considerados tradicionais, de acordo com as características arquitetônicas da edificação:</p> <div style="border: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div>	tabuado:	tabuado/pinho de riga:	taco:	parquet:	lajeado:	lajota de barro:	ladrilho hidráulico:	mármore:	cerâmica:	cimentado:	pisos sintéticos colados:	terra batida:	outros:		<p>16. TETOS (LOCALIZAR PAVIMENTO / CÔMODO)</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%;">tabuado:</td> <td style="width: 50%;">tabuado/saia e camisa:</td> </tr> <tr> <td>treliçado:</td> <td>esteira de taquara:</td> </tr> <tr> <td>gesso liso:</td> <td>gesso ornamentado:</td> </tr> <tr> <td>laje:</td> <td>barrote aparente:</td> </tr> <tr> <td>telha vã:</td> <td>forros modulados:</td> </tr> <tr> <td colspan="2">outros:</td> </tr> </table> <p>Citar os tetos que podem ser considerados tradicionais, de acordo com as características arquitetônicas da edificação:</p> <div style="border: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div>	tabuado:	tabuado/saia e camisa:	treliçado:	esteira de taquara:	gesso liso:	gesso ornamentado:	laje:	barrote aparente:	telha vã:	forros modulados:	outros:	
tabuado:	tabuado/pinho de riga:																										
taco:	parquet:																										
lajeado:	lajota de barro:																										
ladrilho hidráulico:	mármore:																										
cerâmica:	cimentado:																										
pisos sintéticos colados:	terra batida:																										
outros:																											
tabuado:	tabuado/saia e camisa:																										
treliçado:	esteira de taquara:																										
gesso liso:	gesso ornamentado:																										
laje:	barrote aparente:																										
telha vã:	forros modulados:																										
outros:																											
<p>17. MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO - LOCALIZAR</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%;">pau a pique:</td> <td style="width: 50%;">adobe:</td> </tr> <tr> <td>taipa de pilão:</td> <td>alvenaria de pedra:</td> </tr> <tr> <td>alvenaria de tijolo:</td> <td>madeira:</td> </tr> <tr> <td>concreto:</td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="2">outros:</td> </tr> </table> <p>identificado a partir de:</p> <p><input type="checkbox"/> material à mostra <input type="checkbox"/> depoimento do usuário</p> <p><input type="checkbox"/> processo dedutivo / descrever:</p> <div style="border: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div>	pau a pique:	adobe:	taipa de pilão:	alvenaria de pedra:	alvenaria de tijolo:	madeira:	concreto:		outros:		<p>18. EXISTÊNCIA DE BENS INTEGRADOS RELEVANTES - OBSERVAR</p> <p><input type="checkbox"/> não tem</p> <p><input type="checkbox"/> painéis <input style="width: 100px;" type="text"/></p> <p><input type="checkbox"/> forros <input style="width: 100px;" type="text"/></p> <p><input type="checkbox"/> portadas <input style="width: 100px;" type="text"/></p> <p><input type="checkbox"/> janelas/vitrais <input style="width: 100px;" type="text"/></p> <p><input type="checkbox"/> balaústres <input style="width: 100px;" type="text"/></p> <p><input type="checkbox"/> fontes/chafarizes <input style="width: 100px;" type="text"/></p> <p><input type="checkbox"/> frontões/platibandas <input style="width: 100px;" type="text"/></p> <p><input type="checkbox"/> outros <input style="width: 100px;" type="text"/></p>																
pau a pique:	adobe:																										
taipa de pilão:	alvenaria de pedra:																										
alvenaria de tijolo:	madeira:																										
concreto:																											
outros:																											
<p>20. OBSERVAÇÕES SOBRE OUTRAS CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS</p> <div style="border: 1px solid black; height: 60px; width: 100%;"></div>	<p>19. OBSERVAÇÃO SOBRE O ESTADO DE PRESERVAÇÃO</p> <div style="border: 1px solid black; height: 60px; width: 100%;"></div>																										
INFORMAÇÕES FORNECIDAS PELO MORADOR/USUÁRIO																											
<p>22. SABE A ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO DESTA EDIFICAÇÃO?</p> <p>Época de Construção <input style="width: 150px;" type="text"/></p> <p><input type="checkbox"/> depoimento do morador/usuário <input type="checkbox"/> não soube informar</p> <p><input type="checkbox"/> inscrição em fachada</p>	<p>21. IMÓVEL MERECEDOR DE DETALHAMENTO - JUSTIFICAR</p> <p><input type="checkbox"/> não</p> <p><input type="checkbox"/> lev. fotográfico <input style="width: 100px;" type="text"/></p> <p><input type="checkbox"/> desenho/detalhamento <input style="width: 100px;" type="text"/></p> <p><input type="checkbox"/> pesq. arqueológica <input style="width: 100px;" type="text"/></p> <p><input type="checkbox"/> pesq. documental <input style="width: 100px;" type="text"/></p> <p><input type="checkbox"/> outros <input style="width: 100px;" type="text"/></p>																										
<p>24. CONHECE ALGUMA HISTÓRIA SOBRE ESTA EDIFICAÇÃO? (sobre a construção, fatos relevantes, moradores antigos)</p> <p><input type="checkbox"/> não soube informar</p>	<p>23. SABE ALGO SOBRE O USO PRIMITIVO E/OU ANTERIOR DA EDIFICAÇÃO ATUAL? (informar ordem cronológica)</p> <p><input type="checkbox"/> não soube informar</p>																										

O Formulário 3 – Estado de Conservação (Figuras 40 e 41) tem como objetivo relatar o grau de integridade física das edificações, para que possam ser identificados os problemas mais frequentes de deterioração desses imóveis, esse formulário funciona como um roteiro de observação em campo. Os campos de preenchimento buscam relatar se há comprometimento da estrutura do telhado, das fundações, das alvenarias, infiltrações, biodegradação – ataques de insetos ou microorganismos - e o estado de elementos arquitetônicos como escadas, pisos, forros e esquadrias, além dos riscos potenciais, por fim no verso do formulário existem campos de preenchimentos subjetivos para relatar a avaliação de estado de conservação por unidade – quando se tratar de edificações de uso misto – com o objetivo de identificar a influência do poder aquisitivo do usuário na conservação da edificação. O Formulário 3 é obrigatório, assim como o verso do Formulário 2, apenas para os Levantamentos Completos.

Figura 40 – Formulário 3 - Frente: Estado de Conservação

Inventário Nacional de Bens Imóveis/Sítios Urbanos Tombados - INBI-SU
Departamento de Identificação e Documentação - DID/IPHAN

3 Estado de Conservação

Sítio Urbano:
Mês/Ano - Preenchido Por: -
Mês/Ano - Revisto Por: -

01. IDENTIFICAÇÃO
Logradouro: N°.: Edificação
Outras Referências:

COMPROMETIMENTO DA ESTRUTURA

02. ESTRUTURA DO TELHADO
 sem acesso
 destruição total
 destruição parcial (10%)
 peças principais deterioradas por água ou ataque de
 peças secundárias deterioradas
 nenhum problema evidente
Observações:

03. MANTO DA COBERTURA
 destruição total destruição parcial (10%)
 telhas quebradas telhas corridas
 emassamento incorreto inexistência de grampeamento
 nenhum problema evidente
Observações:

04. FUNDAÇÕES
 rachaduras grandes nos pisos em contato com o solo
 rachaduras pequenas nos pisos do térreo (largura < 1cm)
 nenhum problema evidente
Observações:

05. ESTRUTURA PORTANTE
 destruição parcial (10%)
 grande incidência de rachaduras (50%)
 pequena incidência de rachaduras (10 a 50%)
 rachaduras localizadas (por carga concentrada)
 nenhum problema evidente
Observações:

06. INFILTRAÇÕES
 manchas de umidade no topo das paredes (50%)
 manchas de umidade na base das paredes do térreo (50%)
 aparecimento de eflorescências nas paredes (50%)
 infiltrações nos forros ou laje do último pavimento (10%)
 nenhum problema evidente
Observações:

07. BIODEGRADAÇÃO
 ataque generalizado de insetos ou microorganismos (50%)
 ataque parcial de insetos ou microorganismos
 focos de cupim ou outras pragas na área livre
 nenhum problema evidente
Observações:

ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS

08. ESCADAS
 não tem sem condições de acesso (destruição parcial ou total)
 desgaste dos degraus nenhum problema evidente
Observações:

09. ESQUADRIAS
 destruição total destruição parcial
 oxidação dos metais (ferragens e gradis) (50%) ressecamento das madeiras (50%)
 nenhum problema grave
Observações:

10. PISOS
 destruição total destruição parcial
 desgaste dos pisos nenhum problema grave
Observações:

11. FORROS
 não tem destruição total
 destruição parcial ressecamento das madeiras (50%)
 nenhum problema grave
Observações:

RISCOS POTENCIAIS

12. INSTALAÇÕES PREDIAIS
 sem quadro de distribuição ou quadro inadequado fiação c/ isolamento danificado (isolamento de pano, pontos de rompimento, ressecamento do isolamento de plástico)
 inexistência de eletrodutos ou parcialmente tubulado vazamento em tubulações de instalações hidráulica e sanitária
 nenhum problema evidente
Observações:

13. EXISTEM PERIGOS POTENCIAIS?
 Sim Não Descrever:

Figura 41 – Formulário 3 - Verso: Estado de Conservação

OUTROS ASPECTOS

14. AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO POR UNIDADE (identificar, no caso de edificações de uso misto, quais as unidades estão em melhor ou pior estado)

15. OUTRAS OBSERVAÇÕES

Fonte: Inventários de Bens Imóveis - Sítios Urbanos Tombados: Manual de Preenchimento. IPHAN, p. 210

A segunda fase do Levantamento de Dados é composta pelas Entrevistas com os moradores e usuários das edificações, que são realizadas através da aplicação dos questionários

inseridos no Formulário 4 – Unidade Residencial e no Formulário 5 – Unidade não Residencial. O Formulário 4 (Figuras 42 e 43) visa entender o perfil dos moradores do sítio urbano tombado, a partir de três vertentes principais: a ocupação do solo, o regime de posse e os usos das edificações. Esse formulário busca definir quem são os moradores do sítio tombado – sua renda, origem -, como essas pessoas se apropriam do espaço, como se locomovem e as suas opiniões sobre o perímetro tombado visando entender o grau de satisfação.

Assim como o Formulário 4, o Formulário 5 (Figuras 44 e 45) também busca o entendimento do perfil dos usuários, porém com foco na população que ocupa o bairro como local de trabalho. Esse formulário traz informações como o tipo de comércio, os dias de funcionamento, quantidade de pessoas que trabalham no local, uso de automóveis, e também as opiniões dos usuários.

Figura 42 – Formulário 4 - Frente: Questionário Unidade Residencial

Inventário Nacional de Bens Imóveis/Sítios Urbanos Tombados - INBI-SU
Departamento de Identificação e Documentação - DID/IPHAN

4 QUESTIONÁRIO
Unidade Residencial

Sítio Urbano: _____
Mês/Ano - Preenchido Por: _____ - _____
Mês/Ano - Revisto Por: _____ - _____

01. IDENTIFICAÇÃO
Logradouro: _____ N.º: _____ Edificação: _____
Unidade: _____

PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO

02. JUSTIFICAR A NÃO REALIZAÇÃO DO LEVANT. ARQUITETÔNICO

morador não autorizou morador não encontrado
 morador menor de 16 anos empregado
 em obras ruínas
 vago
 outros _____

03. JUSTIFICAR A NÃO REALIZAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

morador não autorizou morador não encontrado
 morador menor de 16 anos empregado
 em obras ruínas
 vago
 outros _____

04. QUAL A FORMA DE OCUPAÇÃO DESTA DOMICÍLIO?

aluguel por temporada férias da família
 fins de semana da família residência permanente
 república
 outros _____

05. CASO NÃO SEJA OCUPADO O ANO TODO, QUEM CUIDA?

empregado vizinho
 ninguém não soube informar
 proprietário
 outros _____

06. DADOS DO ENTREVISTADO

Nome: _____ Sexo: masc. fem. Idade: _____
 responsável pelo domicílio cônjuge parente residente maior de 16 anos morador eventual (passar para o item 39)

FATORES DE FIXAÇÃO NO SÍTIO

07. HÁ QUANTO TEMPO A FAMÍLIA NUCLEAR MORA NO DOMICÍLIO? 08. POR QUE MORA AQUI?

_____ anos e _____ meses

família oriunda ou residente no local imóvel próprio
 imóvel herdado imóvel emprestado
 moradia barata proximidade do trabalho
 proximidade dos estudos comércio próximo
 outros _____

09. A FAMÍLIA RESIDIU EM OUTRO DOMICÍLIO NESTA CIDADE?

sim, na área histórica sim, fora da área histórica não

10. PRETENDE MUDAR-SE DA ÁREA HISTÓRICA?

sim não não soube informar

11. O RESPONSÁVEL E/OU CÔNJUGE POSSUEM FAMILIARES QUE MORAM NA ÁREA HISTÓRICA?

sim não não soube informar

12. POSSUEM FAMILIARES QUE PRETENDEM MORAR NA ÁREA HISTÓRICA?

sim não não soube informar

GRAU DE SATISFAÇÃO: EDIFICAÇÃO E SERVIÇOS

13. GOSTARIA DE FAZER ALGUMA OBRA NESTE DOMICÍLIO?

não não soube informar
 sim / especifique:

14. POR QUE NÃO FAZ?

não soube informar imóvel alugado
 falta de recursos IPHAN não autorizou
 acha que o IPHAN negaria Prefeitura não autorizou
 acha que a Prefeitura negaria
 outros _____

15. QUAIS DESSES PROBLEMAS EXISTEM NA VIZINHANÇA?

poluição (água, ar, solo) _____
 barulho _____
 vibração nas edificações _____
 desmatamento _____
 estacionamento _____
 trânsito _____
 interferência visual na paisagem _____
 outros _____
 nenhum

16. QUAIS SERVIÇOS APRESENTAM PROBLEMAS NA VIZINHANÇA?

luz _____
 abastecimento d'água _____
 esgoto _____
 limpeza pública _____
 escoamento de águas pluviais _____
 calçamento _____
 iluminação pública _____
 transporte _____
 segurança _____
 lazer _____
 assistência médica _____
 assistência escolar _____
 outros _____
 nenhum

Figura 43 – Formulário 4 - Verso: Questionário Unidade Residencial

REFERENCIAS CULTURAIS SOBRE O SITIO	
17. DO QUE MAIS GOSTA NA ÁREA HISTÓRICA? <input type="text"/>	18. DO QUE MAIS GOSTA NA PAISAGEM NATURAL? <input type="text"/>
19. O QUE A PRESERVAÇÃO SIGNIFICA PARA A CIDADE? <input type="text"/>	20. ACHA A CIDADE BEM PRESERVADA? POR QUÊ? <input type="text"/>
21. A ATUAÇÃO DO IPHAN É SATISFATÓRIA? POR QUÊ? <input type="text"/>	22. E A ATUAÇÃO DA PREFEITURA COM RELAÇÃO À PRESERVAÇÃO É SATISFATÓRIA? POR QUÊ? <input type="text"/>
23. POSSUI ALGUMA DOCUMENTAÇÃO SIGNIFICATIVA SOBRE A CIDADE? (fotos, livros etc) <input type="checkbox"/> não soube informar <input type="text"/>	24. CONHECE ALGUMA HISTÓRIA SOBRE A CIDADE? (referência a lendas, folclore, fatos memoráveis) <input type="checkbox"/> não soube informar <input type="text"/>
25. O ENTREVISTADOR RECOMENDA APROFUNDAR A ENTREVISTA? <input type="radio"/> sim <input type="radio"/> não	
DADOS DO MORADOR	
26. DADOS DO RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO nome <input type="text"/> idade <input type="text"/> sexo: <input type="radio"/> masc. <input type="radio"/> fem. instrução <input type="text"/> atividade <input type="text"/> empregador <input type="text"/> local da atividade: <input type="checkbox"/> em casa <input type="checkbox"/> na área histórica <input type="checkbox"/> fora da área histórica meio de locomoção <input type="text"/> tempo de locomoção <input type="text"/> min. acha local da atividade: <input type="radio"/> longe <input type="radio"/> perto <input type="radio"/> mais ou menos	27. LOCAL DE NASCIMENTO DO RESPONSÁVEL <input type="radio"/> zona rural <input type="radio"/> zona urbana UF <input type="text"/> Município <input type="text"/>
28. LOCAL DE NASCIMENTO DO CÔNJUGE <input type="radio"/> não tem cônjuge <input type="radio"/> zona rural <input type="radio"/> zona urbana UF <input type="text"/> Município <input type="text"/>	
29. O RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO: <input type="radio"/> é proprietário <input type="radio"/> é inquilino <input type="radio"/> usa emprestado <input type="radio"/> outros <input type="text"/>	
TIPO DE OCUPAÇÃO	
30. CASO O RESPONSÁVEL NÃO SEJA O PROPRIETÁRIO Nome do proprietário <input type="text"/> Endereço <input type="text"/> UF <input type="text"/> Município <input type="text"/> País <input type="text"/>	31. SE É INQUILINO, QUAL O VALOR DO ALUGUEL? <input type="radio"/> não quis declarar <input type="radio"/> não soube informar R\$ <input type="text"/>
32. COMO É TRATADO O ALUGUEL? <input type="radio"/> com o proprietário <input type="radio"/> com imobiliária <input type="radio"/> com procurador <input type="radio"/> outros <input type="text"/>	
33. ALUGA ALGUM CÔMODO? <input type="radio"/> sim <input type="radio"/> não	
34. QUANTAS PESSOAS MORAM NESTE DOMICÍLIO? <input type="text"/>	
NÍVEL DE RENDA	
35. ALGUM MORADOR POSSUI AUTOMÓVEL? <input type="radio"/> sim / há <input type="text"/> anos quantos? <input type="text"/> <input type="radio"/> não Onde guarda? <input type="checkbox"/> no lote <input type="checkbox"/> em lote contíguo <input type="checkbox"/> em lote próximo <input type="checkbox"/> em lote afastado <input type="checkbox"/> logradouro em frente <input type="checkbox"/> logradouro próximo <input type="checkbox"/> logradouro afastado <input type="checkbox"/> outros <input type="text"/>	36. A FAMÍLIA NUCLEAR TEM IMÓVEIS NO MUNICÍPIO? (quantificar) <input type="radio"/> não <input type="radio"/> não quis declarar <input type="radio"/> não soube informar terreno <input type="text"/> casa <input type="text"/> apartamento <input type="text"/> loja/sala <input type="text"/> prédio <input type="text"/> sítio/fazenda <input type="text"/> outros <input type="text"/>
37. E EM OUTRO MUNICÍPIO? (quantificar) <input type="radio"/> não <input type="radio"/> não quis declarar <input type="radio"/> não soube informar terreno <input type="text"/> casa <input type="text"/> apartamento <input type="text"/> loja/sala <input type="text"/> prédio <input type="text"/> sítio/fazenda <input type="text"/> outros <input type="text"/>	
38. QUAL A RENDA FAMILIAR? (em salários mínimos) <input type="checkbox"/> não quis declarar <input type="checkbox"/> não soube informar <input type="checkbox"/> até 3 salários <input type="checkbox"/> de 4 a 10 salários <input type="checkbox"/> de 11 a 20 salários <input type="checkbox"/> mais de 20 salários	
MORADOR EVENTUAL	
39. DE ONDE VEM? (UF/País) <input type="text"/>	43. VEM DE AUTOMÓVEL? <input type="radio"/> sim / há <input type="text"/> anos <input type="radio"/> não
40. HÁ QUANTO TEMPO VEM? <input type="text"/> anos	Onde guarda? <input type="checkbox"/> no lote <input type="checkbox"/> em lote contíguo <input type="checkbox"/> em lote próximo <input type="checkbox"/> em lote afastado <input type="checkbox"/> logradouro em frente <input type="checkbox"/> logradouro próximo <input type="checkbox"/> logradouro afastado <input type="checkbox"/> outros <input type="text"/>
41. POR QUE VEM? <input type="checkbox"/> turismo <input type="checkbox"/> trabalho <input type="checkbox"/> família oriunda/residente no local <input type="checkbox"/> amigos no local <input type="checkbox"/> outros <input type="text"/>	
42. O IMÓVEL É: <input type="radio"/> próprio <input type="radio"/> alugado <input type="radio"/> emprestado <input type="radio"/> outros <input type="text"/>	

Figura 44 – Formulário 5 - Frente: Questionário Unidade não Residencial;

Inventário Nacional de Bens Imóveis/Sítios Urbanos Tombados - INBI-SU
Departamento de Identificação e Documentação - DID/IPHAN

5 QUESTIONÁRIO
Unidade não Residencial

Sítio Urbano: _____
Mês/Ano - Preenchido Por: _____ - _____
Mês/Ano - Revisto Por: _____ - _____

01. IDENTIFICAÇÃO

Logradouro: _____ Nº.: _____ Edificação: _____
Unidade: _____

PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO

02. JUSTIFICAR A NÃO REALIZAÇÃO DO LEVANT. ARQUITETÔNICO

ocupante não autorizou ocupante não encontrado
 ocupante menor de 16 anos empregado
 em obras ruínas
 vago
 outros: _____

03. JUSTIFICAR A NÃO REALIZAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

ocupante não autorizou ocupante não encontrado
 ocupante menor de 16 anos empregado
 em obras ruínas
 vago
 outros: _____

04. DADOS DO ENTREVISTADO

Nome: _____ Sexo: masc. fem. Idade: _____
Função no estabelecimento: _____

CARACTERÍSTICAS DO ESTABELECIMENTO

05. QUAL O TIPO DE COMÉRCIO OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO ESTABELECIMENTO?

06. QUAIS OS DIAS DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO?

2ª feira 3ª feira 4ª feira 5ª feira
 6ª feira sábado domingo

Quantos turnos? 1 2 3 Horários: _____ às _____
_____ às _____
_____ às _____

07. QUANTAS PESSOAS TRABALHAM NO ESTABELECIMENTO? _____

08. O ESTABELECIMENTO TEM AUTOMÓVEL?

sim. Quantos? _____ não não soube informar

09. QUANTOS AUTOMÓVEIS DE FUNCIONÁRIOS FICAM ESTACIONADOS NA ÁREA HISTÓRICA?

nenhum número de automóveis: _____
Onde estacionam?
 no lote em lote contíguo
 em lote próximo em lote afastado
 logradouro afastado logradouro próximo
 outros: _____

10. DE ONDE VÊM OS USUÁRIOS E/OU CLIENTES?

da área histórica de fora da área histórica
 de outros municípios de outros estados
 de outros países

11. HÁ LOCAL ESPECÍFICO PARA ESTACIONAMENTO DE USUÁRIOS?

sim. Onde? não
 no lote em lote contíguo
 em lote próximo em lote afastado
 outros: _____

FATORES DE FIXAÇÃO NO SÍTIO

12. O ESTABELECIMENTO JÁ ESTEVE INSTALADO EM OUTRO LOCAL NESTA CIDADE?

sim, na área histórica sim, fora da área histórica
 não não soube informar

13. E EM OUTRO MUNICÍPIO?

não não soube informar
 sim. Município: _____ UF: _____

14. HÁ QUANTO TEMPO ESTÁ INSTALADO NESTE IMÓVEL? _____ anos e _____ meses

15. POR QUE ESTÁ INSTALADO AQUI?

aluguel barato área de turismo área central / de comércio
 concentração de instituições carência local deste serviço adquirido por herança
 proximidade da residência outros: _____

TIPO DE OCUPAÇÃO

16. O IMÓVEL DO ESTABELECIMENTO É:

próprio alugado
 emprestado
 outros: _____

17. DADOS DO PROPRIETÁRIO

nome: _____
endereço: _____
Município/UF/País: _____

18. SE O IMÓVEL É ALUGADO, COMO É TRATADO O ALUGUEL?

com o proprietário com imobiliária
 com procurador
 outros: _____

19. QUAL O VALOR DO ALUGUEL?

não quis declarar não soube informar R\$ _____

20. O DONO DO ESTABELECIMENTO ALUGA ALGUM CÔMODO?

sim não não soube informar

Figura 45 – Formulário 5 - Verso: Questionário Unidade não Residencial;

GRAU DE SATISFAÇÃO: EDIFICAÇÃO E SERVIÇOS

21. ESTÁ INFORMADO SOBRE A NECESSIDADE DE ALGUMA OBRA NESTE ESTABELECIMENTO?

não sim / especifique:

22. POR QUE NÃO É FEITA?

não soube informar imóvel alugado
 falta de recursos IPHAN não autorizou
 acha que o IPHAN negaria Prefeitura não autorizou
 acha que a Prefeitura negaria
 outros

23. QUAIS DESSES PROBLEMAS EXISTEM NA VIZINHANÇA?

poluição (água, ar, solo)
 barulho
 vibração nas edificações
 desmatamento
 estacionamento
 trânsito
 interferência visual na paisagem
 outros
 nenhum

24. QUAIS SERVIÇOS APRESENTAM PROBLEMAS NA VIZINHANÇA?

luz
 abastecimento d'água
 esgoto
 limpeza pública
 escoamento de águas pluviais
 calçamento
 iluminação pública
 transporte
 segurança
 lazer
 assistência médica
 assistência escolar
 outros
 nenhum

REFERÊNCIAS CULTURAIS SOBRE O SÍTIO

25. DO QUE MAIS GOSTA NA ÁREA HISTÓRICA?

26. DO QUE MAIS GOSTA NA PAISAGEM NATURAL?

27. O QUE A PRESERVAÇÃO SIGNIFICA PARA A CIDADE?

28. ACHA A CIDADE BEM PRESERVADA? POR QUÊ?

29. A ATUAÇÃO DO IPHAN É SATISFATÓRIA? POR QUÊ?

30. E A ATUAÇÃO DA PREFEITURA COM RELAÇÃO À PRESERVAÇÃO É SATISFATÓRIA? POR QUÊ?

31. POSSUI ALGUMA DOCUMENTAÇÃO SIGNIFICATIVA SOBRE A CIDADE? (FOTOS, LIVROS ETC)

não soube informar

32. CONHECE ALGUMA HISTÓRIA SOBRE A CIDADE? (REFERÊNCIA A LENDAS, FOLCLORE, FATOS MEMORÁVEIS)

não soube informar

33. O ENTREVISTADOR RECOMENDA APROFUNDAR A ENTREVISTA?

sim não

Fonte: Inventários de Bens Imóveis - Sítios Urbanos Tombados: Manual de Preenchimento. IPHAN, p. 230.

Em entrevista com a técnica do IPHAN/MA Marise Alves (2020), a arquiteta explicou que em São Luís o INBI-SU foi aplicado em três etapas, a primeira que se tratou de

uma etapa experimental e aconteceu em 1999 executou o levantamento da área da fonte do ribeirão; a segunda etapa ocorreu entre os anos 2002 e 2003, onde foi feito o levantamento de todo o perímetro de tombamento federal; e a terceira etapa aconteceu entre 2005 e 2006 com a complementação do inventário a partir do levantamento da área de rerratificação do perímetro de tombamento federal.

Ainda segundo Alves (2020), a segunda etapa foi realizada através de um convênio do IPHAN com a UNESCO e a Universidade Estadual de Arquitetura e Urbanismo do Maranhão. A arquiteta afirma que os professores da Universidade Márcia Marques e Alex Oliveira eram na época os coordenadores do projeto e ficaram responsáveis junto com os alunos pelos levantamentos e produção dos produtos. Já na terceira etapa, Marise (2020), explica que foi feita uma licitação, onde a empresa privada da professora Márcia Marques foi contratada para realizar os levantamentos.

Em entrevista com a professora Márcia Marques, foi esclarecido que a primeira etapa do inventário em São Luís aconteceu com a coordenação do professor Alex Oliveira, porém posteriormente ele se afastou para a realização do seu doutorado, e sendo assim a professora Márcia assumiu a coordenação do projeto. Segundo Marques (2020), eles realizaram a coordenação de processamento dos projetos e dos levantamentos. Ainda segundo a arquiteta e professora, foram montadas equipes com três alunos cada uma, e eles contavam ainda com o auxílio de uma socióloga.

Os alunos eram responsáveis pelo levantamento Físico-Arquitetônico e a socióloga realizava os levantamentos das fichas, tanto as referentes ao imóvel como as referentes aos moradores, além disso havia uma equipe responsável por toda a pesquisa histórica do sítio urbano. Inicialmente era realizado um levantamento de campo buscando reconhecer quais edificações encontravam-se sendo ocupadas, além de identificar os usos de cada uma delas. O reconhecimento dos imóveis era realizado por quadras, a partir de um mapa cedido pelo IPHAN/MA para as equipes, após essa etapa era feita uma espécie de triagem, identificando os contatos dos moradores/ocupantes dos imóveis para assim entrar em contato com cada um e marcar visita no imóvel para que se desse início ao processo de levantamento físico e preenchimento de fichas.

A partir do estudo do manual do INBI-SU e análise dos formulários de preenchimento pode-se observar que os dados a serem preenchidos nos formulários da etapa de Pesquisa Histórica não apresentam informações sobre as edificações em si, mas apenas sobre as documentações utilizadas para o estudo. Não se tratam de fichas com informações de uma pesquisa aprofundada com dados relevantes sobre os bens tombados que poderiam definir

formas de preservá-los, mas sim dados sobre referências bibliográficas utilizadas na pesquisa, sem utilidade para a preservação dos imóveis. Com isso, podem ser identificadas as primeiras falhas do INBI-SU, a destinação de tempo e trabalho à tarefas não muito necessárias e o uso de nomenclaturas inadequadas e confusas.

Em relação a segunda abordagem, no caso da cidade de São Luís, tendo em vista as características da maioria das edificações do perímetro tombado, a aplicação desses levantamentos foi realizada de forma incompleta e incorreta, onde deveria ter sido feito o ‘Levantamento Completo’ da maioria dos imóveis, porém pôde ser observado a partir da análise dos arquivos do INBI-SU disponíveis na Superintendência do IPHAN/MA que a maioria dos levantamentos realizados na época foram do tipo denominado ‘Levantamento Resumido’.

Esses Levantamentos Resumidos contam apenas com plantas de cobertura e implantação, o que torna os arquivos praticamente inúteis para uso dos técnicos do IPHAN. Segundo Alves (2020), muitas plantas possuem informações incorretas, como coberturas que na verdade que não existem ou paredes extremamente tortas que não coincidem com a realidade, por conta disso, os técnicos do IPHAN utilizam esses arquivos apenas como base, e sempre checam as informações com o real existente.

Alves (2020), reafirma o exposto por Márcia Marques, que os levantamentos físicos do inventário em São Luís foram feitos pelos professores da Universidade e os alunos envolvidos no projeto, porém a arquiteta acredita que não houve um bom gerenciamento da equipe responsável pelo trabalho, ela considera que os erros grotescos observados nas plantas e formulários preenchidos ocorreram principalmente pela falta de comprometimento e conhecimento dos alunos, e aponta ainda que para uma tarefa de grande importância como essa é imprescindível que os alunos fossem orientados a executar as tarefas de forma correta. Outro fator que contribuiu para a persistência dos erros nas plantas e formulários foi o processo de checagem pelo IPHAN, que ainda conforme a técnica, esse processo era feito através de amostragem, e por conta da grande demanda e equipe reduzida essas checagens acabaram sendo feitas de forma muito superficial.

Já conforme Marques (2020), foi realizado treinamento com as equipes de levantamento, porém ainda assim aconteciam muitos erros grotescos, os alunos esqueciam de medir algumas diagonais ou espessuras de paredes, o que dificultava a transcrição do desenho para o AutoCad. Sendo assim, a equipe tinha a necessidade de retornar no imóvel para complementar o levantamento, o que muitas vezes não era permitido pelos moradores que, segundo Marques (2020), achavam que as equipes estavam fazendo aquilo para despejar as famílias ou aumentar o IPTU, apesar das explicações dadas previamente e do envio de ofício

para cada família informando o porquê dos levantamentos.

Outra questão observada sobre os levantamentos físicos é que não necessariamente havia a necessidade de serem realizados levantamentos minuciosos com todas as medidas dos imóveis, mais interessante seria relatar nesses levantamentos o que foi encontrado no interior dessas edificações, a técnica construtiva utilizada, as intervenções posteriores, os materiais aplicados em pisos e forros, entre outras questões que determinam o grau de intervenção a ser realizado nas edificações. Com isso, no caso de São Luís, facilitaria também a execução dos levantamentos de todos os imóveis, tendo em vista que se trata de um conjunto de grande dimensão.

Em relação ao levantamento fotográfico, o manual não solicita fotografias do interior do imóvel, o que é compreensível se for considerado o fato de que na época dos levantamentos as tecnologias utilizadas não eram tão eficientes e acessíveis, e provavelmente eram utilizadas de forma limitada. Porém, fotografias internas dos imóveis são de extrema importância para a criação de um Inventário completo, pois a partir delas pode haver melhor entendimento dos materiais presentes nas edificações, técnicas construtivas e a preservação de sua originalidade no decorrer do tempo, além de servir de auxílio e respaldo para os órgãos de preservação em posteriores análises de projetos

Alves (2020) afirma que as fotos tiradas na época do levantamento possuem bastante utilidade para os servidores mesmo se tratando apenas de fotos de fachadas, essas fotos são muito usadas para comparação da situação das edificações na época da foto com a situação atual, mas ainda assim a arquiteta acredita que deveriam existir fotos internas para auxiliar no trabalho do IPHAN.

Marques (2020) considera o INBI-SU um bom inventário, porém pouco produtivo, ela afirma que os levantamentos deveriam ser mais completos, com cortes, fachadas, plantas baixas e cobertura, para retratar de fato a riqueza dos imóveis. A arquiteta e professora enfatiza também a importância da fotografia para a eficiência do levantamento completo, ela acredita que há grande necessidade de fotos internas das edificações, retratando piso, parede e teto, para facilitar posteriores trabalhos.

Após a análise da primeira e segunda abordagens identifica-se que o INBI-SU comete repetidamente uma determinada falha em sua metodologia, que se trata das nomenclaturas utilizadas, na primeira abordagem não é realizada de fato uma pesquisa histórica com dados sobre as edificações, enquanto no primeiro formulário do Levantamento Físico são utilizados termos como 'Fechamento do Lote', que diz respeito não à existência de muros, gradis ou muretas, mas sim ao acabamento utilizado no fechamento do lote, independente do

sistema construtivo utilizado.

O objetivo deste campo é registrar **o material de acabamento do fechamento do lote** como mais uma característica arquitetônica do sítio urbano tombado. O pesquisador deve assinalar tantos materiais quantos forem encontrados no fechamento do lote (REZENDE et al, 2007, p. 195. Negrito nosso).

O Formulário 1 – Características do Lote traz também informações que deveriam estar dispostas na fase de Pesquisa Histórica, como informações de usos e características anteriores da edificação coletadas a partir de entrevistas com os moradores. Conforme descrito no manual do INBI-SU por Rezende et al (2007) o campo de preenchimento referente ao ‘uso das áreas descobertas’ tem como objetivo entender o modo de vida e costumes dos moradores e usuários da área histórica, o que também caracteriza a fase de Pesquisa Histórica. Essas questões de nomenclatura das abordagens e dos campos de preenchimento acabam tornando confuso o entendimento do inventário e prejudicando o preenchimento das fichas.

Os campos relacionados à ‘Dados Volumétricos’ e ‘Registro de Acréscimos’ do Formulário 2 – Características Arquitetônicas, são bastante relevantes, pois relatam se já foram realizadas modificações no imóvel ou se ele ainda se encontra em seu estado original, porém isso não é suficiente, é importante identificar e entender quais foram essas modificações e se há um determinado valor para elas, o que poderia ser exemplificado através de desenhos com a demonstração do que é original na edificação e demarcando o acréscimo feito em época posterior à sua construção, além do levantamento fotográfico. Novamente é cometido o erro de tratar no Formulário de Levantamento Físico sobre informações que deveriam estar inseridas na pesquisa histórica ou na fase de aplicação de questionários. Dessa vez são colocados questionamentos a serem feitos aos moradores em relação à época da construção, e mais uma vez sobre usos anteriores.

Outra questão observada é que não é relatado nos formulários informações sobre os estilos das edificações, o que traz um questionamento em relação à valorização de edificações de diversos estilos pelo inventário, que mostra maior relevância aos imóveis de arquitetura tradicional luso-brasileira, tornando as documentações de outros estilos limitadas. Essa é outra falha identificada no INBI-SU que não limita apenas a preservação de edificações de outros estilos identificados em São Luís, como os imóveis ecléticos e os modernistas, visto que o manual do inventário foi realizado para utilização a nível nacional, essa falha limita também a documentação de imóveis em outras cidades que possuem outras características arquitetônicas, de ocupação e desenvolvimento urbano.

É importante entender que apesar da sua posterior inserção e de ter destruído parte da arquitetura tradicional da cidade de São Luís na época, a arquitetura moderna também possui seu valor reconhecido atualmente, e igualmente à arquitetura tradicional faz parte da história de desenvolvimento da cidade e está inserida no perímetro de tombamento federal, devendo assim da mesma forma ser protegida. Com esse entendimento é vista a necessidade de incluir essas edificações no inventário, para que elas possam ser preservadas da maneira correta, e para isso o modelo a ser aplicado necessita ser reformulado para que possa ser utilizado para todos os estilos e considerando a diversidade e subjetividade.

O objetivo do formulário 3 – Estado de Conservação, de identificar os problemas mais frequentes nas edificações é bastante válido, porém para um inventário que deve ser utilizado como referência e ação de preservação, é mais interessante identificar o estado de **preservação** das edificações, e não de conservação, tendo em vista que o estado de conservação pode ser alterado mais facilmente no decorrer do tempo e que sempre deverá ser feito anterior a qualquer intervenção a ser realizada nas edificações, além do fator de que alguns reparos devem ser executados periodicamente, como pintura de fachadas, por exemplo. Sendo assim, para que seja considerado uma ferramenta de preservação constante, o formulário em questão deveria ter outro foco, o de identificar o nível de preservação da edificação, relatando o quanto de originalidade ainda se encontra em toda sua estrutura e elementos arquitetônicos, para que assim possa ser definido um nível de intervenção permitido.

Os dois questionários – 4 e 5 - destinados a coletas de informações sobre os moradores dos imóveis possuem relevância por auxiliarem na compreensão de como a população valoriza o patrimônio tombado, qual o grau de satisfação dessas pessoas em relação ao local, além de coletar dados que proporcionam entendimento do processo histórico de desenvolvimento da cidade, como mudança de usos, formas de ocupação e valorização da área no decorrer do tempo. Essas informações podem ajudar a definir ações de preservação, como por exemplo, a criação de políticas públicas que visam o incentivo à permanência da população no centro histórico, proporcionando segurança, vitalidade urbana e conseqüentemente a preservação da área.

Em relação à qualidade e utilidade das informações a serem preenchidas e coletadas a partir do proposto pelo INBI-SU, pode-se concluir que alguns campos de preenchimento se tornam confusos, outros não possuem utilidade, como por exemplo, os três formulários da ‘Pesquisa Histórica’, que não se trata exatamente do que o nome sugere. Quanto a quantidade de informações propostas, o inventário possui formulários com uma boa quantidade de informações, porém nem todas elas possuem utilidade, e algumas que seriam de grande

importância não são encontradas nos formulários, como por exemplo, as características estilísticas, e em relação às plantas e levantamento fotográfico, onde o primeiro exige plantas com medidas minuciosas e o segundo exige apenas fotos das fachadas, quando teria mais utilidade a produção de plantas mais simplificadas com informações sobre técnicas construtivas e medidas gerais – como altura da cumeeira - e materiais utilizados do que medidas detalhadas, e fotos internas em vez de apenas fachadas.

Quanto à publicização dos dados do INBI-SU, em visita à biblioteca do IPHAN/MA foi descoberto que as fichas preenchidas se encontram arquivadas, e inclusive não foram registradas e digitalizadas na instituição – segundo a bibliotecária Dayse de Jesus (2020), sendo assim elas não são utilizadas nem pelos servidores do próprio IPHAN. A arquiteta Marise (2020) afirma que raramente consulta as fichas e as vezes em que utilizou foi apenas para identificar o proprietário do imóvel (dado que muda constantemente), pois não considera as informações do INBI-SU confiáveis.

Quanto à aplicação do INBI-SU em São Luís, os formulários consultados no arquivo do IPHAN/MA se encontram preenchidos, porém já se tratam de informações desatualizadas e não se complementam com o restante do Levantamento de Campo realizado – plantas e fotografias, e não se tratam de informações confiáveis. Sendo assim, o Inventário Nacional de Bens Imóveis: Sítios Urbanos Tombados – INBI-SU não teve grande eficiência e contribuição à longo prazo para a preservação do patrimônio tombado da cidade de São Luís, não sendo utilizado pelos técnicos do IPHAN/MA sem que seja necessário um novo levantamento de dados para checar a veracidade das informações, nem por interessados externos da instituição – arquitetos e estudantes da área.

Marise (2020) explica que na época da aplicação do inventário foi criado um software para a inserção dos dados obtidos nos levantamentos, esse banco de dados foi criado na sede do IPHAN em Brasília e o objetivo é que quando fosse concluída a inserção dos dados, ele poderia ser acessado por pessoas externas ao IPHAN para consulta de informações sobre as edificações, porém, o software não foi produzido de forma eficiente e suficiente para suportar todos os dados obtidos no levantamento do INBI-SU, sendo assim chegou um momento que a ferramenta não suportava mais a inserção de nenhuma informação, fazendo com que ocorresse uma falha no sistema, onde foram perdidos muitos dados já cadastrados.

Segundo Silva (2014) esse software era denominado Computador Cultural, e tinha como objetivo a criação de uma ‘rede pública nacional de informação cultural automatizada’.

diretora do DID, Ana Carmem Jara Casco, pouco foi feito, em relação ao projeto do Computador Cultural, nos 4 anos decorrido desde a elaboração do INBI-SU. Isso porque, segundo Lia Motta (1991), a mudança de governo desde SPHAN/Pro-Memória, até a IBPC, envolvendo inclusive demissão de parte do corpo técnico, fragilizou o trabalho até então em curso (SILVA, 2014, p. 90).

Essa questão da criação de uma ferramenta que possa ser utilizada como consulta não foi encontrada no manual do INBI-SU como uma recomendação, mas seria de extrema importância para a eficiência do inventário, tornando as informações mais acessíveis, ajudando também na publicização do próprio inventário por meio virtual, fazendo com que mais pessoas interessadas no assunto – arquitetos e urbanistas, engenheiros, estudantes de arquitetura, historiadores e áreas afins - saibam da existência desse banco de dados tão importante para a preservação do patrimônio histórico.

Para que o INBI-SU se tornasse realmente funcional e útil seria necessária a reformulação da sua metodologia, reorganizando dados e formulários juntamente com suas nomenclaturas, incluindo dados necessários – em desenhos e fichas -, além da realização de uma pesquisa histórica mais completa, pois esses dados direcionam e auxiliam nas propostas de intervenções, outra questão importante que contribui para a eficiência do inventário é informar para os interessados o grau de intervenção permitido para cada edificação a partir da análise de seu valor, integridade e originalidade. Deveriam também ser retirados da metodologia os formulários que não possuem utilidade para a preservação do patrimônio histórico.

É notório a partir da análise das entrevistas realizadas com a técnica do IPHAN/MA Marise Alves e com a arquiteta Márcia Marques, que muitas falhas na aplicação do inventário em São Luís, se deram por conta da equipe de levantamento despreparada e com um conhecimento técnico insuficiente sobre patrimônio e a arquitetura histórica existente na cidade, sendo assim conclui-se que além das modificações e acréscimos necessários no INBI-SU, seria necessário também que ele fosse aplicado por profissionais com conhecimento aprofundado sobre o assunto e capazes de gerir toda a equipe.

A participação da comunidade acadêmica nesse tipo de trabalho é muito importante, afinal, são esses alunos/aprendizes que serão os profissionais do futuro responsáveis por resguardar o patrimônio arquitetônico e paisagístico, porém é importante que a atividade e responsabilidade atribuída a eles esteja de acordo com o conhecimento de cada um e seja sempre supervisionada. É inadequado que os alunos tomem a frente de certas tarefas, como reconhecimento de técnicas construtivas ou levantamento de imóveis sem acompanhando de um profissional experiente, isso pode acarretar em falhas grotescas no produto final, como

ocorreu com o INBI-SU.

4.2.2 INCEU – Inventário Nacional de Configuração de Espaços Urbanos e IBA - Inventário de Bens Arquitetônicos

Essas propostas de inventários serão apresentadas de forma breve neste capítulo. O INCEU por não ter tido grande abrangência na sua aplicação na cidade de São Luís e o IBA por não ter sido um inventário colocado em prática. Sendo assim este capítulo será elaborado a título de informação.

O INCEU foi apresentado no ano 2000 pelo IPHAN com metodologia proposta pela professora Maria Elaine Kohlsdorf. O método do inventário foi baseado nas fichas do INBI-SU e consiste em abordar questões e aspectos - arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos - da cidade que não foram contemplados nele e a leitura das características morfológicas fundamentais da identidade do local.

Esse inventário foi realizado nas cidades em que já continham o levantamento do INBI-SU, como forma de complementação um do outro. O INCEU busca permitir melhor leitura do espaço urbano tombado, visto que esse não se limita apenas às edificações que o constituem, mas é caracterizado também pelo traçado, mobiliário urbano, vegetações, relação com as águas do entorno, engenhos publicitários, topografia, entre outros elementos que juntos caracterizam o espaço urbano. Esses estudos mais aprofundados do espaço urbano tombado objetivava amparar ainda mais as normatizações e ações administrativas voltadas às intervenções em áreas protegidas.

Em São Luís o INCEU foi aplicado em conjunto ao INBI-SU a partir do levantamento físico das ruas e quarteirões do perímetro tombado pelo IPHAN. Esses levantamentos originaram em seções das ruas identificando a fachada de cada imóvel de acordo com suas características físicas da época. Porém, da mesma forma que os levantamentos do INBI-SU, essas fachadas são utilizadas atualmente exclusivamente pelo IPHAN e como citado no tópico anterior, não possuem informações confiáveis em relação as medidas. Ainda assim os arquivos são utilizados pelos técnicos da instituição principalmente para a comparação com a situação atual dos imóveis.

Apesar de propor estudos aprofundados sobre o conjunto urbano tombado a partir de perspectivas mais abrangentes, o INCEU em São Luís se limitou à caracterização arquitetônica do conjunto. Não foram apresentados estudos sobre a evolução urbana, as relações de cheios e vazios, a relação do centro antigo com o mar, não foram apresentados produtos

finais como mapas e comparações do traçado original com o atual, entre outros elementos que são indispensáveis para o entendimento da cidade e para as tomadas de decisões tanto administrativas e de gestão do bem tombado quanto no que tangem as intervenções físicas no conjunto.

Assim como o INCEU, o IBA foi elaborado como um inventário complementar ao INBI-SU. Criado em 2002, o inventário em questão objetivava registrar informações sobre os bens imóveis tombados isoladamente pelo IPHAN, os exemplares que possuem tipologia excepcional incluídos ou não nos conjuntos urbanos. De acordo com Sebutal⁹ (2001) apud Silva (2014) o IBA não era inicialmente prioritário para o IPHAN, pois havia maior preocupação em relação aos imóveis contidos no conjunto tombado, que eram sempre mais ameaçados quanto a sua preservação se comparado aos bens tombados isoladamente, visto que esses contam com a existência de mais documentações, registros e diretrizes.

Por esses fatores houve grande dificuldade para conseguir recursos financeiros e envolvimento de pessoas suficientes para seguir com o projeto, sendo assim o IBA não foi plenamente implantado. Sebutal¹ (2001) apud Silva (2014) afirma ainda que existe uma diferença em relação as dificuldades para a elaboração do método do inventário destinado ao conjunto e o método do inventário destinado a bens tombados isoladamente. No caso do inventário destinado ao conjunto é necessária a elaboração de um método inovador, já no que tange o inventário de bens arquitetônicos a dificuldade não está ligada a isso, mas sim em garantir a qualidade e uniformidade das informações a serem preenchidas, ou seja, um padrão de preenchimento.

Por já existirem diretrizes nacionais e internacionais objetivas para os imóveis tombados isoladamente, e por já serem muito menos ameaçados em relação a sua conservação, a ausência de uma metodologia de inventário para o levantamento desses bens não iria impedir a continuidade da sua preservação. Com isso, o IBA teve sua metodologia aplicada a apenas um bem.

4.2.3 SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão

Antes de detalhar o SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão, é importante entender o contexto anterior que fez com que houvesse o desenvolvimento dessa ferramenta.

⁹ SEBUTAL, M. B. **Memorando n. 09**. Rio de Janeiro: DID, 2001.

Todos os inventários anteriores tinham como objetivo final a construção de uma rede de informações virtual que centralizaria informações sobre bens de todas as naturezas, seja material, imaterial ou artísticos. Dessa forma seria formado um sistema de conhecimento do patrimônio cultural nacional, o Computador Cultural. Porém como já citado no tópico anterior, a ferramenta não obteve sucesso. Os motivos que levaram a isso vão desde mudança de gestão e o desinteresse em continuar e/ou dar prioridade nesse projeto, até problemas financeiros e técnicos, a ferramenta não suportava tantos dados em um único banco. Segundo Silva (2014), como resultado disso os dados se tornaram pouco acessíveis aos técnicos do IPHAN e menos ainda ao público externo.

Em 2003, com uma nova Gestão do Ministério da Cultura, iniciaram-se novos esforços para alinhar as políticas de preservação do IPHAN à conceituação de patrimônio cultural estabelecida na Constituição de 1988. A nova gestão buscou fortalecer a questão cultural nas políticas públicas, onde foi realizado aumento orçamentário para o Programa Monumenta, ampliação de recursos humanos pela realização do concurso de 2005, aperfeiçoamento de gestão a partir da iniciação de um Planejamento Estratégico.

Foi esse processo de Planejamento Estratégico que fez com que o DEPAM realizasse cinco encontros regionais com a finalidade de refletir as práticas institucionais com técnicos de todas as unidades do IPHAN. Essas discussões resultaram na elaboração pelo DEPAM-Brasília de uma ferramenta para a gestão do patrimônio de forma integrada, recolocando o inventário como prioridade da instituição.

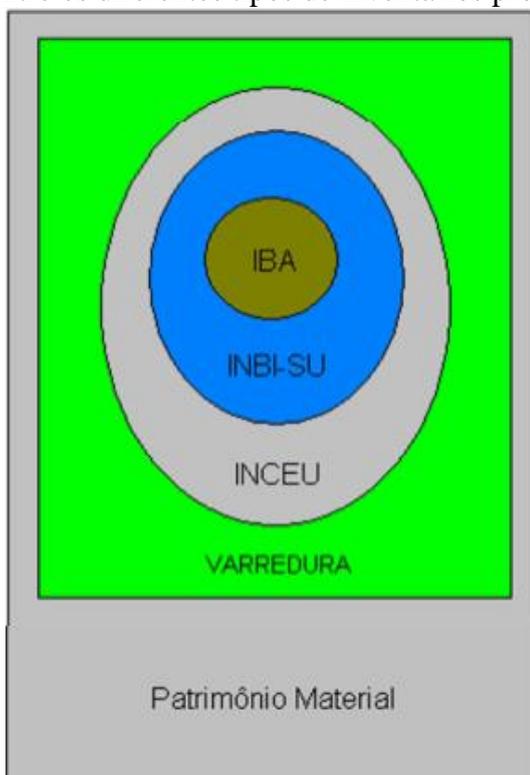
A partir disso um grupo de técnicos passou a estudar as metodologias de inventários a fundo para que pudessem solucionar os problemas levantados nas reuniões. Um dos problemas identificados estava justamente relacionado a ausência de uma rede de informações que pudesse garantir a estruturação do Sistema de Inventários. A análise dos técnicos do DEPAM-Brasília foi feita pensando em introduzir um sistema com três frentes de atuação:

[...] a salvaguarda e inventário completo do estoque já existente; expansão do estoque com vistas a atender a uma dimensão que historicamente ficou relegada na questão patrimonial brasileira - a dimensão continental do território nacional, e; a construção de normas de preservação e monitoramento dos sítios urbanos como estratégia de desenvolvimento econômico e social local (SILVA, 2014, p. 101).

Segundo Silva (2014) o grupo responsável pela elaboração do novo sistema concluiu que os inventários devem ser complementares uns aos outros e não concorrentes. A equipe definiu que a metodologia de registros e levantamentos devem empenhar-se na sistematização de conhecimento, na proteção do patrimônio e em contribuir para a avaliação

das ações de preservação realizadas. Foi definido também pelo grupo uma relação de condicionalidade entre os tipos de inventários, que foi ilustrado a partir do esquema abaixo:

Figura 46: Relação entre os diferentes tipos de inventários produzidos pelo IPHAN.



Fonte: Silva, 2014, p. 102.

Apesar dos esforços da equipe, o resultado da metodologia foi bastante criticado, principalmente pelo DEPAM-RJ que até então eram os responsáveis pelos trabalhos de inventário da instituição, a equipe do Rio de Janeiro pontuou que os inventários anteriores já tinham a função de serem complementares, onde o INCR¹⁰ se tratava do inventário de Varredura, devendo ser complementado pelo INBI-SU, INCEU e IBA. Apesar das críticas ao plano de revisão dos inventários, a metodologia serviu como base em conjunto à análises de outras experiências (como o Inventário do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - IPAC-BA, o Inventário Geral da França e o inventário dos Roteiros de Imigração em Santa Catarina) para a criação do Sistema de Conhecimento e Gestão – SICG.

¹⁰ O INCR – Inventário Nacional de Referência Cultural foi criado para funcionar como um Inventário de Varredura, onde sua função principal seria o mapeamento e a identificação dos bens de todas as naturezas em todo o território brasileiro para posterior inserção de cada um nos inventários adequados. Porém, o INCR passou a funcionar como um setor do patrimônio imaterial, assumindo a função de documentar os bens imateriais como requisito para o registro.

Apenas em 2008, no I Encontro de Escritórios Técnicos do IPHAN, o SICG foi apresentado e passou a ser discutido amplamente com os técnicos das unidades da instituição de todo o país. No mesmo ano aconteceu em Brasília o workshop sobre paisagens culturais e sistemas de informação promovido através da parceria do IPHAN com o Instituto Andaluz de Patrimônio Histórico - IAPH, onde os técnicos brasileiros discutiram com espanhóis sistemas de informação do patrimônio cultural. Após essas discussões, dois técnicos do DEPAM foram até Sevilha, na Espanha para conhecerem o '*Sistema de Informacion del patrimonio Histórico Andaluz*' (SIPHA) e o *Sistema de informacion para la Gestion de Biens Culturales – Mosaic*.

Nessa visita os técnicos do DEPAM viram a necessidade de integrar bens de naturezas distintas no SICG e também da realização de uma visita da equipe técnica de tecnologia da informação do SIPHA ao IPHAN. Apesar das reuniões e visitas terem ocorrido em 2008, o SICG já se encontrava em desenvolvimento desde 2007, onde aos poucos estavam sendo desenvolvidas fichas de cadastro para cada categoria dos bens materiais, de forma a originar em uma base de dados que pudesse ser acessada pela internet. Foi então em 2009, que os inventários citados aqui anteriormente – INBI-SU, INCEU e IBA – começaram a ser substituídos pela ferramenta.

É importante lembrar que as propostas de inventários anteriores já tinham o objetivo de compilar as suas informações em um banco de dados digital, sendo assim o SICG retoma as ideias desses inventários de “ser uma ferramenta de gestão, de produção de conhecimento, um banco de dados integrado e um mapa do patrimônio cultural” (SILVA, 2014, p. 105).

Apesar de retomar as ideias anteriores de outros inventários, o SICG traz de inovador o fato de trabalhar um nivelamento do procedimento de levantamento de dados com bens de todas as naturezas, tanto materiais como imateriais, inclusive os bens móveis e artísticos integrados.

Uma das principais características do SICG é o alcance no atendimento aos seus preceitos de sistema integrado voltado para a gestão do bem cultural. Destacamos o fato de termos, em uma única interface, o cadastro de bens diversos que, historicamente, tinham seus cadastros informatizados de forma isolada e sem vasos comunicantes. Outro ponto é a articulação, no território, do cadastro dos bens culturais materiais e imateriais, fato inédito na Instituição, o que permite um olhar diferenciado para a identificação, reconhecimento e gestão dos bens culturais (SICG, s/d, p. 01).

É claro que o contexto institucional em que o IPHAN se encontrava favoreceu para a construção do SICG, principalmente porque o Plano Nacional de Cultura prevê como meta a disponibilização das informações de todos os inventários realizados até este ano, 2020. Além da meta estabelecida no PNC, em 2013 o SICG:

[...] foi escolhido como Iniciativa do Objetivo Estratégico nº6-fortalecer a gestão da preservação do patrimônio cultural com a meta de consolidar, até o ano de 2015, o SICG como a ferramenta de cadastro e gestão de 60% das superintendências estaduais e escritórios técnicos do IPHAN, e em 30% nos governos subnacionais participantes do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural-SNPC, sendo que até 2014 deve-se ter o desenvolvimento do cadastro e gestão do patrimônio imaterial (100%), o aprimoramento do módulo de gestão (60%) e a consolidação da infraestrutura (100%); já para o ano de 2015 deve-se consolidar as atividades de fomento e articulação intra e interinstitucional (100%) e a total implementação do programa de gestão da qualidade da informação (SICG, s/d, p. 01-02).

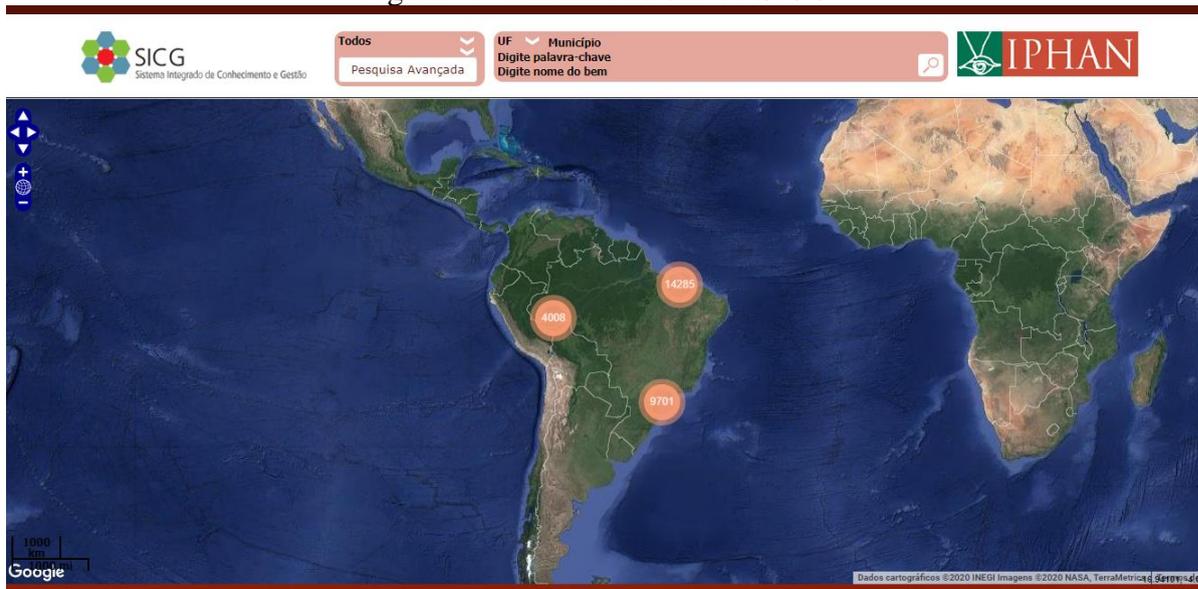
A ferramenta busca então reunir um conjunto de dados dos bens protegidos pelo IPHAN a partir de um cadastro básico com informações indispensáveis sobre cada um, esse cadastro gera um código que seria uma espécie de cédula de identidade do bem. Somente após o cadastro é possível aprofundar as informações sobre cada bem cultural a partir do preenchimento de fichas específicas. Conforme exposto no Manual de Usuário do SICG, a ferramenta possibilita além da criação de inventários de conhecimento e de identificação, a construção de um cadastro unificado e uma cartografia do Patrimônio Cultural, a construção de planos e normas de preservação e projetos de reabilitação urbana, e a articulação do conhecimento e gestão do patrimônio.

Além de incluir bens de diversas naturezas, o SICG se difere dos outros inventários por permitir o cadastro não apenas de bens tombados pelo IPHAN, mas também daqueles protegidos pela esfera estadual ou municipal. Sendo assim, a ferramenta busca o compartilhamento de informações entre o IPHAN, estados e municípios.

Segundo o Manual de Usuário do SICG, como ferramenta de gestão, a metodologia do inventário definiu fichas especialmente dimensionadas para a coleta de dados e produção de conhecimento que contribuam com (1) tomadas de decisões, (2) elaboração de esquemas estratégicos, (3) desenvolvimento de normas de preservação e (4) delimitação de ações de qualificação urbana.

Em relação a estrutura do sistema, é constituído por um grupo de fichas divididas em três módulos: Conhecimento, Gestão e Cadastro. Esses módulos foram desenvolvidos de forma a permitir uma abordagem ampla do patrimônio cultural, partindo do geral para o específico, com recortes temáticos e territoriais. A ferramenta possibilita também o uso de outras metodologias como forma de complementação das informações, como o INCR e o INBISU.

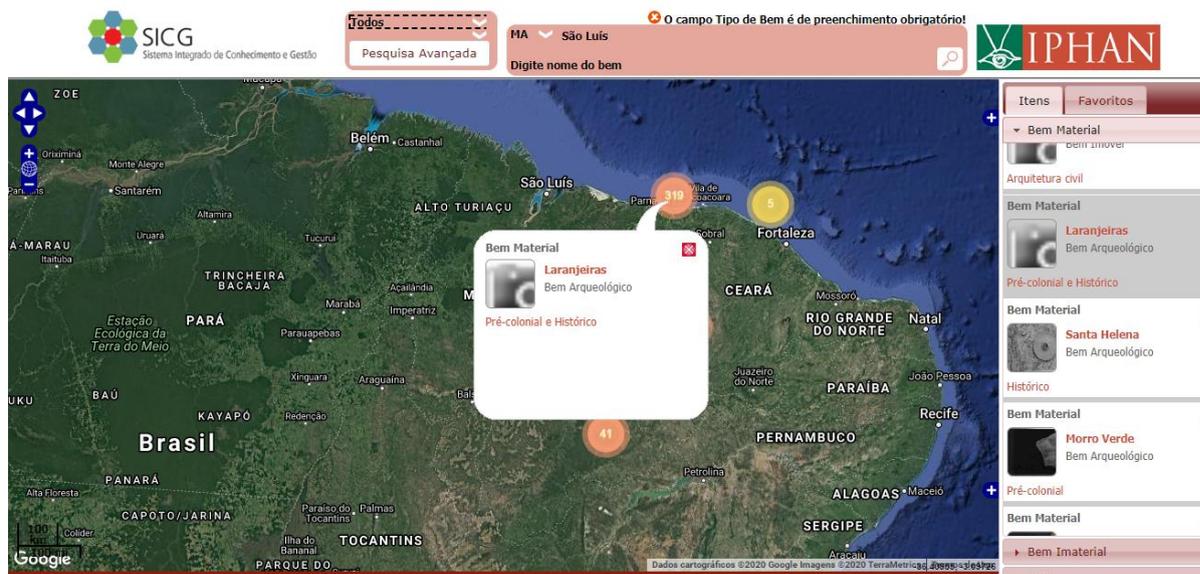
Figura 47: Interface do site do SICG.



Fonte: Site do SICG - IPHAN

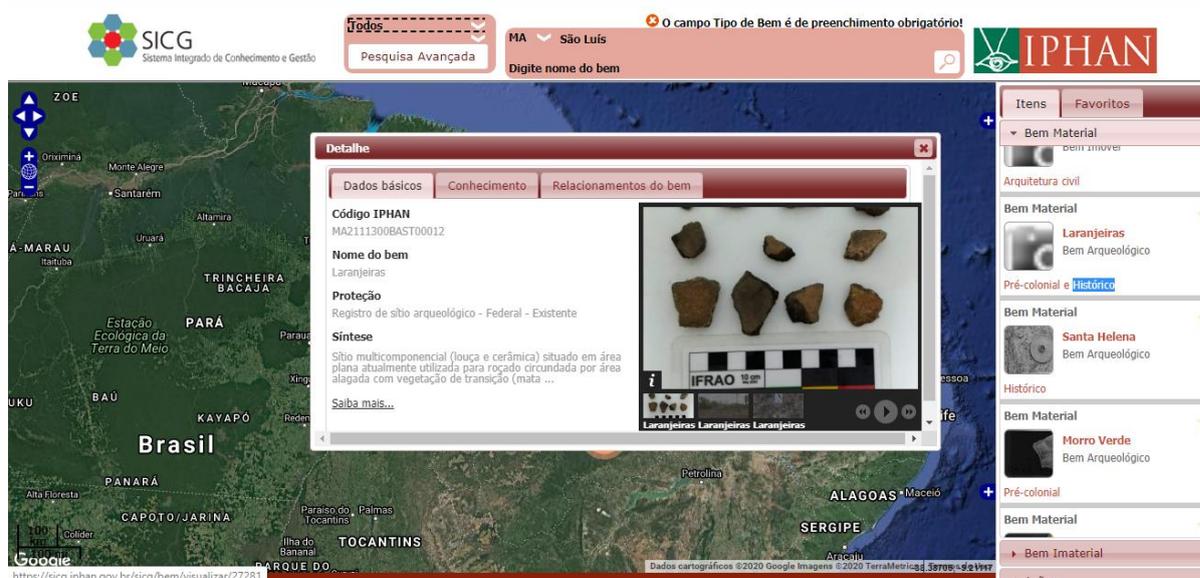
A imagem acima mostra exatamente a interface inicial do site do SICG. Para quem pretende realizar pesquisa sobre um determinado bem através do inventário, é necessário acessar o site em questão e preencher os dados na parte superior relacionados ao bem, preenchendo apenas os campos relacionados ao estado e município em que o bem está localizado a pesquisa resultará no aparecimento de todos os bens no lado direito da tela – tanto materiais como imateriais - cadastrados pelo IPHAN para a cidade em questão. Passando o cursor do mouse por cima de um dos bens referenciados a direita da tela, o mapa indicará sua localização (Figura 48) e dando duplo clique no mesmo local será aberta uma nova janela com algumas informações sobre o bem (Figura 49) que podem ser ampliadas clicando em “saiba mais”.

Figura 48: Interface do site do SICG – pesquisa por cidade e estado.



Fonte: Site do SICG – IPHAN

Figura 49: Interface do site do SICG.



Fonte: Site do SICG - IPHAN

Clicando no link indicado, será aberta uma nova página com informações mais completas sobre o bem, como um mapa aproximado da localização em que ele se encontra, coordenadas geográficas, fotos e todos os outros dados referentes ao bem cadastrados na plataforma digital (Figuras 50 e 51). São esses dados o resultado final do preenchimento das fichas e campos dos três módulos do inventário: cadastro, conhecimento e gestão.

Figura 50: Exemplo de ficha com informações do Portão Armoriado da Capela das Laranjeiras – página 01;



SICG
Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão



SICG

Contexto

Recorte territorial:
Não encontrado.

Recorte temático:
Não encontrado.

Identificação do universo:
Não encontrado.

Localização

UF: Maranhão	Município: São Luís	CEP: 65065545
------------------------	-------------------------------	-------------------------

Coordenada(s) geográfica(s):
-2,5310058323298246 -44,29487699837404

Endereço:
Rua Oswaldo Cruz, Nº s/n, Centro

Dados do bem

Nome: Portão Armoriado da Quinta das Laranjeiras	Nome popular: Quinta das Laranjeiras: portão
Natureza: Bem Móvel ou Integrado	Tipo: Artefato
Estado de Conservação: Regular	Estado de Preservação: Pouco Alterado
Uso do Solo: Urbano	Entorno do bem: Alterado

Síntese do bem

Síntese:
O bem apresenta frontaria em estilo colonial. Pilastras laterais terminadas por coruchéus sustentam entablamento e frontão ondulado. O vão em arco abatido é protegido por gar e emoldurado por valiosa portada de cantaria, antecedida por frades de pedra. Acima, frisos, nervuras e pedra de fechamento do arco.

Síntese histórica:
Portão armoriado, que dava acesso a "Quinta do Barão" ou Quinta do Barão de Bajé. Era o portão da entrada principal da A Quinta das Laranjeiras, uma das propriedades de São terreno pertenceu inicialmente ao comendador Luiz José Gonçalves da Silva, negociante e fidalgo da Casa Real conhecido como "Barateiro", e foi herdado em 1821 por Paulo da S Barão de Bagé - que encontrava-se casado com a filha do "Barateiro" Luiza Maria do Espírito Santo Silva e Gama. A quinta era um morgadio formado por uma casa de moradia capela, senzala e alojamento de trabalhadores. A quinta passou por vários proprietários, até que, em 1938, foi adquirida pela Arquidiocese do Maranhão, que a vendeu aos irr construção de um colégio. Hoje restam apenas a capela e o portão, este servindo de acesso ao Colégio Maranhense/Marista. Documentos apontam que o referido bem já existi 1812. Fonte: Arquivo Noronha Santos - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Meios de acesso ao bem:
Não informado

Outras Informações:
O brasão em cantaria que se observa acima do pórtico, encimado por elmo, contendo as armas do Comendador Gonçalves da Silva, pai do "Barateiro", sugere a antiguidade c caráter de homenagem.

Mapa



Foto



Fachada principal

Proteção

Tombamento - Federal - Existente 🔍

Bem faz parte do seguinte grupo:

Grupo: Não vinculado a nenhum grupo.

Bens pertencentes ao grupo:

Hierarquia do bem

Loading ...

Dados sobre gestão do bem

<p>Investimento</p> <p>Não implementado</p>	<p>Fiscalização/ Autorização</p> <p>Não implementado</p>
--	---

Códigos vinculados

Outras localidades vinculada

Ambiente: local Versão:1.0.31.0-SNAPSHOT

Fonte: Site do SICG – IPHAN.

Figura 51: Exemplo de ficha com informações do Portão Armoriado da Capela das Laranjeiras – página 02

Não informado	Não informado
<p>Contato</p> <p>Governo do Estado do Maranhão - Secretaria de Estado da Educação - ascom@educacao.ma.gov.br - (98) 3221-8537  Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA) - - </p>	<p>Documentos</p> <p>Legislação - 1939 - 04 - 9ª reunião ordinária - 15 de dezembro- </p>
<p>Multimídia</p> <div style="text-align: center;">  </div> <p style="text-align: center;">1 2 Iniciar</p>	

Fonte: Site do SICG - IPHAN

Diferente do INBI-SU que contém diversos modelos de fichas com diferentes funções para cada caso a ser aplicado, o SICG traz um único modelo mais simplificado e intuitivo, buscando unificar os tipos de informações sobre bens de todas as naturezas.

A ficha de informações se inicia com o contexto em que o bem está inserido juntamente com um mapa de localização ao lado. O contexto demonstra o recorte territorial, temático e a identificação do bem no universo. O Manual de Usuário do SICG (s/d) coloca que o recorte territorial se trata da definição da unidade político administrativa em que o bem se encontra, de acordo com a divisão estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, como por exemplo, pantanal mato-grossense, recôncavo baiano, entre outros. Já o recorte temático condiz com a perspectiva histórica, política, científica, religiosa, entre outras, em que o bem está inserido. Em relação ao tópico “identificação do bem no universo” o Manual de Usuário não traz explicações.

O segundo tópico trata da localização do bem, onde deve ser colocado o CEP, estado, cidade, coordenadas geográficas e o endereço completo do bem. O terceiro campo de preenchimento contém dados do bem como o nome, nome popular, natureza (móvel, imóvel ou

artístico integrado), estado de conservação (bom, ótimo, regular ou ruim), estado de preservação (muito alterado, pouco alterado ou preservado), tipo (edificação, conjunto urbano, artístico integrado, entre outros), preservação do entorno do bem (preservado ou alterado) e o uso do solo (urbano, rural ou ambiental).

A ficha do SICG demonstra também uma síntese sobre o bem, caracterizando-o, apresentando sua história, seus acessos e informações complementares. O SICG traz informações relacionadas ao proprietário/responsável pelo bem cultural, documentos relacionados ao bem, a esfera de proteção em que ele se encontra e por fim arquivos em multimídia. Por se tratar de uma ferramenta de gestão, o SICG traz dados de fiscalizações e autorizações de intervenções em sua ficha, e em relação a interatividade com outros sistemas possui ligação direta com o Sistema Informatizado de Fiscalização (Fiscalis) utilizado pelo IPHAN nos processos de fiscalização dos bens tombados.

Diferente da aplicação do INBI-SU, o SICG é empregado em São Luís pelos próprios técnicos da superintendência na capital, sendo assim não houve convênio com universidades, tampouco a contratação de empresas para a realização do serviço. Apesar de sua utilização ter sido iniciada em 2013 no Brasil, ainda hoje poucos bens foram cadastrados na plataforma em São Luís, o que pode ser percebido a partir da pesquisa realizada no próprio site do inventário.

Isso pode ser explicado principalmente pela grande demanda de trabalho atribuída aos técnicos da Instituição, que raramente encontram tempo para realizar a atividade de cadastro dos imóveis, e provavelmente também pela falta de planejamento administrativo para a consolidação do uso da ferramenta. O que acontece é que os bens já cadastrados se tratam na maioria de edificações ou espaços públicos tombados individualmente ou das que passaram por um processo de fiscalização, visto que o SICG tem conexão direta ao Fiscalis, muitos dos imóveis são cadastrados apenas quando exige uma ação de fiscalização por mera formalidade.

De modo geral, o SICG é um inventário bastante eficiente, principalmente por se tratar de uma ferramenta online e de fácil acesso com um sistema integrado de informação e gestão dos bens e com dados informativos e precisos. Apesar de ser uma ferramenta que permite a utilização de outras metodologias, o fato dos arquivos do INBI-SU se encontrarem no IPHAN armazenados de forma que acabam sendo esquecidos dificulta a inserção desses dados na nova plataforma, o que seria de grande valor para o entendimento sobre as edificações no decorrer do tempo.

Acredita-se que a estrutura do SICG da forma como foi colocada é bastante abrangente, na aba “documentos” por exemplo pode ser anexada não apenas documentos legais

relacionados ao tombamento, mas também anotações técnicas da própria instituição com informações que muitas vezes contam com grande riqueza de detalhes sobre os imóveis. Além disso, na aba multimídia podem ser anexadas fotos internas e plantas técnicas da edificação, o que facilita muito o trabalho do pesquisador.

Outro ponto positivo encontrado no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão é a possibilidade de inserção e cadastramento de conjuntos urbanos tombados no inventário, permitindo a divulgação de informações urbanísticas e de evolução histórica da cidade integradas aos aspectos arquitetônicos, em outros inventários o urbanismo e a arquitetura eram abordados separadamente.

Quanto a qualidade, quantidade e utilidade das informações do inventário pode-se concluir que as informações propostas a serem inseridas são satisfatórias e suficientes. Já em relação a publicização dos dados, por se tratar de um inventário ainda em processo de inserção de informações onde muitos imóveis mesmo já cadastrados só possuem dados básicos inseridos, não há uma divulgação ampla sobre ele, tornando-o uma ferramenta exclusiva de uso interno do IPHAN.

O SICG não inclui a participação da comunidade acadêmica em seu processo de consolidação, o que poderia solucionar a questão da falta de mão de obra e equipe para a concretização do inventário. O problema do respectivo inventário está justamente em não ter uma equipe específica para a sua inserção, para a realização de levantamentos completos e fiéis e levantamentos de dados sobre os imóveis – inclusive nos arquivos do próprio IPHAN - para a inserção no site. Sendo assim as informações inseridas nele são na sua maioria dados básicos de cadastro. Além disso, o próprio Manual de Usuário do SICG utilizado para o estudo da ferramenta neste trabalho, é na verdade bastante superficial, diferente do Manual do Usuário do INBI-SU que destrincha cada elemento presente nas fichas.

Como contribuição para a conservação do patrimônio ludovicense, o SICG ainda não traz grandes resultados por atualmente estar sendo utilizado apenas pelo IPHAN, porém acredita-se que com sua consolidação a partir do preenchimento completo das fichas para cada bem, o inventário se tornaria uma ferramenta de extrema importância e um grande suporte para os profissionais da área e inclusive para a população como forma de educação patrimonial.

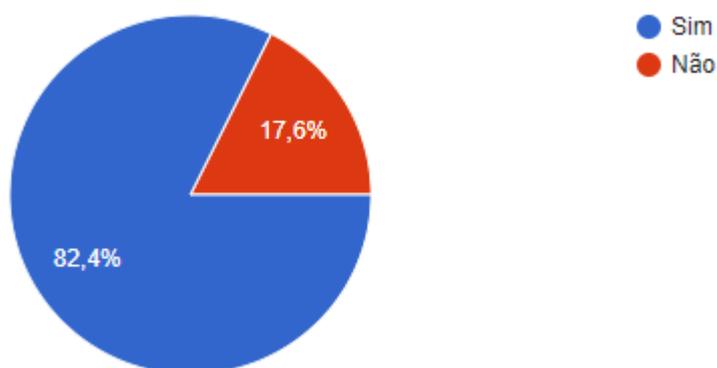
5 O INVENTÁRIO SEGUNDO PROFISSIONAIS E ESTUDANTES DE ARQUITETURA

Para entender o ponto de vista dos estudantes e profissionais da área de arquitetura em relação aos inventários do patrimônio ludovicense foram produzidos e aplicados os questionários expostos nos Apêndices A, B e C. Desse modo, contribui-se para a aproximação de um processo realista de definição e reconhecimento das lacunas, críticas e dos dados e ferramentas de catalogação, as quais são consideradas essenciais e devem ser incluídas no novo modelo de inventário.

É importante destacar que o presente trabalho de conclusão de curso enfrentou os desafios relativos à ascensão do COVID-19 na cidade de São Luís/MA. Em vista disso, os questionários tiveram de ser aplicados através de plataforma online para segurança da autora e dos entrevistados. Reconheceu-se a existência de certa dificuldade em alcançar um número maior de respostas na aplicação dos questionários, pelo público alvo apesar das efetivas e reiteradas tentativas da presente autora no envio dos mesmos.

Quanto aos estudantes de arquitetura e urbanismo, ao serem questionados sobre a dificuldade que tiveram em encontrar informações ao realizarem trabalhos na área tombada pelo IPHAN em São Luís, 82,4% afirmaram ter passado dificuldade e 17,6% não tiveram (Gráfico 01). Os alunos afirmam que as informações descobertas por eles sobre os imóveis/área estudada foram encontradas principalmente nos arquivos do IPHAN, na internet, informações cedidas pelo professor, ou em artigos e livros, e em algumas ocasiões na Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UEMA, na Biblioteca Benedito Leite e no DPHAP.

Gráfico 01: Pesquisa com Estudantes de Arquitetura – Pergunta nº 1.



Fonte: Elaborado pela autora.

Os estudantes foram questionados também sobre o INBI-SU e o SICG, 85,3% afirmaram nunca terem ouvido falar desses inventários e apenas 14,7% afirmam que já ouviram falar, porém os alunos que já utilizaram enfatizam que as informações não foram úteis. Sendo assim, todos os alunos entrevistados afirmaram que há necessidade na revisão dos inventários, com melhoria de acesso e inserção de novos instrumentos.

Quanto as informações a serem disponibilizadas no inventário, os estudantes apontam que sentem necessidade da apresentação de dados históricos da edificação, as reformas e intervenções já realizadas, fotos internas e externas, a técnica e materiais usados na construção, plantas técnicas completas e fiéis, o estilo, laudo estrutural, dados sobre o tombamento, o proprietário do imóvel, o estado de preservação e conservação e a restrições de intervenções.

A partir do entendimento de que há grande importância na participação da comunidade acadêmica no trabalho de inventariar os imóveis, os alunos foram questionados sobre seu interesse em participar da inserção dos imóveis no novo inventário. Em relação a isso, 61,8% afirmaram que participariam, 35,3% talvez participariam e 2,9% não participariam do processo.

Quanto aos questionários destinados aos técnicos do IPHAN, de forma geral, as profissionais acreditam que há necessidade de um inventário mais completo e que durante o trabalho remoto causado pelo COVID-19 seria uma ferramenta de grande auxílio. Quanto ao uso do INBI-SU foi constatado que o inventário é utilizado, porém apenas para levantamento de dados básicos, como por exemplo, a quantidade de pavimentos e a compartimentação interna nos casos em que a planta baixa existe, pois na maioria encontra-se apenas plantas de cobertura e/ou implantação. As arquitetas avaliam o inventário como generalista e superficial, e afirmam que ele não possui dados fiéis e condizentes com a realidade dos imóveis, sendo assim ele não serve para obtenção de informações mais apuradas, como definir se há presença de bens integrados ou a técnica construtiva utilizada.

Quanto ao SICG, as arquitetas afirmam que utilizam com muita frequência. Foi constatado que esse inventário é utilizado na Superintendência do Maranhão apenas quando há necessidade de fiscalização de algum imóvel. A arquiteta Danielle Faccin (2020), que trabalhou durante seis anos na sede de São Luís e agora se encontra na Superintendência do Rio Grande do Sul afirma que utiliza a ferramenta muito mais no atual local de trabalho, principalmente para a instrução de novos processos de tombamentos.

Uma questão apontada pelas técnicas é que o SICG não possibilita acesso à plantas técnicas e arquivos editáveis (em AutoCad), o que acaba fazendo com que ainda sejam

utilizadas as plantas do INBI-SU. Foi constatado que as peças gráficas desse inventário se resumem às fotografias e plantas esquemáticas anexados às fichas, o que dificulta a verificação de medidas, por exemplo. Trata-se de um procedimento muitas vezes necessário para análises de intervenção e para o dimensionamento de danos e posterior aplicação de cálculos de multa.

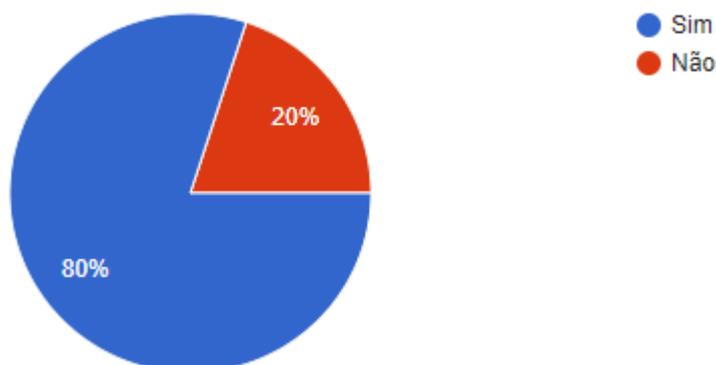
Em relação aos instrumentos e dados de catalogação considerados essenciais pelas técnicas estão plantas técnicas completas, o histórico do imóvel com ano e período de construção, os usos que já teve, as alterações e reformas que já sofreu, se foi vítima de algum sinistro, o estado de preservação e/ou conservação em que se encontra, o nome do proprietário ou responsável pelo imóvel, descrição de materiais, tipologia e técnicas construtivas do imóvel, fotografias antigas e atuais retratando fachada, o interior do imóvel e inclusive detalhes construtivos, elementos decorativos e bens integrados caso existam, além da marcação do local onde esses itens se encontram na planta baixa, identificação de acréscimos sofridos pelo imóvel e a presença de vegetação de médio e grande porte.

A arquiteta e urbanista Stella, que atuou no IPHAN entre os anos 1983 e 2011, acredita que há necessidade também da realização de inspeções técnicas diárias nos imóveis e a alimentação anual do inventário para atualização dos dados. Porém, a arquiteta reitera que há carência de mão de obra, de ferramentas e recursos para disponibilização e registro digital dos dados dos imóveis.

Em relação aos profissionais do setor privado da área de arquitetura e urbanismo, as respostas se destacaram envolvendo os desafios relacionados à dificuldade de encontrar informações sobre os imóveis, 40% afirmaram ter dificuldade e 60% não tiveram. Os arquitetos afirmam que as informações obtidas nos trabalhos realizados por eles foram alcançadas através do IPHAN, dos proprietários dos imóveis e de livros.

Ao serem questionados sobre o INBI-SU e o SICG, todos os arquitetos entrevistados afirmaram nunca terem utilizado nenhuma das duas ferramentas, e apenas dois deles afirmam terem conhecimento sobre a existência desses inventários. Sobre a necessidade de revisão dos inventários existentes, 80% acredita que há necessidade e 20% afirma que não há necessidade de revisão (Gráfico 02). Em relação aos instrumentos e dados de catalogação considerados essenciais pelos arquitetos e urbanistas, foram citados levantamentos físicos, fotos, histórico e ilustrações.

Gráfico 02: Pesquisa com Arquitetos e Urbanistas – Pergunta nº 5.



Fonte: Elaborado pela autora.

Sendo assim, percebe-se que há um nivelamento entre as opiniões e necessidades dos técnicos do IPHAN, dos estudantes de arquitetura e urbanismo e dos arquitetos em relação aos instrumentos e informações a serem relatadas em um inventário para o patrimônio histórico de São Luís. A maioria dos entrevistados relataram que há necessidade de incluir novos instrumentos e dados de catalogação nos inventários, os quais subsidiam a estruturação das contribuições ao documento, objeto do seguinte capítulo.

6 CONTRIBUIÇÕES AO INVENTÁRIO DA CIDADE DE SÃO LUÍS

As considerações e contribuições a serem feitas ao inventário do patrimônio tombado pelo IPHAN em São Luís neste capítulo tem como base as análises dos inventários já existentes e demais estudos realizados nos capítulos anteriores, assim como a opinião dos profissionais e estudantes da área, a experiência da presente autora no seu período de estágio no IPHAN e o estudo de caso do inventário valenciano. As fichas a serem expostas neste capítulo não tem como objetivo a concepção de um novo inventário, mas sim de contribuir com os inventários já existentes a partir da inserção de novos aportes de conteúdo e instrumentos de catalogação, visto que os materiais já produzidos anteriormente, apesar das falhas, possuem acertos e qualidades que não devem ser desconsiderados.

Sabe-se que a elaboração e utilização de um inventário é de extrema importância no processo de valorização e educação patrimonial, bem como na conservação desse valioso legado material. Porém existem diversas questões político-administrativas que implicam na eficiência desse instrumento, desde a destinação de verbas para esse trabalho até a mão de obra

disponível. Apesar disso, é importante enfatizar que o inventário se trata de uma peça chave e uma ferramenta base para uma conservação eficiente do patrimônio histórico, pois ele pode permitir um conhecimento consistente e fundamentado sobre cada bem. Sendo assim, apesar das dificuldades e empecilhos existentes nesse processo, a importância dessa ferramenta não pode ser desconsiderada, devendo ser executada da melhor forma possível, apesar das circunstâncias.

Os inventários tratados no presente trabalho buscam oferecer informações e conhecimento sobre os bens tombados, podendo auxiliar o trabalho do IPHAN e dos agentes envolvidos na lida patrimonial e/ou interventiva projetual, sejam eles arquitetos e urbanistas e dos estudantes de arquitetura e urbanismo. Tal auxílio se respalda fundamentalmente através da disponibilização de dados pelas instituições responsáveis e assim ampliando a conservação do patrimônio tombado. Após a análise dos inventários já existentes e do inventário da cidade de Valência, e ainda dos conceitos estabelecidos na Nova Agenda Urbana, entende-se que as plataformas digitais são ferramentas essenciais para a ampliação dos dados, acesso dos interessados e publicização.

O SICG já trabalha seu banco de dados de forma informatizada, sendo assim o mais correto seria a continuidade da utilização dessa ferramenta - de forma a economizar em mais investimentos para a criação de outro site - porém é necessária a inclusão de alguns instrumentos/dados para sua melhoria, de forma que não excluísse as informações já adicionadas no inventário, ao contrário, incluindo também dados catalogados pelo INBI-SU que se encontram inutilizados.

Quanto ao INBI-SU, alguns dados informados, como Características Arquitetônicas do imóvel, são importantes, e é necessário que tenham seu uso retomado nessa revisão. Em relação ao que se deve considerar e absorver do modelo de inventário valenciano, consta o nível de detalhamento histórico e construtivo dos imóveis, a presença do nível de intervenção que pode ser realizada na edificação e os mapas disponibilizados que demonstram a evolução urbana da província.

A ficha a seguir mostra a estrutura do inventário revisado a partir do modelo do SICG, mantendo informações imprescindíveis para a compreensão do patrimônio, adicionando outras observadas no INBI-SU a partir de sua análise, e completando também com dados entendidos como necessários a partir dos questionários aplicados e da vivência da presente autora em seu estágio no IPHAN. Os dados acrescentados encontram-se grifados em amarelo. Buscou-se evitar a repetição de erros cometidos no INBI-SU, que se tratam principalmente de nomenclaturas confusas e de um levantamento extenso de informações

muitas vezes irrelevantes. Além disso, a revisão foi feita com devida cautela para que o modelo do Inventário não se tornasse uma ferramenta limitada e carente de informações.

Os itens estruturantes do modelo são quinze: Localização do Bem (1); Dados do Bem (2); Dados Históricos (3); Dados Valorativos (4); Características Arquitetônicas (5) Condições do Bem (6); Dados Construtivos (7); Proteção do Bem (8); Nível de Intervenção Permitido (9); Planta Esquemática (10); Plantas e Mapas (11); Fotos (12); Contatos (13); Documentos (14); Dados de Fiscalizações Realizadas no Imóvel (15).

Quadro 02: Proposta de revisão do inventário utilizado atualmente.

INVENTÁRIO NACIONAL DE BENS IMÓVEIS - REVISÃO	
SÃO LUÍS/MA	
1 – Localização do Bem	
UF: Município: CEP: Endereço: Coordenadas Geográficas:	Mapa: (anexar mapa de localização do bem)
2 – Dados do Bem	
Nome do Bem: Proprietário: Uso Atual: Usos Anteriores: (preencher com o período em anos e o uso) Ex: 1996-2004: Residencial.	Nome Popular: Natureza do Bem: (imóvel, móvel, artístico integrado) Tipo: (edificação, conjunto, artístico) Entorno do Bem: (preservado ou alterado)
3 – Dados Históricos	
(Descrever as características da edificação, sua tipologia, estilo, histórico de construção, marcos históricos relacionados ao bem, entre outros)	
4 – Dados Valorativos	
Valor Urbanístico <input type="checkbox"/> (se há relação com o entorno ou relevância da sua implantação) Valor Arquitetônico Referência ao seu estilo <input type="checkbox"/>	Valor Sociocultural <input type="checkbox"/> (relação com algum fato histórico, político ou social) Valor Paisagístico/Ambiental <input type="checkbox"/> (relevância paisagística da edificação)

<p>Referência Cultural <input type="checkbox"/></p> <p>Referência quanto a tipologia <input type="checkbox"/></p>	
5 – Características Arquitetônicas	
<p>Estilo (ecléctico, barroco, colonial, modernista, art déco)</p> <p>Planta</p> <p>Formato: (em L/em U/ocupa o lote inteiro)</p> <p>Área Descoberta: (possui/não possui)</p> <p>Cobertura</p> <p>Material: (tipo da telha)</p> <p>Águas: (quantidade)</p> <p>Cumeeira: (paralela ou perpendicular)</p> <p>Estrutura: (especificar o material)</p> <p>Forro</p> <p>Material:</p> <p>Há outro tipo de forro aplicado em algum cômodo? Se sim, especificar o material e cômodo.</p> <p>Sim <input type="checkbox"/> Tipo: _____</p> <p>Não <input type="checkbox"/></p>	<p>Fachada</p> <p>Esquadrias: (definir material)</p> <p>Gradis: (definir material)</p> <p>Guarda-Corpo: (definir material)</p> <p>Acabamento: (definir tipo/material)</p> <p>Coroamento: (definir material)</p> <p>Molduras dos vãos: (definir material)</p> <p>Balcão (base dos guarda-corpos): (definir material)</p> <p>Piso</p> <p>Área Externa: (definir material)</p> <p>Área Interna: (definir material)</p> <p>Há outro tipo de piso aplicado em algum cômodo? Se sim, especificar o material e cômodo.</p> <p>Sim <input type="checkbox"/> Tipo: _____</p> <p>Não <input type="checkbox"/></p>
6 – Condições do Bem	
<p>Estado de Preservação: (preservado/alterado)</p> <p>Estado de Conservação: (bom/ruim/péssimo/regular)</p> <p>O Bem já foi vítima de sinistro?</p> <p>Sim <input type="checkbox"/> Quando: _____</p> <p>Não <input type="checkbox"/></p> <p>Estrutura:</p> <p>Comprometida <input type="checkbox"/></p> <p>Íntegra <input type="checkbox"/></p>	<p>Instalações Prediais:</p> <p>Comprometida <input type="checkbox"/></p> <p>Íntegra <input type="checkbox"/></p> <p>Existência de vegetação:</p> <p>Médio porte <input type="checkbox"/></p> <p>Grande porte <input type="checkbox"/></p>

7 – Dados Construtivos	
<p>Período de Construção do Bem:</p> <p>Arquiteto (se houver):</p> <p>Técnicas construtivas utilizadas:</p> <p>Materiais presentes na construção:</p>	<p>Presença de Bens Artísticos Integrados:</p> <p>Sim <input type="checkbox"/></p> <p>Não <input type="checkbox"/></p> <p>Reformas: (preencher com o ano e ambiente/componentes da edificação que foram objetos de reforma)</p> <p>Ex: 2013: Fachada</p> <p>2008: Forro do quarto.</p> <p>Acréscimos:</p> <p>Sim <input type="checkbox"/> Descrever: _____</p> <p>Não <input type="checkbox"/></p>
8 – Proteção do Bem	
(Anexar processo referente ao tombamento do bem, seja ele de conjunto, isolado, estadual ou federal)	
9 – Nível de Intervenção Permitido	
<p>Restauração <input type="checkbox"/></p> <p>Conservação <input type="checkbox"/></p> <p>Redistribuição Interna/Reforma <input type="checkbox"/></p>	<p>Retirada de acréscimos/elementos impróprios <input type="checkbox"/></p> <p>Reposição de elementos primitivos <input type="checkbox"/></p>
10 – Planta Esquemática	
(Anexar planta esquemática com localização de vegetação e bens artísticos integrados se houver, mapeamento de materiais utilizados nas construções/reformas e mapeamento dos acréscimos)	
11 – Plantas e Mapas	
<p>Arquivos DWG: (anexar arquivos para download)</p> <p>Arquivos PDF: (anexar arquivos para download)</p> <p>Arquivos do INBI-SU: (anexar arquivos para download)</p> <p>Mapas: (anexar mapas para download e link de acesso para mapa interativo – com apresentação da evolução urbana)</p>	
12 – Fotos	
<p>Internas</p> <p>(anexar fotos internas da edificação, inclusive fotos antigas do arquivo do IPHAN – as fotos devem ser nomeadas com as datas em que foram tiradas)</p>	

Externas (anexar fotos externas da edificação, inclusive fotos antigas do arquivo do IPHAN, fotografias coletadas no levantamento do INBI-SU e fotografias atuais e coloridas - as fotos devem ser nomeadas com as datas em que foram tiradas)	
13 - Contatos	14 – Documentos
(Anexar contatos do proprietário ou responsável pelo imóvel – incluir endereço quando se tratar de órgão público)	(Anexar documentos, como anotações técnicas, inspeções, pareceres relacionados ao imóvel, e inclusive as fichas do INBI-SU)
15 – Dados de Fiscalizações Realizadas no Imóvel	
(A plataforma possui relação direta com a ferramenta Fiscalis utilizada pelo IPHAN, sendo assim os processos de fiscalizações referentes à edificação podem ser acessados através desta aba do inventário digital para coleta de dados)	

Fonte: autoral.

É importante que o preenchimento dessas informações estejam sempre seguidas das datas em que foram realizadas, para que periodicamente possam ser atualizadas, formando assim uma espécie de linha do tempo na própria ficha.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou explorar os inventários produzidos pelo IPHAN-MA para os bens imóveis tombados pela instituição na cidade de São Luís/MA, para que assim pudesse ser realizada uma revisão com melhorias a serem aplicadas ao inventário utilizado atualmente. Inicialmente, foi importante entender o território patrimonial urbano sobre o qual o inventário objetiva ser aplicado: o Centro Histórico de São Luís através dos seus processos de ocupação e desenvolvimento atrelados aos aspectos econômicos, sociais e culturais. Em seguida, foi estudado o processo de valorização desse conjunto histórico citadino através do seu processo de tombamento, onde foi possível identificar como a ausência de um inventário à época influenciou essas ações e a conservação dos bens.

Posteriormente, foram identificados valores contidos nos imóveis tombados do Centro, bem como a importância de preservá-los, onde foi possível entender a importância de inventariar esses bens objetivando maior conservação e preservação da história de uma determinada época e sociedade. Também foi estudado o Inventário em si, para entender do que se trata essa ferramenta e explorar seus conceitos, o que viabilizou o posterior entendimento da

importância da documentação no processo de valorização do patrimônio.

Em seguida, foi explorado o Inventário como uma ferramenta de preservação, onde foi permitido entender quando e como esse instrumento teve sua importância reconhecida, e como o cenário social e cultural da época influenciou na forma como esses inventários foram desenvolvidos, fazendo com que muitos se convertessem em ineficientes. Além disso, esse estudo possibilitou a identificação da importância do uso da Tecnologia de Informação para a implantação de inventários e sua eficácia.

Buscou-se estudar um modelo de inventário internacional que se mostrasse eficiente quanto ao acesso e dados disponíveis sobre os bens históricos da cidade. O Inventário de Valência mostrou como é possível a produção de um documento consistente, amplo, rico de informações e acessível ao público em geral, a partir de um modelo simples aliado à Tecnologia da Informação. Foram apresentadas também as ações de preservação realizadas atualmente na cidade de São Luís, o que permitiu um entendimento mais amplo sobre formas atuais de valorização e conservação da história da cidade.

Ainda, buscou-se analisar os inventários já feitos anteriormente a esta pesquisa, o que foi de extrema importância no desenvolvimento do trabalho. A partir disso, se percebeu que a questão do inventário no Brasil depende apenas da sua estrutura (quanto aos dados a serem preenchidos nas fichas), mas depende diretamente da administração e coordenação da aplicação da ferramenta para sua plena eficiência. Por isso, é imprescindível que a discussão sobre o assunto seja recorrente, enfatizando a importância desse tipo de ferramenta para a continuidade na preservação do patrimônio histórico.

Apesar das dificuldades e obstáculos financeiros, políticos e administrativos, o Inventário se trata de uma ferramenta indispensável e crucial no processo de preservação de bens históricos, seja na elaboração de projetos arquitetônicos ou na elaboração de planejamentos, como políticas públicas. Foi percebido no desenvolvimento deste trabalho, a importância do inventário, como ele deve se constituir em um diagnóstico multidisciplinar e dinâmico, e principalmente, a utilização da tecnologia de informação na sociedade atual – para acesso e divulgação - como aliada nesse processo de enraizamento da ferramenta.

O modelo de inventário revisado apresentado neste trabalho, buscou simplificar e complementar os modelos anteriores, tornando-o mais eficiente. A posterior inserção dos imóveis no modelo de inventário ocasionará em maior facilidade para a realização de pesquisas acadêmicas e científicas sobre a arquitetura, técnicas construtivas, história e contexto social de uma determinada época, visto que se trata de um objeto de estudo vivo, palpável e singular, expandindo a discussão acerca do patrimônio histórico.

REFERÊNCIAS

- ANDRÈS, L. P. **Reabilitação do Centro Histórico de São Luís: análise crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís/PPRCHSL**, sob o enfoque da conservação integrada. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/3305/1/arquivo2867_1.pdf>.
- BRASIL, C. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- CUNHA, C. R. Alois Riegl e “O culto moderno dos monumentos”. São Paulo: Revista CPC, 2006.
- CULTURA, M. **Carta de Petrópolis**. Brasil: 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos, 1987.
- IPHAN. **Manual do Usuário: Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão - SICG**. Brasília: IPHAN, 2011.
- IPHAN. **Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais/INRC**. Brasília: IPHAN, 2000.
- LACERDA, N. **Valores dos Bens Patrimoniais**. Olinda: Centro de Estudos Avançados de Conservação Integrada (CECI), 2012.
- LOPES, J. A. V. **Capital Moderna e Cidade Colonial: O Pensamento Preservacionista na História do Urbanismo Ludovicense**. Recife: Curso de Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/3557/1/arquivo5438_1.pdf>.
- MOTTA, L.; REZENDE, M. B. **Inventário**. Brasil: IPHAN. [200-]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Invent%C3%A1rio%20pdf.pdf>>.
- NAÇÕES. E. I. **Carta de Atenas**. Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações, 1931.
- OLIVEIRA, M. M. **A Documentação como Ferramenta de Preservação da Memória: Cadastro, Fotografia, Fotogrametria e Arqueologia**. Brasil: IPHAN, 2008. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec7_DocumentacaoComoFerramenta_m\(2\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec7_DocumentacaoComoFerramenta_m(2).pdf)
- PESTANA, R. G. **Gestão do conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de São Luís / MA: Estudo para redelimitação da poligonal de tombamento federal**. Brasil: IPHAN, 2007.
- PORTA, P. **Política de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil: Diretrizes, linhas de ação e resultados**. Brasil: IPHAN, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivCol_PoliticaPreservacaoPatrimonioCulturalBrasil_m.pdf>.

REZENDE, M. B. **Inventário Nacional de Bens Imóveis - Sítios Urbanos Tombados: Manual de Preenchimento**. Brasília: Edições do Senado Federal, 2007.

SILVA, C. J. **Inventário do Patrimônio Cultural no IPHAN: instrumentalização do discurso na política nacional de preservação**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2014.

UNIDAS. O. N. **Nova Agenda Urbana**. ONU Habitat III, 2016. Disponível em: <<http://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Angola.pdf>>.

PACHECO, E. M. **O papel das normativas na preservação e ocupação do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de São Luís – MA**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2014.

UNIDAS, O. N. **Carta de Paris**. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas, 1968.

VALE, P. S. **São Luís e o Mito da Falta de Planejamento Urbano**. Brasil: Caos Planejado, 2018. Disponível em: <<https://caosplanejado.com/sao-luis-mito-falta-planejamento-urbano/>>.

VALENCIA, A. **Revisión simplificada del plan general de Valencia: Catálogo estructural de bienes y espacios protegidos de naturaleza urbana**. Espanha. 2010. Disponível em: <[http://www.valencia.es/RevisionPGOU/Catalogo/Urbano/normas%20cat%C3%A1logo%20de finitivas_firmado.pdf](http://www.valencia.es/RevisionPGOU/Catalogo/Urbano/normas%20cat%C3%A1logo%20de%20finitivas_firmado.pdf)>.

VALENCIA, A. **Catálogo de Bienes y Espacios protegidos (memoria, normas, fichas e planos)**. Espanha. Disponível em: <[https://www.valencia.es/ayuntamiento/urbanismo.nsf/vDocumentosTituloAux/83CE1502BF8 B05F5C12577AB00435972?OpenDocument&bdOrigen=ayuntamiento%2Furbanismo.nsf&id apoyo=929D91DEF4FCBCEFC12577A7002A418E&lang=1](https://www.valencia.es/ayuntamiento/urbanismo.nsf/vDocumentosTituloAux/83CE1502BF8B05F5C12577AB00435972?OpenDocument&bdOrigen=ayuntamiento%2Furbanismo.nsf&id apoyo=929D91DEF4FCBCEFC12577A7002A418E&lang=1)>.

APÊNDICE A – Questionário Estudantes de Arquitetura e Urbanismo

1. Você já realizou algum trabalho na faculdade ou extracurricular voltado para a área do patrimônio histórico de São Luís? Se sim, esse trabalho foi um projeto ou uma pesquisa?

2. Na realização desse trabalho, você teve dificuldade para encontrar informações sobre o imóvel ou área estudada/de intervenção?

3. As informações que você conseguiu foram encontradas onde e de que forma?

4. Você conhece ou já ouviu falar do SICG (Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão) ou do INBI-SU (Inventário Nacional de Bens imóveis em Sítios Urbanos)? Se sim, as informações contidas nesses inventários lhe foram úteis?

5. Você considera necessária a revisão e inserção de novos instrumentos de catalogação dos inventários existentes para que eles passem a ser mais completos (quanto ao acesso, dados inseridos, informações, publicização do patrimônio)?

6. Que tipos de informações sobre os imóveis você considera essenciais para o entendimento do conjunto/imóveis tombados?

7. Caso essa revisão dos inventários fosse realizada, você teria interesse em participar das atividades necessárias para a inserção dos imóveis nesses novos instrumentos de catalogação?

APÊNDICE B – Questionário Arquitetos e Urbanistas – setor privado

1. Você já realizou algum projeto na área histórica tombada pelo IPHAN em São Luís?

2. Você teve dificuldade para encontrar informações sobre um imóvel ou área de intervenção para a realização de algum trabalho/projeto?

3. As informações que você conseguiu sobre a área/imóvel foram encontradas onde e de que forma?

4. Você conhece ou já ouviu falar do SICG (Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão) ou do INBI-SU (Inventário Nacional de Bens imóveis em Sítios Urbanos)? Se sim, as informações contidas nesses inventários lhe foram úteis?

5. Você considera necessária a revisão e inserção de novos instrumentos de catalogação dos inventários existentes para que eles passem a ser mais completos (quanto ao acesso, dados inseridos, informações, publicização do patrimônio)?

6. Que tipos de informações sobre os imóveis você considera essenciais para o entendimento do conjunto/imóveis tombados?

APÊNDICE C – Questionário Técnicos do IPHAN/MA

1. Qual o seu nome e há quanto tempo você trabalha no IPHAN?

2. Você sente falta de um inventário mais completo sobre o patrimônio histórico de São Luís no seu trabalho diário?

3. Durante o trabalho remoto causado pela pandemia do COVID-19, você acredita que um inventário seria uma ferramenta de auxílio importante na realização de suas atividades para o IPHAN?

4. Você utiliza o INBI-SU? Com qual frequência e como você avalia esse inventário?

5. Você utiliza o SICG? Com qual frequência e como você avalia esse inventário?

6. Quais instrumentos e dados de catalogação você considera essenciais para a eficiência de um inventário voltado para o patrimônio tombado?